FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE

PROCESSOS GERENCIAIS

GRAU: SUPERIOR DE TECNOLOGIA
Modalidade: EAD

BLUMENAU, 2018

IDENTIFICAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Campus I

Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140, Blumenau – SC CEP: 89012-900

Telefone: (047) 3321-0200 / Fax: (047) 3322-8818

Página da FURB na internet: http://www.furb.br

Reitor: Professor Dr. João Natel Pollonio Machado

Vice-Reitor: Professor Me. Udo Schroeder

E-mail: reitoria@furb.br

Pró-Reitora de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante: Profa. Dra. Simone Leal Schwertl

Pró-Reitor de Administração: Professor Me. Udo Schroeder

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura: prof. Dr. Alexander Christian Vibrans

Diretor do Centro: Prof. Me. Valter Augusto Krauss

Vice-Diretor do Centro: Prof. Me. Ciel Antunes de Oliveira Filho

Assessoria Pedagógica do Centro: Prof.ª Me. Cláudia Renate Ferreira

Comissão:

Prof. Me. Ciel Antunes de Oliveira Filho

Prof. Me. Edson Luiz Borges

Emanoela Schubert de Freitas (Divisão de Políticas Educacionais)

Flávia Keller Alves (Comissão de Planejamento)

Prof. Me. Jamis Antonio Piazza

Prof. Me. Jefferson Fernando Grande

Prof. Me. Hélio Jeronimo de Oliveira.

Prof. Dr. Leomar dos Santos (Presidente)

Profa. Me. Marcia Regina Bronnemann

Prof. Me. Nazareno Loffi Schmoeller

Prof. Me. Valter Augusto Kraus

Profa. Me. Vanessa Fernanda Schmitt

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAE – Coordenadoria de Assuntos Estudantis
CEE/SC – Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
COMAVI – Comissão de Avaliação Institucional
CONAES – Comissão Nacional de Educação Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CRI – Coordenadoria de Relações Internacionais
DAF – Divisão de Administração Financeira
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DCN´s – Diretrizes Curriculares Nacionais
DGDP – Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
DME – Divisão de Modalidades de Ensino
DPE – Divisão de Políticas Educacionais
DRA – Divisão de Registros Acadêmicos
DTI – Divisão de Tecnologia de Informação
EAD – Educação a Distância
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
MEC – Ministério da Educação
NDE – Núcleo Docente Estruturante
NGE – Núcleo de Gestão de Estágios
NInc – Núcleo de Inclusão
PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PAIURB – Programa de Avaliação Institucional da FURB

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

POAD – Planejamento e Organização de Atividades à Distância

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante

SED/MEC – Secretaria de Educação a Distância do MEC

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINSEPES – Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 6

2 CONTEXTO EDUCACIONAL 7

2.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE 7

2.2 APRESENTAÇÃO DO CURSO 8

2.3 DADOS GERAIS DO CURSO 8

2.4 FORMAS DE INGRESSO 9

2.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO 9

2.5.1 Contexto da Educação Superior no Cenário Nacional. 10

2.5.2 Contexto da Educação Superior em Santa Catarina. 12

2.5.3 Contexto da Educação Superior no Cenário Municipal. 14

2.5.4 Contexto da Educação Superior no Cenário Nacional: Contexto do curso. 17

2.6 BASE LEGAL 24

2.7 OBJETIVOS DO CURSO 25

2.8 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREAS DE ATUAÇÃO 25

2.8.1 Áreas de atuação 25

3 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA FURB 27

3.1 CONCEPÇÃO 27

3.2 ESTRUTURA METODOLÓGICA E OPERACIONAL 28

3.3 RECURSOS METODOLÓGICOS 31

3.4 RECURSOS TECNOLÓGICOS DE APOIO AS ATIVIDADES DE EAD 33

3.5 EQUIPES MULTIDISCIPLINARES 34

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 37

4.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 37

4.1.1 Ensino 37

4.1.2 Extensão 38

4.1.3 Pesquisa 41

4.2 APOIO AO DISCENTE 42

4.3 PROVAS DE SUFICIÊNCIA 44

4.4 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA 45

4.5 INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE 45

4.5.1 Oferta de disciplinas em língua estrangeira 47

4.5.2 Quanto à revalidação de componente curricular 48

5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA 49

5.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 49

5.2 COMPETÊNCIA E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO ALUNO EM CADA SEMESTRE 51
5.3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES 52
5.4 ESTRUTURA CURRICULAR 54
5.4.1 Matriz curricular 54
5.4.2 Detalhamento dos componentes curriculares 57
5.4.2.1 Disciplinas da FASE I 57
5.4.2.2 Disciplinas da FASE II 61
5.4.2.3 Disciplinas da FASE III 65
5.4.2.4 Disciplinas da FASE IV 68
5.4.2.5 Disciplinas da FASE V 72
5.4.2.6 Disciplinas Optativas 74
6 DEPARTAMENTALIZAÇÃO 79
7 CORPO DOCENTE 80
7.1 PERFIL DOCENTE 80
7.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE 80
7.3 FORMAÇÃO DO(A) DOCENTE PARA A ATUAÇÃO EM EAD 82
7.4 COLEGIADO 82
7.5 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) 82
8 AVALIAÇÃO 84
8.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 84
8.2 AVALIAÇÃO DO CURSO 86
8.2.1 Avaliação institucional 86
8.2.2 Avaliação externa 87
8.2.3 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso 88
8.3 AVALIAÇÃO DO PPC 89
8.4 AVALIAÇÃO DOCENTE 89
9 INFRAESTRUTURA 91
9.1 ESTRUTURA DO CORPO DOCENTE E TUTORIAL 91
9.1.1 RELAÇÃO DOCENTES, TUTORES (AS) E ESTUDANTES 93
9.2 ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E DE ENSINO 94
REFERÊNCIAS 97
ANEXOS 98

1 INTRODUÇÃO

A evolução constante das organizações e busca por novos modelos de gestão tem sido notório e constante nas discussões no meio acadêmico, os modelos de gestão tem evoluído muito rapidamente e necessitamos criar mecanismos e instrumentos para fazer frente a estas mudanças.

Para o Centro de Ciências Sociais Aplicadas a busca por inovação em seus formatos de oferta de cursos e modalidades tem sido discutida há bastante tempo, merecendo destaque a criação do primeiro curso superior na modalidade EAD da Universidade e precursor de muitas outras iniciativas.

Desta forma o CCSA em discussão de colegiado de centro decidiu abrir iniciativas no sentido de ampliar a oferta de cursos na modalidade EAD, sendo que, após avaliação do cenário da educação superior nas dimensões federal, estadual e municipal, foram identificadas oportunidade de acesso nesta modalidade nos cursos superiores de Tecnologia.

Assim, após a análise das áreas de maior predominância e com base no catálogo nacional dos cursos superiores de Tecnologia optou-se pela oferta de oito cursos e a conversão do de Bacharelado em Secretariado Executivo para a mesma modalidade.

As discussões iniciaram com a análise da oferta por outras IES localizada na região e a identificação de um crescimento significativo da demanda pela modalidade.

Após análise dos cursos ofertados na modalidade, na região e por outras IES procedeu-se uma pesquisa visando identificar as características básicas existentes e o grupo de conhecimentos e componentes curriculares ofertados, gerando como resultado a construção de uma matriz composta por dezesseis disciplinas de articulação (dentre as quais 1 é optativa) entre os cursos e mais dez disciplinas especificas para cada área de conhecimento, além de duas disciplinas eletivas que poderão ser escolhidas pelo estudante dentre aquelas ofertadas pela Universidade, preferencialmente de cursos EAD ou disciplinas EAD de cursos presenciais ofertadas no modelo *On-line*.

Em todos os momentos foram discutidos os componentes comuns sem perder de vista os objetivos definidos e as competências demandadas em cada área de conhecimento, visando a manutenção dos padrões de qualidade definidos pela universidade em seus documentos formais.

Cabe registrar que a concepção e desenvolvimento do presente PPC teve como elementos básicos que nortearam sua concepção o PDI, PPI e em relação às Diretrizes

Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos superiores de Tecnologia da FURB (Resolução FURB nº 201/2017). Adicionalmente foram considerados outros dispositivos que regulam a sua oferta como Catálogo Nacional dos cursos Superiores de Tecnologia e a regulamentação disposta pelo INEP em suas resoluções específicas, citadas mais adiante.

Quanto a estruturação do texto que compõe o presente documento, observou-se o Roteiro para Elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Tecnologia da Universidade Regional de Blumenau.

Desta forma, o presente Projeto Pedagógico de Curso com grau acadêmico de Superior de Tecnologia, tem como objetivo maior contribuir com as ações que visam modernizar o ensino em nossa Universidade, em suas dimensões apresentadas no PDI e em especial contribuir para a formação de profissionais qualificados, e conscientes de suas responsabilidades em termos ambientais e sociais.

2 CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE

A FURB, situada no Vale do Itajaí, em Blumenau, Estado de Santa Catarina, é fruto de um movimento comunitário iniciado em 1953 que resultou na criação, em 1964, através de lei municipal, da Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau. Essa iniciativa, pioneira no Estado, além de contribuir para o desenvolvimento da região, trouxe a oferta do ensino superior para o interior de Santa Catarina, até então presente exclusivamente na Capital do Estado. Com o tempo, a FURB foi se consolidando na região como referência para a educação superior e assim, no dia 13 de fevereiro de 1986 ocorreu a publicação no Diário Oficial da União da Portaria Ministerial nº 117 que deferiu o seu reconhecimento como Universidade.

A FURB, fundamentada no princípio inalienável da liberdade de pensamento e de crítica, está integrada à comunidade como agente de transformações sociais. A Universidade propõe ministrar o ensino para a formação de pessoas; promover e estimular a pesquisa científica e tecnológica e o desenvolvimento de atividades em todos os campos do saber; estender à comunidade, sob a forma de cursos, serviços e outras atividades, a sabedoria, a ciência, a técnica, a cultura e o resultado de suas pesquisas; estudar os problemas socioeconômicos regionais, nacionais e internacionais, servindo e buscando soluções.

Passadas cinco décadas, a FURB graduou aproximadamente 40 mil profissionais

em diversas áreas do saber. Atualmente, oferece à comunidade mais de 50 cursos de graduação, dezenas de cursos de pós-graduação Lato Sensu, 11 cursos de mestrado e 03 cursos de doutorado.

2.2 APRESENTAÇÃO DO CURSO

Quase possível afirmar que diversas tendências se apresentam na atualidade e que afetam expressivamente os profissionais de gestão, duas situações específicas que afetam a sociedade como um todo, trem provocado consequências nas organizações e nosso contexto regional não está livre destas.

Acredita-se que um novo fenômeno de natureza socioeconômicas está provocando uma forte reorganização dos setores produtivos, forçando empresas a aumentar suas competências para fazer frete a concorrências, por meio de vários processos de negócio que demandam novas habilidades, competências e principalmente novos processos de negócio.

Como resultado do processo de globalização torna-se fundamental reduzir custos, e melhorar o desempenho organizacional, por meio de uma melhoria significativa nos processos de negócios.

Não obstante temos que considerar um fator de tecnologia e seus impactos profundos nos processos de gestão de negócios, a virtualização dos negócios, de maneira quase geral, revolucionou várias práticas e efetivamente seu desempenho, tornando notórios processos de automação comercial, processual e de gestão.

No atual contexto empresarial das empresas na realidade brasileira, precisamos de profissionais da área de gestão que possam de maneira ágil, responsável e sustentável, promovam as mudanças necessárias para que as empresas façam frente aos novos cenários competitivos.

2.3 DADOS GERAIS DO CURSO

Quadro 1 - Detalhamento do curso

Nome do Curso:	Processos Gerenciais
Centro de Curso:	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento:	Administração
PCC de despesa:	230

Grau: Superior de Tecnologia	Superior de Tecnologia
Modalidade:	EAD
Titulação conferida:	Tecnólogo
Turno de funcionamento:	Noturno
Regime Letivo:	Semestral
Regime de Matrícula:	por componente curricular
Número de vagas autorizadas:	200
Número de vagas para ingresso por semestre:	100
Distribuição das vagas:	1º semestre: ☐ M ☐ V ☒ N ☐ I (vagas para cada turno: 100 2º semestre: ☐ M ☐ V ☒ N ☐ I (vagas para cada turno: 100
Carga horária total do curso:	Horas aula: 2070 Horas relógio: 1725
Total de créditos:	115
Presencial (% da carga horária total):	3% (avaliações presenciais obrigatórias)
EAD (% da carga horária total):	97%
Estágio Obrigatório:	☒ Não ☐ Sim, indicar carga horária
AACCs:	☐ Não ☒ Sim, indicar carga horária 126 horas.
Tempo mínimo:	5 Semestres / 2,5 anos
Tempo máximo:	8 Semestres / 4 anos.
Organização curricular:	Ciclos
Endereço:	Rua Antônio da Veiga, 140 – Blumenau SC

Legenda: M – Matutino / V – Vespertino / N – Noturno / I - Integral

2.4 FORMAS DE INGRESSO

Os processos de ingresso nos cursos de graduação são regulamentados por editais que, dentre os critérios, exigem, por parte do candidato, a conclusão de ensino médio ou equivalente. Existem diferentes formas de acessar o ensino superior na FURB, quais sejam: vestibular, ENEM, histórico escolar, Acesso FURB, reingresso, transferência externa ou interna e diplomado. Existe, ainda, a possibilidade do candidato cursar até 4 (quatro) disciplinas como aluno especial. No entanto, essa condição não gera vínculo acadêmico com a universidade."

2.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

Anualmente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira (INEP) realiza o Censo da Educação Superior. Trata-se de uma completa pesquisa que reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou à distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes e informações sobre docentes nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.

A coleta destes dados tem como objetivo oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade em geral informações detalhadas sobre a situação e as grandes tendências do setor. As estatísticas educacionais produzidas oferecem aos usuários informações sobre ingressos, matrículas, concluintes, vagas, dados de financiamento estudantil, recursos de tecnologia assistiva disponíveis às pessoas com deficiência, entre outros.

Cabe ressaltar que, para o Censo da Educação Superior, no Brasil, os cursos de graduação são classificados por "grau", ou seja, Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia (ou Tecnólogos). Para entender o contexto da educação superior no cenário nacional e regional, é preciso considerar os dados relacionados aos cursos e as modalidades de ensino, bem como dos dados relacionados aos estudantes matriculados nos diferentes cursos e modalidades.

2.5.1 Contexto da Educação Superior no Cenário Nacional.

De acordo com os dados do INEP, em 2011 havia 6.739.689 estudantes matriculados na educação superior, distribuídos nos 30.550 cursos de graduação ofertados. Destes cursos, 17.027 eram cursos de Bacharelado, 7.926 de Licenciaturas, 5.480 Tecnológicos e 117 cursos que não foram classificados em nenhum grau específico. Ao todo, em 2011, 96,6% dos cursos foram ofertados na modalidade presencial, com 5.746.762 estudantes matriculados. Já na modalidade EaD (apenas 3,4% do total dos cursos ofertados no referido ano), estavam matriculados 992.927 estudantes.

Em 2015, havia 8.027.297 estudantes matriculados na educação superior, distribuídos nos 33.767 cursos de graduação ofertados. Destes cursos, 19.265 cursos de Bacharelado, 7.634 de Licenciaturas, 6.617 Tecnológicos e 251 cursos cadastrados sem classificação do grau. Ao todo, no referido ano, 95,6% dos cursos foram ofertados na modalidade presencial, com 6.635.545 estudantes matriculados. Já na modalidade EaD (apenas 4,4% dos cursos ofertados no referido ano), estavam matriculados 1.393.752 estudantes.

O Gráfico 1 : Crescimento do número de cursos, por grau, no Brasil (2009-2015) apresenta o número de cursos ofertados no Brasil (2009-2015):

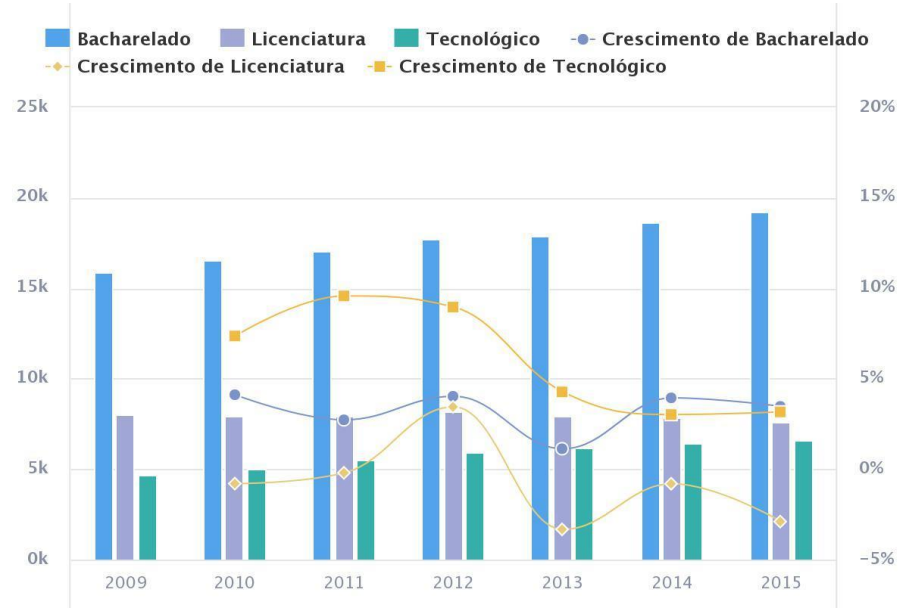

Gráfico 1 : Crescimento do número de cursos, por grau, no Brasil (2009-2015)
Fonte: INEP, via MercadoEdu, 2017.

Tendo por referência o gráfico 01 e os dados expostos, pode-se inferir que, no período analisado (2009-2015), ocorreu um incremento no número de cursos em grau de bacharelado e tecnológico. Em contrapartida, houve diminuição na oferta de cursos de licenciatura.

O Gráfico 2: Evolução do número de estudantes, nos cursos, no Brasil (2009-2015), por sua vez, apresenta a evolução dos estudantes matriculados nos cursos ofertados no Brasil e a modalidade de ensino (2009-2015):

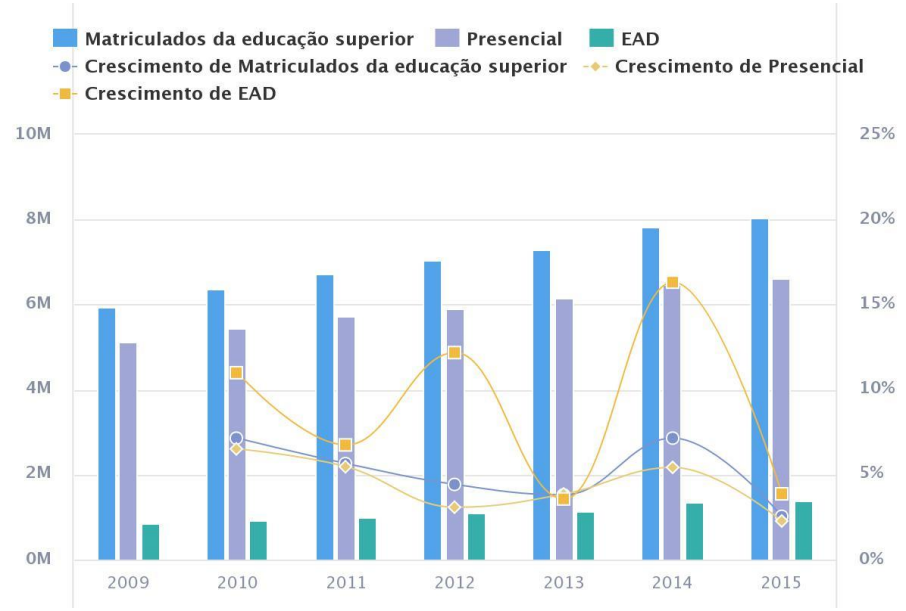

Gráfico 2: Evolução do número de estudantes, nos cursos, no Brasil (2009-2015)
Fonte: INEP, via MercadoEdu, 2017.

Tendo por referência o gráfico 02 e os dados expostos, observa-se que, no período analisado, houve um incremento no número de estudantes no ensino superior, tanto na modalidade presencial quanto à distância.

2.5.2 Contexto da Educação Superior em Santa Catarina.

Considerando o mesmo período de análise, no Estado de Santa Catarina também ocorreu um crescimento no número de cursos ofertados. Em 2011, havia 268.899 estudantes matriculados na educação superior no referido Estado, distribuídos em 3.041 cursos de graduação. Destes cursos, 1.167 cursos eram bacharelados, 704 Licenciaturas, 1.156 Tecnológicos e 14 cursos que foram cadastrados sem serem classificados em um grau específico. Ao todo, em 2011, 46,2% foram ofertados na modalidade presencial, com 211.386 estudantes matriculados. Já, na modalidade EaD, que em 2011 representava 53,8% do total dos cursos ofertados, estavam matriculados 57.513 estudantes.

Comparativamente, em 2015, havia 328.683 estudantes matriculados na educação superior, distribuídos nos 4.427 cursos de graduação. Destes cursos, 2.986, ou seja, 67,4% do total, foram ofertados na modalidade EaD, com 93.351 matriculados. O restante, ou seja, 1.441 cursos (32,6% dos cursos na modalidade presencial) com 235.332 estudantes matriculados. Ao todo, 1.542 eram cursos de Bacharelado, 1.141 de Licenciaturas, 1.732 Tecnológicos e 12 cursos foram cadastrados sem classificação de grau.

O Gráfico 3: Crescimento do número de cursos, por grau, em Santa Catarina (2009-2015)..apresenta o número de cursos ofertados em Santa Catarina (2009-2015):

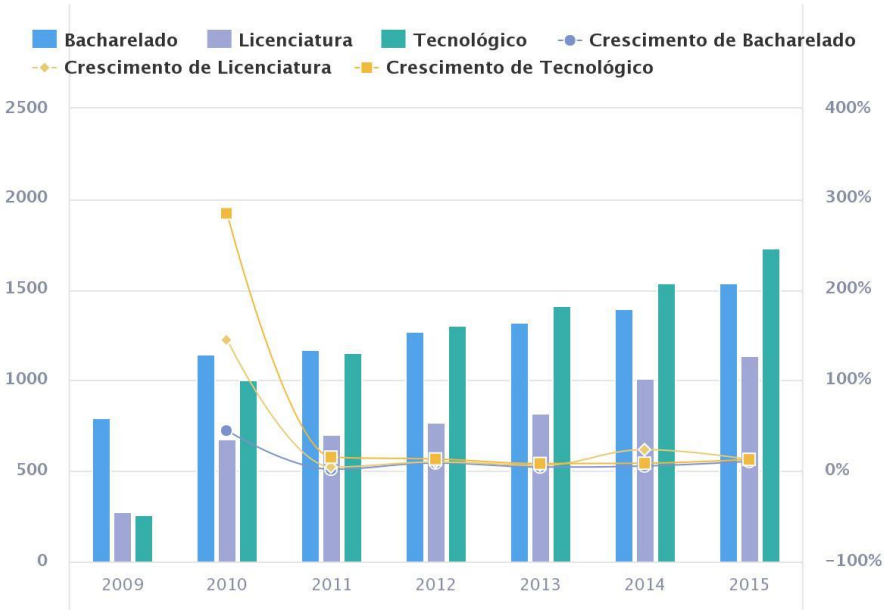

Gráfico 3: Crescimento do número de cursos, por grau, em Santa Catarina (2009-2015).
Fonte: INEP, via MercadoEdu, 2017.

Analisando-se o gráfico 3, bem como os dados expostos, infere-se que, no Estado de Santa Catarina, no período analisado, houve um incremento no número de cursos em todos os graus, especialmente no grau Tecnológico.

O Gráfico 4: Evolução do número de estudantes, nos cursos, em Santa Catarina (2009-2015), por sua vez, apresenta a evolução dos estudantes matriculados nos cursos ofertados em Santa Catarina e a modalidade de ensino (2009-2015):

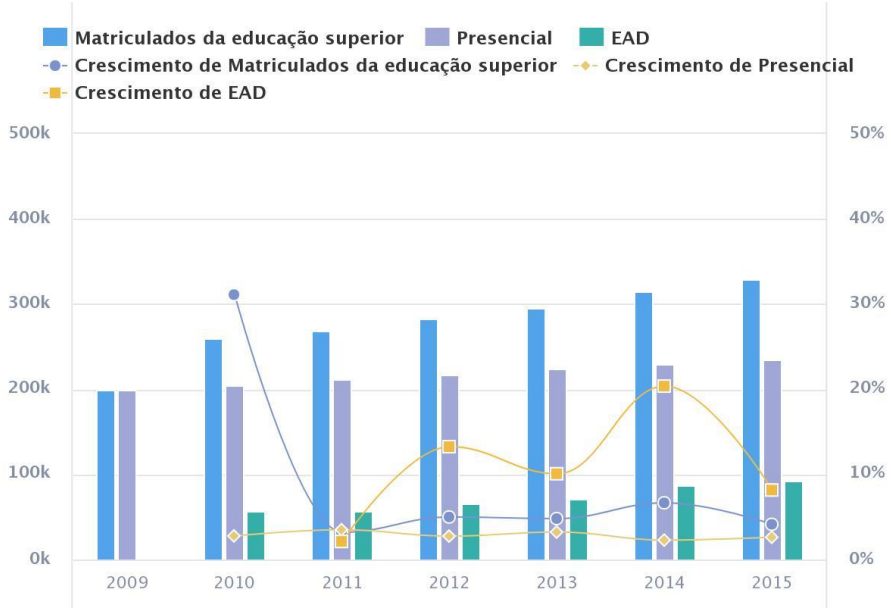

Gráfico 4: Evolução do número de estudantes, nos cursos, em Santa Catarina (2009-2015)
Fonte: INEP, via MercadoEdu, 2017.

Com base no gráfico acima e nos dados expostos, é possível afirmar que, no período analisado, houve um incremento no número de estudantes no ensino superior em Santa Catarina, tanto na modalidade presencial quanto à distância.

A partir das informações referentes ao contexto nacional e estadual, no que diz respeito à distribuição dos cursos por grau observa-se que, em termos de oferta, nacionalmente há um predomínio de cursos com grau de Bacharelado, enquanto que, em Santa Catarina, há uma distribuição mais homogênea, embora fique evidenciada a predominância de oferta dos cursos com grau tecnológico. O Gráfico 5: Distribuição dos cursos, por grau, no Brasil e em Santa Catarina em 2015.demonstra, comparativamente, a distribuição dos cursos, por grau, em 2015, no Brasil e em Santa Catarina:

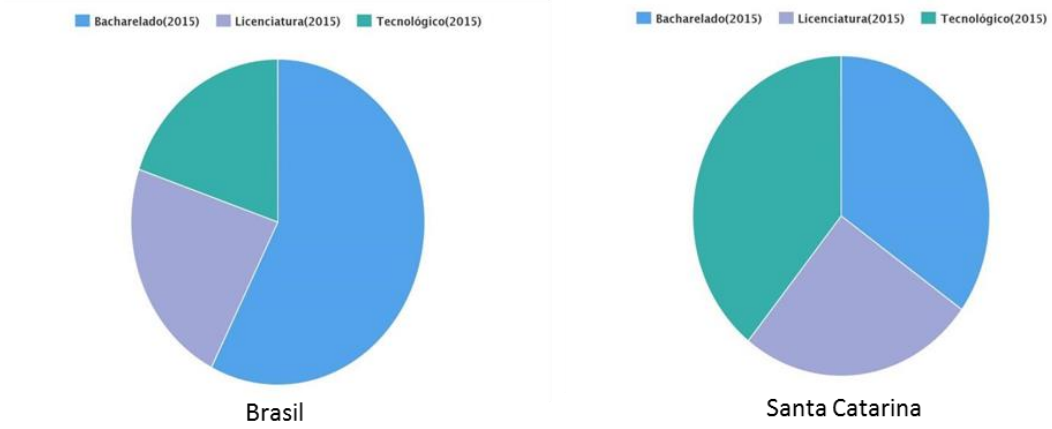

Gráfico 5: Distribuição dos cursos, por grau, no Brasil e em Santa Catarina em 2015.
Fonte: INEP, via MercadoEdu, 2017.

Já no que tange à distribuição dos cursos ofertados por modalidade de oferta, observa-se que, em 2015, nacionalmente há um predomínio de cursos presenciais, enquanto que em Santa Catarina há predomínio de cursos na modalidade EaD, conforme evidencia o Gráfico 6: Distribuição dos cursos, por modalidade, no Brasil e em Santa Catarina em 2015.:

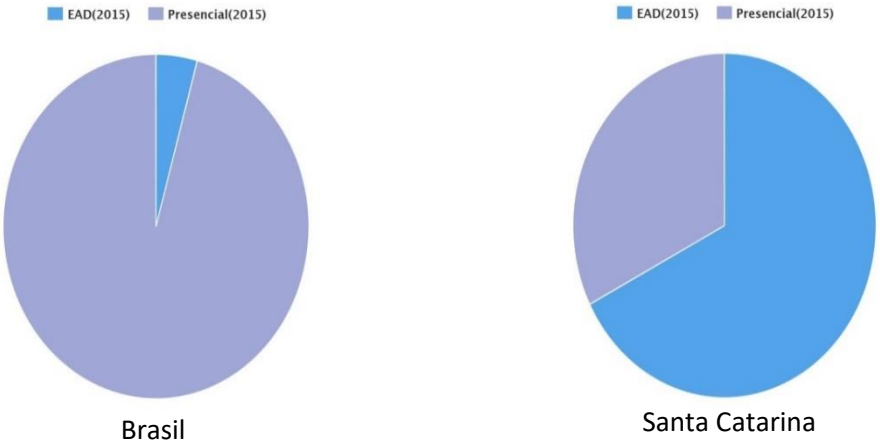

Gráfico 6: Distribuição dos cursos, por modalidade, no Brasil e em Santa Catarina em 2015.
Fonte: INEP, via MercadoEdu, 2017.

2.5.3 Contexto da Educação Superior no Cenário Municipal.

Em Blumenau, cidade onde está localizada a sede da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), se observa um crescimento acentuado no número de cursos no decorrer dos últimos anos. Em 2011, havia 20.765 estudantes matriculados na educação superior, sendo que foram ofertados 171 cursos, sendo 63 cursos de Bacharelado, 37 de Licenciatura e 71 de tecnológico. Neste período, 53,2% dos cursos foram ofertados na modalidade presencial, com 16.542 estudantes matriculados. Já na

modalidade EaD, 46,8% do total dos cursos ofertados em 2011, estavam matriculados 4.223 estudantes.

Comparativamente, em 2015, havia 24.453 estudantes matriculados na educação superior em Blumenau. Ao todo, foram ofertados 252 cursos, sendo 88 cursos de Bacharelado, 56 de Licenciatura e 108 de tecnológico. Registrou-se que 41,7% dos cursos foram ofertados na modalidade presencial, com 17.430 estudantes matriculados e, o restante, ou seja, 58,3% dos cursos, na modalidade Ead, com 7.023 estudantes matriculados.

O Gráfico 7: Crescimento do número de cursos, por grau, em Blumenau/ SC (2009-2015),evidencia a oferta dos cursos, por grau, em Blumenau, nos últimos cinco anos:

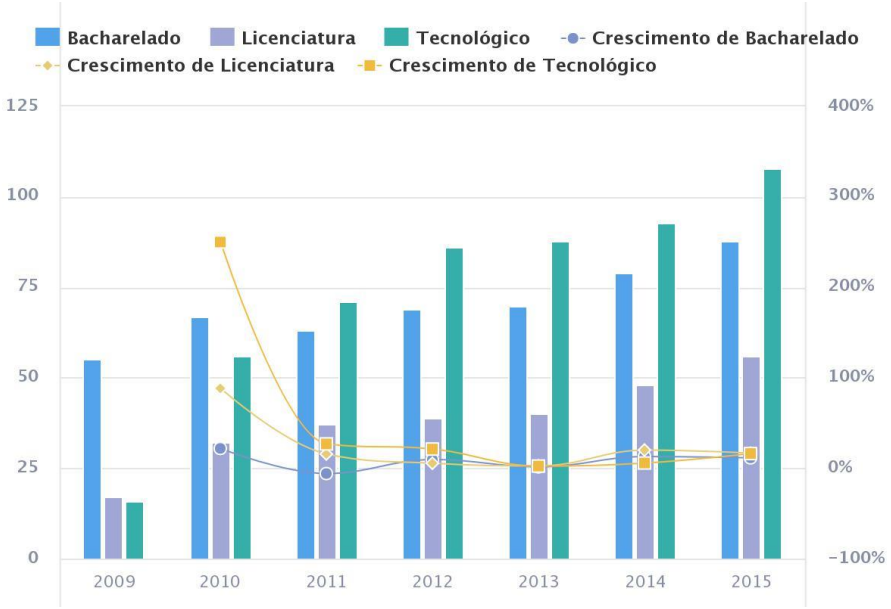

Gráfico 7: Crescimento do número de cursos, por grau, em Blumenau/ SC (2009-2015)
Fonte: INEP, via MercadoEdu, 2017.

O Gráfico 8: Evolução do número de estudantes, nos cursos, em Blumenau (2009-2015), por sua vez, apresenta a evolução dos estudantes matriculados nos cursos ofertados em Blumenau e a respectiva modalidade de ensino (2009-2015):

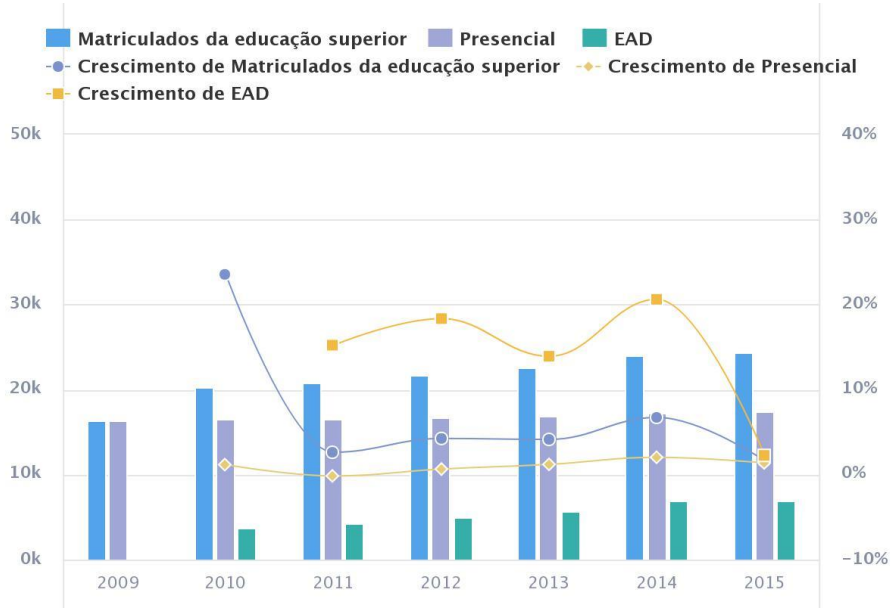

Gráfico 8: Evolução do número de estudantes, nos cursos, em Blumenau (2009-2015)
Fonte: INEP, via MercadoEdu, 2017.

Com base no Gráfico 8: Evolução do número de estudantes, nos cursos, em Blumenau (2009-2015) e nos dados expostos, é possível afirmar que, no período analisado, houve um incremento no número de estudantes no ensino superior em Blumenau, tanto na modalidade presencial quanto à distância.

A Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), por sua vez, em 2009, ofertou um total de 47 cursos, sendo 27 cursos de Bacharelado, 17 de Licenciatura e 03 tecnológicos, todos ofertados na modalidade presencial, com 10.845 estudantes matriculados. Em 2015, a Universidade contava com 51 cursos, sendo 35 cursos de Bacharelado, 14 de Licenciatura e 02 de tecnológicos, todos ofertados na modalidade presencial, com 10.446 estudantes matriculados.

A partir das informações referentes ao contexto nacional, estadual e municipal, pode-se afirmar que, em termos de quantidade de cursos, não houve expansão significativa da FURB. Ainda pode-se inferir que a Universidade não acompanhou a tendência nacional e estadual de oferta dos cursos Superiores de Tecnologia, bem como não acompanhou a tendência nacional, estadual e municipal na oferta de cursos na modalidade à distância.

O Gráfico 9: Distribuição dos cursos por grau, comparativamente, Blumenau e FURB (2015), apresenta a distribuição dos cursos, por grau, comparativamente entre a cidade de Blumenau e a FURB em 2015:

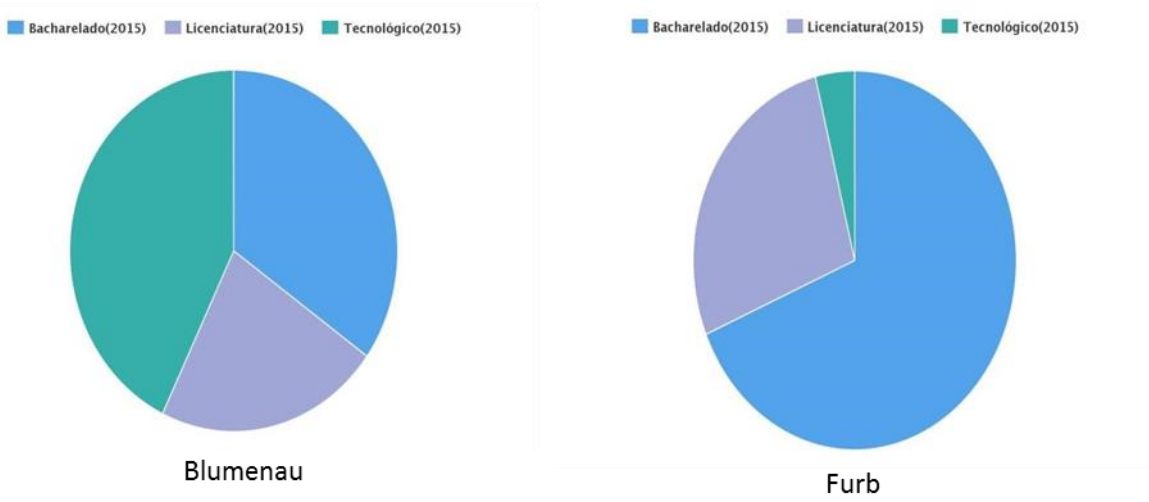

Gráfico 9: Distribuição dos cursos por grau, comparativamente, Blumenau e FURB (2015)
Fonte: INEP, via MercadoEdu, 2017.

2.5.4 Contexto da Educação Superior no Cenário Nacional: Contexto do curso.

No Brasil, ofertou-se, em 2016, o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais em 185 Instituições de Ensino Superior (IES). No contexto nacional, analisando-se o período que compreende 2011-2016, houve aumento no número de vagas para este tipo de formação, principalmente na modalidade Ead. No entanto, observou-se queda no número de estudantes matriculados no referido curso.

Em 2011, totalizava-se 69.643 novas vagas em cursos Ead, para as quais havia 35.584 inscritos. Em 2016, totalizou-se 157.714, para as quais havia 65.475 inscritos. Na modalidade presencial, por sua vez, somava-se 25.625 novas vagas em 2011 e, em 2016, 34.138, conforme o Gráfico 10: Evolução do número de vagas, inscritos e matriculados no Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, período 2011-2016. Cabe destacar que em 2011 havia 69.036 estudantes matriculados no referido curso e, em 2016, um total de 64.825.

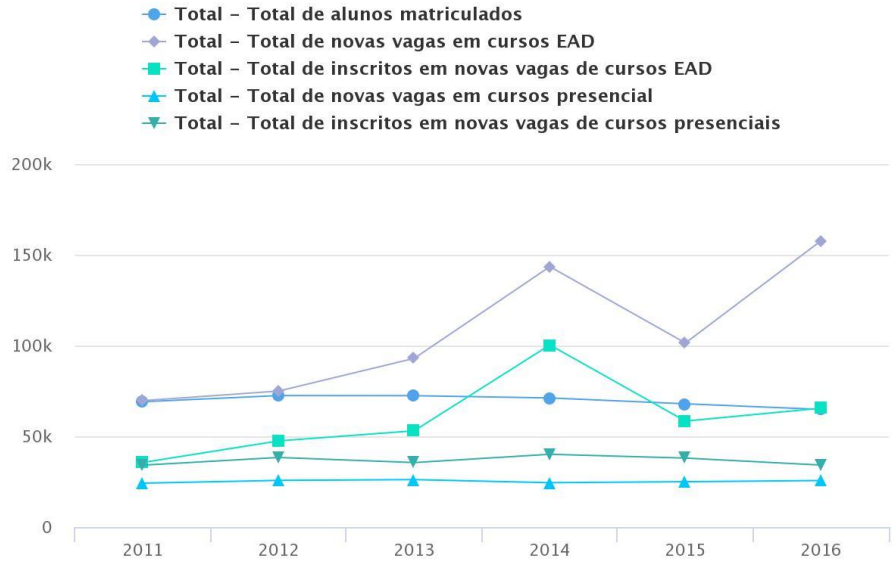

Gráfico 10: Evolução do número de vagas, inscritos e matriculados no Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, período 2011-2016.
Fonte: INEP, via MercadoEdu, 2017.

No estado de Santa Catarina, 25 IES ofertaram o referido curso. Em 2011, totalizava-se 8.740 novas vagas em cursos Ead, para as quais havia 5.434 inscritos. Em 2016, somou-se 6.520 novas vagas, para as quais havia 4.165 inscritos. Já na modalidade presencial, em 2011 havia 1.410 novas vagas, para as quais 1.608 estudantes estavam inscritos. Em 2016, 1.501 somou-se 1.501 novas vagas e 1.960 inscritos. Ressalta-se que em 2011 havia 9.642 estudantes matriculados no referido curso e, em 2016, um total de 10.878 estudantes, conforme pode ser visualizado no Gráfico 11: Evolução do número de vagas, inscritos e matriculados no Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, em Santa Catarina, no período 2011-2016.e na Tabela 1: IES que ofertaram o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais em Santa Catarina e total de estudantes matriculados (2011-2016).:

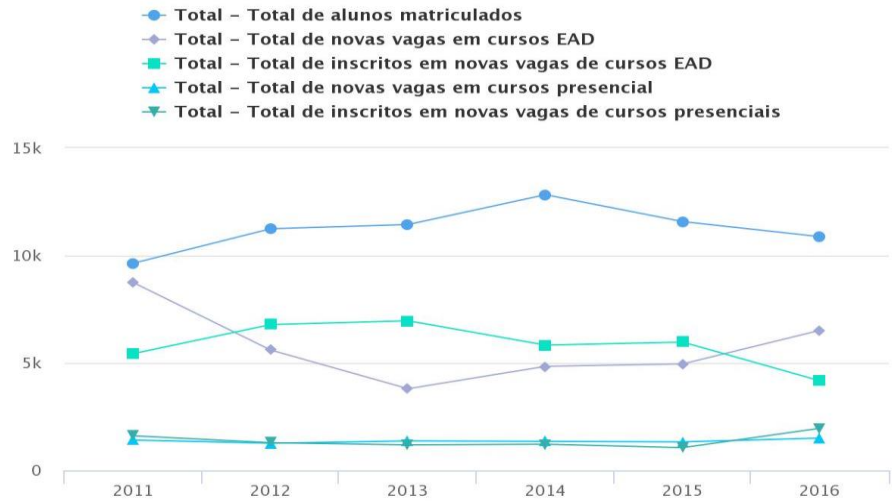

Gráfico 11: Evolução do número de vagas, inscritos e matriculados no Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, em Santa Catarina, no período 2011-2016.
Fonte: INEP, via MercadoEdu, 2017.

Tabela 1: IES que ofertaram o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais em Santa Catarina e total de estudantes matriculados (2011-2016).

Sigla da IES	Total de alunos matriculados					
	2011	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
UNIASSELVI	4816	5500	5675	7003	6042	4982
UNOPAR	790	1033	1259	1272	1231	1158
SOCIESC	1308	1625	1173	921	732	967
UNICESUMAR	225	365	555	724	818	855
UNINTER	709	927	954	935	746	701
SENAC	680	639	645	725	664	635
ANHANGUERA	121	194	160	208	142	254
UNOESC	74	149	222	214	247	238
UNISUL	230	224	250	209	242	204
FAEL	-	-	-	-	53	196
CNEC	-	-	45	65	113	116
ESTÁCIO	15	24	45	62	85	94
UNIFEBE	86	125	128	141	106	86
UNC	74	114	127	123	99	74
IFCT	-	-	-	-	-	67
UAM	-	-	-	-	56	67
UNESC	79	96	95	101	87	55
UNIP	23	30	39	53	55	47
FATTEP	60	75	70	75	61	45
FUCAP	-	-	-	-	-	33
UNIFACS	-	-	-	-	-	3
UNISINOS	-	-	-	-	1	1
UNOCHAPECÓ	4	4	1	-	-	-
CASTELO BRANCO	318	114	1	-	-	-
FATESC	30	9	0	-	-	-
Total	**9.642**	**11.247**	**11.444**	**12.831**	**11.580**	**10.878**

Em Blumenau, por sua vez, foram registrados estudantes matriculados no Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais em 10 IES em 2016. Havia 1.283 estudantes matriculados, em 2011, e, em 2016, somou-se 1.121 matriculados, conforme pode ser observado no Gráfico 12: Evolução do número de vagas, inscritos e matriculados no Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, em Blumenau, SC, no período 2011-2016. E Tabela 1: IES que ofertaram o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais em Santa Catarina e total de estudantes matriculados (2011-2016).

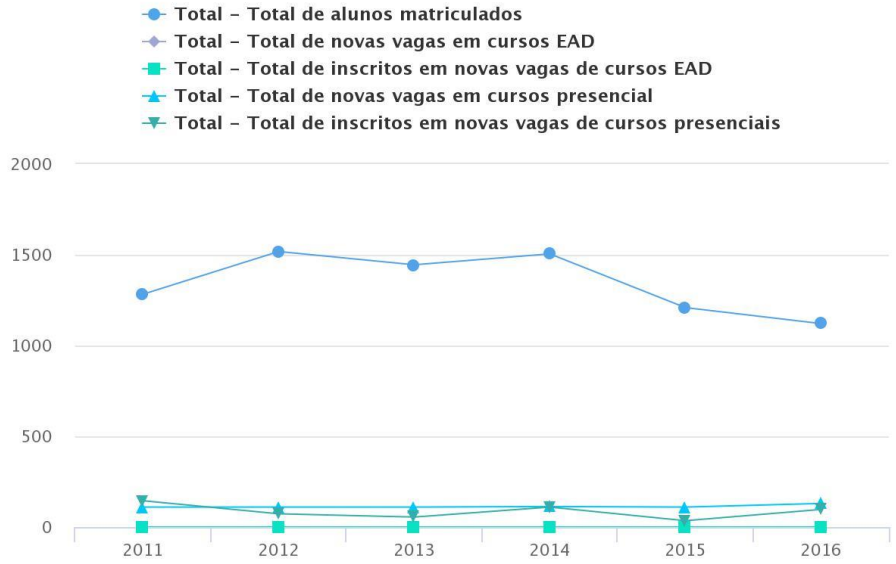

Gráfico 12: Evolução do número de vagas, inscritos e matriculados no Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, em Blumenau, SC, no período 2011-2016.
Fonte: INEP, via MercadoEdu, 2017

Tabela 2: IES que ofertaram o C.S.T. em Processos Gerenciais em Blumenau, SC, e o total de estudantes matriculados (2011-2016).

	Total de alunos matriculados						Total de novas vagas em cursos presencial						Total de inscritos em novas vagas de cursos presenciais					
Sigla da IES	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
UNIASSELVI	929	1054	1032	1130	851	652	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNICESUMAR	03	44	87	123	177	214	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOCIESC	250	330	249	167	93	165	60	60	60	63	60	80	41	34	9	60	0	19
SENAC	73	63	55	63	62	70	50	50	50	50	50	50	104	39	46	50	35	78
UNINTER	24	25	20	17	12	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNISUL	02	01	01	05	10	06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIFACS	-	-	-	-	-	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNC	-	-	-	-	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIP	01	01	01	-	03	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CASTELO BRANCO	01	00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**1.283**	**1.518**	**1.445**	**1.505**	**1.209**	**1.121**	**110**	**110**	**110**	**113**	**110**	**130**	**145**	**73**	**55**	**110**	**35**	**97**

Fonte: INEP, via MercadoEdu, 2017

O Gráfico 13: Total de estudantes matriculados na modalidade EaD, Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, Santa Catarina (2011-2015).demonstra o número de estudantes matriculados, em Blumenau, SC, no referido curso, na modalidade EaD. A Tabela 3: IES que ofertam o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais na modalidade EaD, em Blumenau, SC, e o total de estudantes matriculados (2011-2016). evidencia as IES que ofertaram o curso no período 2011-2016, bem como o número de estudantes matriculados em cada uma delas.

Gráfico 13: Total de estudantes matriculados na modalidade EaD, Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, Santa Catarina (2011-2015).

Tabela 3: IES que ofertam o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais na modalidade EaD, em Blumenau, SC, e o total de estudantes matriculados (2011-2016).

	Total de alunos matriculados em Blumenau, SC					
Sigla da IES	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
UNIASSELVI	929	1054	1032	1130	851	652
UNICESUMAR	3	44	87	123	177	214
SOCIESC	231	301	226	152	91	148
UNINTER	24	25	20	17	12	10
UNISUL	2	1	1	5	10	6
UNIFACS						3
UNC					1	1
UNIP	1	1	1		3	0
CASTELO BRANCO	1	0				
Total	**1.191**	**1.426**	**1.367**	**1.427**	**1.145**	**1.034**

Fonte: INEP, via MercadoEdu, 2017

A partir do exposto e com base na ferramenta de *Business Intelligence* MercadoEdu,

infere-se que há tendência de estabilidade no número de estudantes matriculados no referido Curso, especialmente na modalidade EaD, nos próximos 03 anos.

O contexto educacional no qual foi concebido o curso na modalidade EAD da FURB busca-se contemplar as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental, principalmente aquelas voltadas aos processos de gestão.

A universidade, por meio dos Polos de Apoio Presencial, oferta o curso a distância seguindo a lógica da oferta regional. A partir de estudos e convênios firmados com órgãos públicos a IES busca oferecer ensino superior de qualidade fazendo uso das metodologias da EAD.

Atualmente a oferta de cursos a distância são nos seguintes Polos de Apoio Presenciais:

- FURB – Campus I. Antônio da Veiga, nª 140, Bairro Victor Konder, Blumenau, SC, CEP: 89.030-903.

- Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo. Av. Gov. Celso Ramos, n°1942, Centro, Porto Belo, SC, CEP: 88210-000

Cabe destacar que novos polos poderão ser criados durante o processo de expansão da oferta, sendo que estes deverão ser aprovados pelas instancias da universidade, e mediante a celebração de termos de convênios e outros documentos cabíveis.

2.6 BASE LEGAL

Apresentamos a seguir o arcabouço normativo norteador para o desenvolvimento do curso de superior de tecnologia na modalidade EAD.

A LDB/9394/1996 traçou diretriz inovadora para a organização do ensino superior. No seu Art. 80, incentiva o desenvolvimento de programas de educação a distância para todos os níveis e modalidades de ensino. Este artigo é regulamentado pelo Decreto nº 9.057/2017, que define o que é educação a distância, os níveis de ensino e regulamenta a EAD em todo território nacional. Para complementar esta fundamentação legal, destaca-se que este projeto pedagógico atende ao disposto:

a) No Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia;
b) Na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002 e na Resolução MEC/CNE nº 2/2012, que dispõe sobre a educação ambiental;
c) Na Lei nº 11.645/2008 e na Resolução MEC/CNE/CP n° 1/2004, que dispõe sobre a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana;
d) No Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras;

e) Na Resolução MEC/CNE nº 1/2012, que estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos.

No que se refere a normativas internas, este projeto está alicerçado no PDI, Resolução FURB nº 201/2017 e na Resolução FURB 067/2018, além de outros instrumentos legais que trazem especificidades e delimitações no âmbito da própria universidade. Nos anexos deste PPC constam outras normativas que regem o ensino superior e foram consideradas para fins de construção deste projeto.

2.7 OBJETIVOS DO CURSO

Promover a qualificação profissional para que os estudantes possam atuar em empresas de pequeno, médio ou grande porte, na gestão de negócios e na melhoria do desempenho organizacional, utilizando técnicas da administração aplicadas aos ambientes organizacionais, considerando os elementos econômicos envolvidos, bem como, agir de maneira ética, sustentável e com responsabilidade social.

2.8 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

Objetiva-se com o desenvolvimento do curso superior de Tecnologia desenvolver nos estudantes o perfil e as capacidades de:

i. Analisar e avaliar os ambientes interno e externo e formula objetivos e estratégias gerenciais.
ii. Planejar, projetar, gerenciar e promover os processos organizacionais e os sistemas da organização.
iii. Desenvolver e gerenciar processos logísticos, financeiros e de custos.
iv. Otimizar os recursos da organização, por meio de melhorias nos processos.
v. Promover a gestão e governança por processos e consequentemente o desenvolvimento de sistemas, a gestão do conhecimento, o redesenho e a melhoria.
vi. Promover a mudança organizacional planejada.
vii. Vistoriar, realizar perícia, avaliar, emitir laudo e parecer técnico em sua área de formação.

2.8.1 Áreas de atuação

Empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e

consultoria.

Empresas em geral (indústria, comércio e serviços).

Institutos e Centros de Pesquisa.

3 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA FURB

3.1 CONCEPÇÃO

A Universidade concebe a educação a distância como uma modalidade de ensino com características singulares, que permite a ampliação do acesso à educação e da sua abrangência. A partir de suas características, devem ser planejadas e definidas estratégias educativas adequadas a essa modalidade. Nesse sentido, resguarda o termo "educação a distância" como uma modalidade diferenciada, que deve ser permanentemente pensada e desenvolvida, considerando suas especificidades e vislumbrando a qualidade do ensino.

A EAD proposta pela Universidade baseia-se na utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e objetiva explorar os recursos disponíveis para o estabelecimento da interação, o acompanhamento e o atendimento ao (à) estudante, assim como, a publicação de conteúdo e atividades, de forma a facilitar o acesso, a atualização e a disponibilização, visando promover o desenvolvimento cognitivo e social do (a) estudante. Para tanto, é preciso o envolvimento de gestores, docentes, técnicos e estudantes no processo, destacando-se que:

> O trabalho das professoras e dos professores não diminui pelo fato de disporem do grande provedor de informação que é a internet. Ao contrário, eles têm de continuar ensinando o que sempre ensinaram, mas com um desafio maior. A grande aventura que se vive nas salas de aula é dotar a informação de sentido, reconhecer sua importância, transferir modos de pensar de um campo a outro, visando a expandir nossos conhecimentos e permitir-nos atuar de forma cada vez mais inteligente (LITWIN, 2001, p. 8).

Daí a necessidade de uma infraestrutura física e de pessoal, bem como planejamento, acompanhamento e avaliação constante para buscar a eficiência, a eficácia e a qualidade do processo de ensino-aprendizagem na modalidade a distância. Atualmente, os recursos tecnológicos viabilizam o desenvolvimento de proposta de EAD pautada na colaboração e na construção do conhecimento. No entanto, para a efetivação deste tipo de proposta, é preciso um projeto pedagógico e um referencial teórico-metodológico para orientar a prática educativa e garantir a sua efetivação, tendo em vista que os recursos tecnológicos oferecem o suporte, mas não definem o seu modo de utilização.

Os recursos tecnológicos baseados na web viabilizam a aplicação do conceito de aprendizagem colaborativa e das redes de aprendizagem e inovação, que, além de estimular a interação entre diversas instituições, têm como objetivo a produção de resultados positivos. Assim, o conhecimento e a convergência de tecnologias constituem-se como vetores com capacidade de influenciar fortemente os modelos de gestão e as inter-relações entre instituições

de ensino e entre as pessoas de uma mesma comunidade acadêmica.

Nessa perspectiva, pontuam-se alguns itens a serem considerados para o desenvolvimento de projetos a distância, a partir do ponto de vista da utilização das TIC (SARTORI; RAMOS, 2002):

a) Disponibilização de infraestrutura para o desenvolvimento de projetos em EAD, como uma equipe multidisciplinar para assessoria, desenvolvimento e implantação de conteúdos e estratégias pedagógicas;
b) Articulação orgânica entre os materiais pedagógicos, os pressupostos teórico-metodológicos e os recursos tecnológicos;
c) Planejamento orgânico e sistemático de atividades voltadas para ações colaborativas, priorizando a construção coletiva do conhecimento;
d) Avaliação sistemática dos projetos de educação a distância e do aproveitamento dos alunos.

As diretrizes relacionadas à educação a distância da Universidade estão dispostas na Resolução FURB 067/2018 e por meio de normativas institucionais, que tratam da oferta de cursos a distância, estabelecendo as orientações gerais para organização das atividades nesta modalidade. Ademais, as políticas e práticas são delineadas a partir das premissas de planejamento estabelecidas no PDI, cuja seção sobre políticas de ensino contempla um item acerca de políticas e práticas de educação a distância (FURB – PDI, 2016–2020).

3.2 ESTRUTURA METODOLÓGICA E OPERACIONAL

Conforme deliberação do colegiado, seguindo o disposto no Artigo 11 da Resolução FURB 067/2018, esse curso será ofertado seguindo o Modelo de oferta *on-line*: organizado em 3 (três) encontros virtuais síncronos (webconferência, chats e outros) alternados com os períodos de autoestudo e 1 (um) encontro presencial para a Avaliação final, obrigatória de acordo com a legislação vigente.

A dinâmica das disciplinas ofertadas estabelece uma relação com a alternância entre momentos de atividades síncronas e assíncronas e momentos de autoestudo do estudante. Entendem-se por atividades síncronas aquelas que necessitam da presença dos (as) estudantes ao mesmo tempo, como, por exemplo, *chats*, webconferências e as avaliações finais das disciplinas. Já as atividades e interações assíncronas são aquelas que não precisam ocorrer em dia e horário determinados, como, por exemplo, um fórum de discussão ou a construção de um texto colaborativo.

Nesse sentido, compreende-se que os momentos síncronos são um espaço direcionado para a orientação e mediação de conteúdos disciplinares, bem como de processos avaliativos, que são orientados pelo (a) docente da disciplina e mediados pelos (as) respectivos (as) tutores (as), quando for o caso. Já o espaço de autoestudo é o momento em que o (a) estudante, dentro do seu espaço de tempo, utiliza-se do livro da disciplina, das webaulas e do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como recursos didáticos e pedagógicos.

Nesta dinâmica, ao longo do semestre, as disciplinas teóricas serão oferecidas de forma modular e seriada (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), e terão, pelo menos, três atividades síncronas realizadas via AVA, além das atividades assíncronas que orientam os períodos de autoestudo, somadas à mediação virtual periódica realizada pelos docentes (e/ou tutores, quando for o caso).

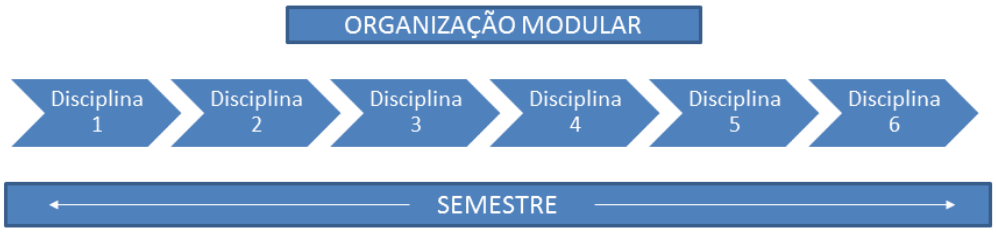

Figura 1. Estrutura organizacional das disciplinas
Fonte: Equipe Pedagógica DME/FURB.

A mediação síncrona poderá ser realizada por meio de webconferências ou outras atividades como *chat* ou fórum, que permitam a interação em tempo real entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Além das atividades síncronas (*on-line*) haverá mediação docente virtual nos momentos de autoestudo, orientando a realização de atividades assíncronas no AVA. Cada disciplina contará também com um encontro final para realização da Avaliação Presencial, de acordo com a Legislação vigente.

Na figura 2, a seguir, é representado um exemplo da distribuição das atividades relacionadas às disciplinas modulares no modelo de oferta *on-line* prevendo a alternância de atividades síncronas com períodos de autoestudo.

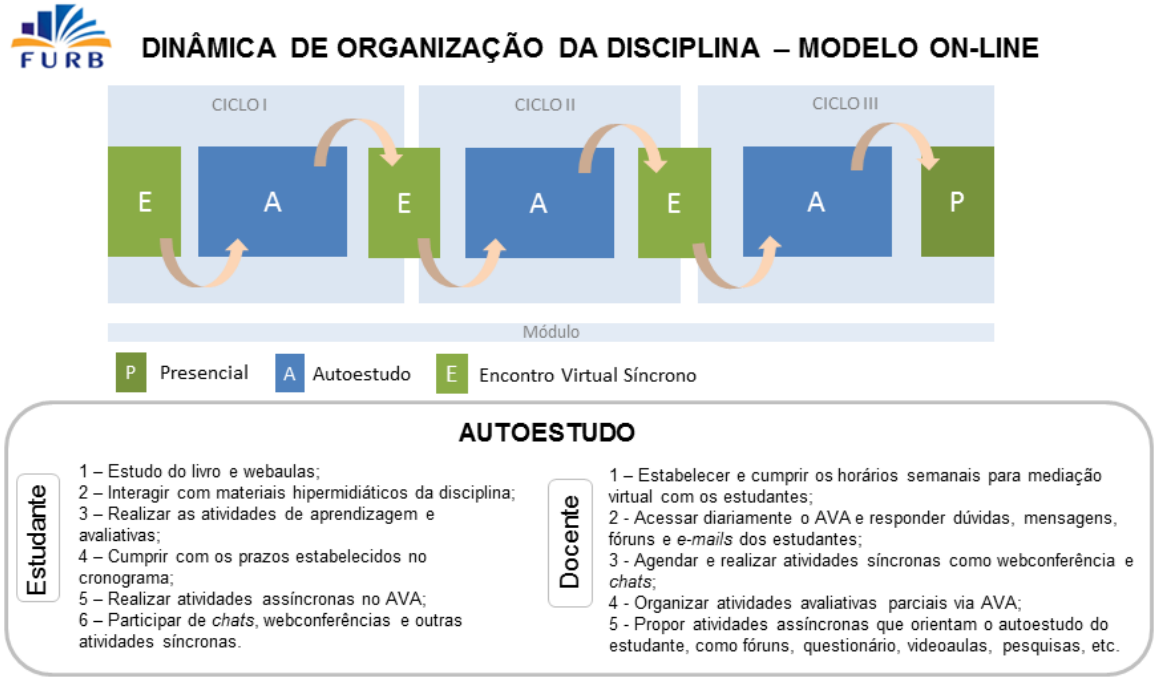

Figura 2. Exemplo de Organização da dinâmica das disciplinas
Fonte: Equipe Pedagógica DME/FURB (2018).

Nesse sentido, é necessário que o (a) docente organize o Ambiente virtual da disciplina de modo que o estudante possa compreender o contexto geral da disciplina no curso e conheça as diretrizes gerais para o desenvolvimento dos conteúdos programáticos. Assim, na primeira atividade síncrona, é importante explicitar o cronograma de execução e o plano de ensino da disciplina, realizando orientações para que o estudante possa ter autonomia em realizar seus estudos nos períodos de autoestudo, observando os prazos que deverão ser cumpridos. As demais atividades síncronas contemplarão a mediação virtual do conteúdo e serão realizadas de acordo com o cronograma estabelecido. A última atividade síncrona deverá ser realizada obrigatoriamente de maneira presencial, contemplando a avaliação final da disciplina, conforme previsto na legislação vigente.

A avaliação final poderá ser realizada ao final de cada disciplina modular, ou ao final do semestre em período agendado, o que possibilita a mobilidade dos estudantes que poderão estar uma única vez por semestre na sede da FURB ou nos polos de apoio presenciais (quando existirem).

Após os encaminhamentos e atividades realizadas em cada encontro virtual síncrono, é previsto que o (a) estudante continue o desenvolvimento da disciplina no momento de

autoestudo. Tal espaço é construído pelo (a) próprio (a) estudante e organizado com base em seu tempo e espaço, por meio do livro da disciplina e suas respectivas webaulas. Na realização do autoestudo, o (a) estudante contará com o AVA como uma importante ferramenta para a construção de conhecimentos por meio da interação e interatividade, de caráter assíncrono e síncrono, além de ser o local de disponibilização dos materiais didáticos.

A integralização da carga horária das disciplinas ocorrerá com a somatória das atividades relacionadas aos encontros síncronos da disciplina, ao autoestudo e às autoatividades. Entendem-se por autoatividades as atividades avaliativas ou não, que são realizadas tanto no livro da disciplina quanto no AVA.

3.3 RECURSOS METODOLÓGICOS

A EAD possui características diferenciadas do ensino presencial. Nesse sentido, exige a utilização de estratégias pedagógicas e métodos diferenciados. Os cursos a distância que funcionam por meio da web devem contar com um conjunto de recursos e sistemas – comumente chamado de plataforma de *e-learning* – que facilitem a interação entre docentes, estudantes, tutores (as), monitores (as) e outros (as) visitantes. Nessa plataforma, a mediação é facilitada pela utilização de diversos recursos, como o fórum de discussões, o chat e a disponibilização de informações, materiais e atividades, as quais podem ser utilizadas para garantir a aproximação entre docentes, tutores (as) e estudantes, além de promover a interação entre os (as) participantes e permitir o acompanhamento do curso por docentes, tutores (as) e monitores (as). Assim, para a educação a distância na FURB será utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem, denominado AVA3, na plataforma Moodle.

A metodologia de ensino adotada pelos cursos ofertados na modalidade a distância baseia-se em um modelo *on-line*, que prevê atividades síncronas e períodos de autoestudo, além do encontro presencial para realização da avaliação final.

As atividades presenciais ocorrerão na sede ou no polo de apoio presencial. O acompanhamento destes encontros será realizado pelo docente, ou pelo tutor (a) presencial (quando existirem), o qual tem como função desenvolver e orientar os (as) estudantes com base nos planejamentos do (a) docente da disciplina.

O autoestudo terá como suporte os seguintes instrumentos metodológicos:

a) Autoestudo com apoio do material digital da disciplina (livro, webaulas e demais materiais disponibilizados virtualmente);
b) Salas de aula virtuais alocadas no AVA3 com objetos de aprendizagem;
c) Webconferências realizadas em tempo real, previamente agendadas com docentes e

estudantes, constituindo uma atividade síncrona, sendo que poderão ser realizadas audioconferências ou videoconferências;

d) Atividades avaliativas conforme o planejamento do (a) docente da disciplina.

Demais procedimentos metodológicos específicos deverão ser planejados e apresentados no plano de ensino de cada disciplina, sob a responsabilidade do (a) docente a ela vinculado (a). Para tal, este (esta) profissional contará com o apoio técnico e pedagógico das equipes didático-pedagógicas e de produção e tecnologia.

O material didático da EAD é produzido pela própria Universidade, por meio de seu corpo docente, com a assessoria e a orientação da equipe didático-pedagógica e em parceria com a equipe de produção e tecnologia, alocada na DME. Cada disciplina possui seu livro e as respectivas webaulas. No processo de produção, os materiais são planejados com base na ementa de cada disciplina, levando-se em consideração a bibliografia adequada, o aprofundamento e a coerência teórica, e utilizando-se de diferentes recursos tecnológicos e pedagógicos para atender a modalidade a distância. Todo o conteúdo deste curso será disponibilizado no AVA3.

Construído com base na dialogicidade e na mediação do conhecimento por meio de recursos oriundos das novas TIC, o livro mais as webaulas compõem o material base de cada disciplina. Tais materiais dialogam com a dinâmica estrutural e pedagógica do curso, poderão ser elaborados pelo (a) docente da disciplina ou por docentes denominados (as) de autores. Serão preparadas e disponibilizadas versões *off-line* dos livros das disciplinas para *download*, para que o (a) estudante possa salvar o conteúdo em seu computador e imprimi-lo, conforme sua preferência.

As webaulas são um material didático hipermidiático de caráter flexível, interativo, não linear e dialógico que deve estar interligado aos conhecimentos presentes no livro da disciplina, por meio de hipertextos e multimídia. As webaulas complementam os conteúdos desenvolvidos e problematizados no livro, além de contribuir e viabilizar o desenvolvimento de atividades de aprendizagem. Pela sua característica, as webaulas são acessadas pelos (as) estudantes, de forma responsiva, por meio do AVA3.

O material didático é uma ferramenta que propicia o diálogo entre docente/autor (a) e estudante. Desse modo, a linguagem utilizada será dinâmica e motivadora, contemplando a área de abrangência do presente projeto e a diversidade cultural dos (as) estudantes, para que, apesar da distância física, não se sintam sozinhos (as) e possam descobrir meios para o desenvolvimento da sua autonomia na busca de conhecimentos.

Além do livro e das webaulas elaboradas pelo docente autor, o professor ministrante

poderá disponibilizar outros materiais digitais na sala de aula virtual, ou seja, no AVA3.

Juntamente com os materiais referentes ao conteúdo da disciplina, estão os materiais orientadores da aprendizagem, como os manuais e guias. Prevê-se o uso dos seguintes manuais:

- **Guia do estudante (*on-line*):** oferece orientações sobre as características da aprendizagem a distância, fornecendo dicas sobre a organização do estudo, e esclarece a organização do curso, apresentando as principais informações e características, recursos, formas de avaliação e disciplinas;
- **Manual do Ambiente Virtual de Aprendizagem (*on-line*):** fornece instruções sobre o uso do AVA3 e descreve os recursos disponíveis.

Obs.: A elaboração do Guia do estudante será realizada em parceria entre a Coordenação do curso e a equipe DME.

3.4 RECURSOS TECNOLÓGICOS DE APOIO AS ATIVIDADES DE EAD

Diante dos recursos possíveis de utilização no AVA3, para garantir a interação e interatividade entre docentes, tutores (as) e estudantes, destacam-se os mais importantes para o desenvolvimento dos cursos a distância, de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos definidos:

a) Ferramentas de criação de conteúdo on-line: permitem a disponibilização de objetos de aprendizagem, tais como materiais, animações, simulações, entre outros;
b) Ferramenta de colaboração - fórum: proporciona o aprofundamento dos conteúdos por meio de discussões dirigidas de modo assíncrono;
c) Ferramenta de colaboração - *chat*: proporciona o aprofundamento dos conteúdos por meio de discussões dirigidas de modo síncrono;
d) Ferramenta de texto colaborativo: possibilita a construção conjunta de um texto por um grupo de estudantes, realizando alterações e inclusões, que ficam disponíveis aos (às) outros (as) estudantes;
e) Ferramenta de criação e gerenciamento de grupos: viabiliza a criação de grupos virtuais, permitindo ao grupo o acesso restrito às ferramentas do AVA, facilitando o processo de construção coletiva.
f) Ferramentas avaliativas, como por exemplo, as tarefas com entrega de arquivos, os questionários, as lições, os laboratórios de avaliação, entre outras, que possibilitam realizar avaliações via AVA3.

O AVA3 viabiliza a comunicação assíncrona entre os diferentes atores pedagógicos e os

(as) estudantes, para comentar as aulas, discutir temas relacionados às disciplinas em andamento em fóruns, enviar o conteúdo produzido ao (à) docente, compartilhar trabalhos desenvolvidos com os (as) demais colegas e acessar ementas, conteúdo programático das disciplinas, bibliografias de referência, artigos *on-line* e outras informações importantes para um bom desempenho no curso.

Um serviço de webconferência combina o uso de um navegador web, para a visualização do material, e uma audioconferência, para a discussão entre os (as) participantes e a transmissão da imagem do (a) docente. Com esta tecnologia, estudantes, docentes e tutores (as) podem comunicar-se e colaborar em tempo real, permitindo a apresentação e o recebimento de textos, gráficos, desenhos, entre outros materiais. Assim, em termos de mídias, a webconferência integra áudios, vídeos, textos e ilustrações.

A Universidade possui uma sala de videoconferência (F-101), com todos os equipamentos necessários para sua realização, além de um serviço de webconferência da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), chamado MCONF. Estas possibilidades estarão à disposição dos (as) docentes que planejarem a utilização destes recursos em sua disciplina. Os (as) docentes também poderão dispor do apoio da equipe técnica em audiovisual e do acompanhamento pedagógico da DME.

3.5 EQUIPES MULTIDISCIPLINARES

A execução deste projeto envolverá equipes multidisciplinares, com responsabilidades específicas diante das especificidades existentes para a implantação da modalidade EAD.

A equipe de docentes que executará o projeto é composta, majoritariamente, por docentes responsáveis pelas disciplinas do Eixo Específico, em sua maior parte, com mestrado ou doutorado na área.

Já as disciplinas do Eixo Geral e de Articulação, quando for o caso, serão lecionadas por docentes com vínculo ao departamento de cada disciplina. Destaca-se que os (as) docentes ministrantes serão responsáveis pelo desenvolvimento do conteúdo e definição das estratégias pedagógicas, a partir do material institucional elaborado para as disciplinas.

A equipe de tutores (as) será selecionada por meio de edital específico, contemplando critérios a serem definidos. Considerando os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior à Distância (2007, p. 21), “[...] cabe ressaltar que as funções atribuídas a tutores a distância e a tutores presenciais são intercambiáveis em um modelo de educação a distância que privilegie forte mobilidade espacial de seu corpo de tutores”.

O modelo de gestão adotado contempla o sistema de acompanhamento dos (as)

estudantes, realizado tanto pelos (as) docentes como pelos (as) tutores (as), a partir de uma atuação articulada.

No desenvolvimento e manutenção do AVA3, de produção gráfica e de hipermídias, atuarão servidores (as) técnico-administrativos vinculados à DME. Também compõem esta equipe, profissionais que apoiam o gerenciamento das reservas de salas de aula e de materiais e equipamentos para os momentos síncronos, bem como do uso da sala de videoconferência e do sistema de webconferência.

Para a parte técnica, estão em atuação profissionais alocados na DTI, divisão responsável pelo gerenciamento de informática na Instituição. Os equipamentos e softwares utilizados na Universidade também são de responsabilidade desta equipe, e os laboratórios de informática a serem utilizados pelos (a) estudantes são de responsabilidade da DME (Ambientes de Aprendizagem).

A Biblioteca Martinho Cardoso da Veiga, além de seu rico acervo, possui uma equipe composta por profissionais capacitados (as) em todas as áreas da Biblioteconomia que operam os serviços deste espaço. Virtualmente é oferecido o acesso completo ao Portal de Periódicos da CAPES, reconhecida base de pesquisa científica, além do direcionamento para outros bancos de dados como, por exemplo, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.

A estrutura operacional e de gestão dos projetos de EAD, centralizada na DME, contempla: a chefia da divisão, a equipe didático-pedagógica, a equipe de produção e tecnologia, a equipe de logística, secretaria e monitoria (suporte EAD).

A equipe didático-pedagógica e a equipe de produção e tecnologia são responsáveis pela manutenção da infraestrutura e pelo desenvolvimento dos cursos e dos materiais didáticos. Isso envolve o assessoramento ao (à) docente para a adequação da linguagem, forma do conteúdo e a realização da transposição do material para a versão *on-line*. Destacamos que estas equipes visam ao atendimento dos (as) docentes, assessorando na utilização das tecnologias e no aprimoramento e desenvolvimento dos recursos tecnológicos utilizados pela Universidade. Para isso as equipes trabalham de modo integrado.

A equipe de logística, secretaria, monitoria (suporte EAD) e tutoria, por sua vez, é responsável pelos processos do desenvolvimento do curso, como a organização dos espaços para as atividades síncronas e os encontros presenciais, a distribuição de material, a organização dos eventos, o atendimento a dúvidas acadêmicas, entre outras funções.

Ainda, o (a) coordenador (a) de curso e a chefia da DME são responsáveis pela organização, planejamento e acompanhamento das atividades, em conjunto com as equipes envolvidas nos processos.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

4.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

4.1.1 Ensino

A PROEN é o órgão da Administração Superior cuja competência é elaborar e introduzir as políticas de ensino de graduação, ensino médio e profissionalizante da Universidade, coordenando-as e supervisionando-as.

O ensino de graduação se desenvolve nas Unidades Universitárias por meio dos cursos com grau em Licenciatura, Bacharelado e Superior de Tecnologia, com o objetivo de formação acadêmica e profissional.

O PPI de uma instituição representa seu planejamento institucional. Em vista disso, sua elaboração e constante revisão são consideradas responsabilidade de todo o coletivo institucional que, em clima de reflexão, o elabora ou atualiza estabelecendo finalidades, concepções, objetivos, metas e procedimentos institucionais.

De acordo com o PDI da FURB, a universidade é um local de "[...] produzir e difundir ciência, arte tecnologia e cultura" (ALMEIDA FILHO, 2008, p.81). A política de ensino expressa no currículo formal deve oferecer mais compatibilidade com o contexto do mundo contemporâneo, dando ênfase à formação cultural humanística, à internacionalização, à criatividade, à inovação, às práticas inter-multi-transdisciplinares, isto é, à articulação diferenciada dos saberes.

Produzir e difundir ciência, arte, tecnologia e cultura é organizar currículos que precisam pautar-se pela promoção da educação geral. Conforme Pereira (2000), essa formação pretende assegurar aos estudantes aquisição de conhecimentos, habilidades e hábitos do pensamento para uma apreciação crítica dos modos de conhecimento existentes, como são criados, utilizados e o que podem significar para os sujeitos na sua individualidade e para coletividade.

Neste sentido, os princípios institucionais para o ensino, pautam-se pela intencionalidade pedagógica da comunidade acadêmica da FURB, visando ao desenvolvimento humano integral, ancorados por valores éticos, sociais, culturais e políticos, assim definidos:

a) Democracia e Direitos humanos;
b) Ética e Cidadania ambiental;
c) Relações étnico-sociais;
d) A Formação Crítica;

Amparados nesses princípios norteadores bem como nas legislações pertinentes,

definem-se as diretrizes que orientam os PPC´s dos cursos de graduação da universidade, os quais devem contemplar, considerando suas especificidades, as seguintes diretrizes:

a) Aprendizagem como foco do processo;
b) Educação geral
c) Flexibilização;
d) As tecnologias digitais;
e) Internacionalização;
f) Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão.

O curso superior de Tecnologia por meio de sua organização didático pedagógica atende aos princípios e diretrizes para o ensino, na medida em que contempla em seu desenho curricular:

a) Inovações quanto à flexibilidade dos componentes curriculares por meio de componentes curriculares presentes em vários cursos e modalidades;
b) Oportunidades de integralização curricular;
c) Atividades práticas vinculadas aos componentes curriculares
d) Atividades acadêmico-científico-culturais (AACCs);
e) Atividades transversais por meio de disciplinas integralizadoras;
f) Incorporação de avanços tecnológicos inerente a modalidade mediada por tecnologia.

O currículo do curso Superior de Tecnologia da FURB, elemento norteador das ações didático-pedagógicas, atende às Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais, de acordo com a Resolução N.º 201/2017 de 22 de dezembro de 2017, o qual determina que os PPC´s dos cursos superiores de Tecnologia devem contemplar a estrutura e organização dos currículos organizados em espaços comuns e integrados de estudos, denominados eixos, em torno de temáticas ou componentes curriculares para atender os requisitos legais acerca dos temas transversais, dos conhecimentos específicos da atividade profissional e de demandas das grandes áreas do conhecimento.

4.1.2 Extensão

Na Universidade, a Extensão fundamenta-se no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e realiza-se orientada para o favorecimento das condições de produção do conhecimento e a formação de profissionais capazes de atuação academicamente inovadora e socialmente comprometida com a melhoria das condições de vida em sociedade. A Resolução nº 024/2004, de 21 de março de 2004, institui e regulamenta a

Política de Extensão, a qual é regida pelos seguintes princípios:

a) Gestão democrático-participativa;
b) Desenvolvimento do ser humano na sua integralidade e diversidade, respeitado o meio ambiente;
c) Valoração dos direitos fundamentais e dos direitos humanos;
d) Produção e/ou socialização do conhecimento; V. ética e justiça na relação universidade-sociedade-ambiente, considerando os interesses de humanos e não humanos;
e) Interdisciplinaridade nas ações de extensão universitária;
f) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão;
g) Regionalidade nas ações;
h) Caráter público na condução das ações da extensão.

A Política de Extensão tem os seguintes objetivos:

a) Promover a interação transformadora entre Universidade, a sociedade e o ambiente;
b) Contribuir para o desenvolvimento sustentável;
c) Incentivar a expressão da diversidade cultural, artística, científica, tecnológica, desportiva e filosófica;
d) Estimular e promover o respeito trans e multicultural;
e) Contribuir na formação acadêmica, fomentando a inserção de atividades de extensão, nas matrizes curriculares, podendo ser articulada com pesquisas;
f) Consolidar as ações de extensão, a partir da perspectiva ética;

A Universidade concebe e organiza seu processo de extensão em convergência às previsões da Política Nacional de Extensão. Deste modo, na Universidade a extensão é compreendida e praticada como um "[...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade".

Partindo da determinação legal impressa na Constituição de 1988, a Universidade considera a Extensão como possibilidade de uma prática integradora entre o conhecimento-modo de fazer acadêmico e o conhecimento-modo de fazer da sociedade em geral.

Na Universidade, a prática da extensão é desenvolvida sob a perspectiva integradora e se materializa por meio de ações de planejamento e execução de atividades por meio de

Programas Permanentes, Projetos, atividades diversas propostas pela comunidade acadêmica e não acadêmica, consideradas as Áreas Temáticas assinaladas nas diretrizes da Política Nacional de Extensão, a saber:

a) Comunicação
b) Cultura;
c) Direitos Humanos e Justiça;
d) Educação;
e) Meio Ambiente;
f) Saúde;
g) Tecnologia e Produção;
h) Trabalho.

A extensão no âmbito CCSA, tem como objetivo geral: "Proporcionar a comunidade de Blumenau e região, conhecimentos em administração, contabilidade e economia, aplicados a organização com ou sem fins lucrativos e suas respectivas operações de negócios com incentivo ao empreendedorismo, a responsabilidade socioambiental, inovação tecnológica e social".

A extensão no âmbito do curso tem como objetivo proporcionar a comunidade de Blumenau e região, conhecimentos acerca de gestão de negócios e melhoria do desempenho organizacional, aplicados a organizações com ou sem fins lucrativos e suas respectivas operações de negócios com incentivo ao empreendedorismo, a responsabilidade socioambiental, inovação tecnológica e social.

A articulação e desenvolvimento de projetos específicos ocorrerão gradualmente na medida da implementação do curso, pois, muitas ações poderão ser construídas entre docentes e estudantes, na medida em que suas demandas e necessidades sejam apontadas por conta de sua regionalidades e ambientes de atuação.

Adicionalmente o curso poderá submeter projetos de extensão específicos para dar atendimento as demandas levantadas e ou sugeridas pelos acadêmicos em acordo com os interesses da Universidade e dos professores e organizações da comunidade em que está inserida.

Mais especificamente no caso deste curso Superior de Tecnologia o aluno poderá desenvolver atividades de extensão e validar como atividades extracurriculares participando de projetos ou atividades promovidas no âmbito da universidade por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão.

4.1.3 Pesquisa

Com o intuito de concretizar o objetivo da Furb de promover o ensino, a pesquisa e a extensão, fomentando o desenvolvimento socioeconômico sustentável e o bem-estar social. E considerando o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), onde as diretrizes para o ensino consideram a aprendizagem como foco do processo; educação geral; flexibilização; tecnologias digitais, internacionalização; o curso tecnólogo ofertado virtualmente tem o intuito de flexibilizar, fazer uso das tecnologias digitais, romper as barreiras físicas com o intuito de possibilitar o ensino e pesquisa para o maior número possível de indivíduos.

A Pós-Graduação na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) tem por finalidade formar docentes e pesquisadores, proporcionando uma formação científica e cultural ampla e capacidade de pesquisa e inovação nos diferentes ramos do saber. Assim o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAd), que atua em nível de mestrado *stricto-sensu*, tem como princípios a busca pela flexibilidade e agilidade entre suas linhas de pesquisa. Ou seja, na formação de alunos em metodologias de ensino; interação com outros grupos de pesquisa; e consistência na proposta curricular. Programa este de Pós-Graduação que tem como área de concentração a Estratégia e Competitividade das Organizações, onde envolve estudos no campo de estratégia e competitividade organizacional, basicamente em gestão da inovação e gestão estratégica, em nível interno e externo às organizações. Nos dias de hoje, em um mundo globalizado, onde recursos, informação e conhecimento fluem e evoluem rapidamente, não somente empresas, mas também organizações em geral, estão fortemente sujeitas ao impacto de inovações e a mudanças de cenário externo.

Assim, qualquer organização e seus funcionários e empreendedores, necessitam estar constantemente avaliando seu cenário e suas estratégias frente a competidores, procurando antecipar a evolução dos requisitos do mercado e de seus usuários. Ou seja, os alunos do curso ofertado virtualmente nos cursos de tecnologia, poderão participar das linhas de pesquisa do PPGAd em projetos de pesquisa e iniciação científica em duas áreas.

A primeira em Gestão da Inovação em Organizações que agrupa temas relacionados ao modo como as organizações podem ou devem atuar para manterem-se competitivas, tendo como foco a questão da inovação em processos, bens e serviços, sua gestão, desempenho e inserção mercadológica. Foca-se em estudos sobre a gestão de aspectos internos e externos, particularmente a interface organização-mercado, abordando a gestão da inovação em organizações de diferentes áreas do conhecimento, entre elas organizações da saúde, organizações complexas e do terceiro setor.

E na segunda em Gestão Estratégica das Organizações que agrupa temas relacionados

a estudar como as empresas podem ou devem atuar em nível estratégico, olhando principalmente (mas não unicamente) para aspectos externos (inputs/outputs), como estratégias competitivas em um mercado internacional. Além destes aspectos, tendo em vista que a cada dia organizações complexas, da saúde e do terceiro setor têm se tornado mais importantes para a sociedade, deve-se procurar entender como estas organizações devem ou podem ser geridas. Assuntos esses abordados em alguns tópicos do curso tecnólogo ofertado em EAD pela FURB.

4.2 APOIO AO DISCENTE

A Universidade, ciente da sua responsabilidade social e consolidando seu papel para além do ensino de qualidade, disponibiliza, através da CAE, um conjunto de atividades específicas e programas de apoio financeiro que contribuem para a inclusão social, acadêmica e profissional dos (as) estudantes, visando a sua permanência e sucesso na Universidade. São atividades de atenção ao (à) estudante, gerenciadas pela CAE: (a) atendimento e acompanhamento psicossocial; (b) atendimento e acompanhamento aos (às) estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação; (c) encaminhamento aos serviços especializados de atendimento na área da saúde, jurídica e assistência social. Quanto aos programas de apoio financeiro e complementação curricular, tem-se: (a) bolsas de estudo do Art. 170, Art. 171 e Fundo Social; (b) bolsa de pesquisa do Art. 170; (c) estágio interno; (d) estágio curricular não obrigatório; (e) desconto fidelidade. O acesso aos programas de bolsas se dá através de cadastro, com inscrições abertas no início de cada semestre, gerido pela CAE. A gestão dos estágios internos e curriculares não obrigatórios acontece no NGE, vinculado à PROEN. O acesso e a manutenção do desconto fidelidade acontecem na DAF.

A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), e as diretrizes adotadas pelo MEC na avaliação de cursos e de instituições de ensino superior (SINAES) são claras quanto às responsabilidades da educação superior em promover a acessibilidade e adotar princípios e práticas pedagógicas, visando garantir o acesso, a participação e o êxito dos (as) estudantes.

Neste sentido, incluir implica compreender particularidades e singularidades do sujeito, respeitar seu potencial e apostar em sua capacidade e autonomia, garantindo as condições objetivas de acessibilidade, seja através do fornecimento de recursos materiais ou de estrutura (como mobiliário adaptado, espaços acessíveis, entre outros), seja através de recursos humanos especializados (como professor(a) de AEE, profissionais de apoio) ou ainda através de recursos pedagógicos (como a adaptação de materiais).

Sendo assim, a CAE é responsável: (a) pela elaboração, implementação, execução e avaliação da política de apoio aos(às) estudantes em parceria com outras unidades da Universidade (Estatuto da Fundação, Art. 63 da Resolução Universidade nº 35/2010); (b) pela coordenação de ações relacionadas à inclusão dos(as) estudantes com deficiência[1] e altas habilidades / superdotação por meio do NInc, conforme disposto na Política de Inclusão das Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades / Superdotação (Resolução FURB nº 59/2014); (c) pelo serviço de tradução / interpretação de LIBRAS (Resolução FURB nº 08/2015).

Tendo em vista o cumprimento de suas atribuições, a CAE tem buscado fortalecer o relacionamento com os (as) estudantes com deficiência e altas habilidades / superdotação, bem como com aqueles (as) estudantes com quadros clínicos não equiparados à deficiência e com aqueles que apresentam impasses pessoais e dificuldades contingenciais às suas circunstâncias de vida. Através do NInc, tem trabalhado para instituir e garantir ações integradas de apoio às demandas e necessidades estudantis que possam causar prejuízo ao desenvolvimento de atividades acadêmicas / funcionais ou de sua vivência acadêmica, exigindo adequações da Universidade no sentido de garantir sua permanência e sucesso acadêmicos

As atividades de atendimento à comunidade acadêmica são: assessoria técnica, atendimento psicossocial, AEE e atendimento administrativo.

A assessoria técnica, exercida por profissionais do serviço social e da psicologia, compreende:

a) Assessorar e orientar docentes e técnico-administrativos;
b) Oferecer subsídio técnico à elaboração e à execução, bem como disseminar as diretrizes para a elaboração de políticas, projetos, programas e ações institucionais de promoção à inclusão, permanência universitária e qualidade de vida estudantil;
c) Propor ações de acessibilidade em parceria com outras unidades universitárias;
d) Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e permanência no ensino superior;
e) Gerir e planejar o cadastro socioeconômico para a distribuição de recursos dos programas de bolsa que exigem a comprovação da situação socioeconômica familiar (Art. 170, FUMDES – Art. 171 e Fundo Social).

O atendimento psicossocial, voltado aos (às) estudantes da Instituição é realizado por

[1] Conforme Art. 3º da Política de Inclusão da FURB, considera-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial e as com transtorno do espectro autista.

equipe composta por duas profissionais do serviço social e duas profissionais da psicologia. Dentre algumas ações, citam-se:

a) Entrevistar, acompanhar, orientar e encaminhar estudantes, a partir das suas especificidades e quando necessário, oferecendo escuta qualificada;
b) Desenvolver projetos de pesquisa e/ou de extensão;
c) Fazer interlocução com coordenações de cursos, docentes, assessoria pedagógica e técnico-administrativos sobre o campo de possibilidades e de limitações dos (as) estudantes;
d) Participar em reuniões com outros setores e serviços internos e externos à Universidade.

O AEE é voltado aos (às) estudantes com deficiência e altas habilidades / superdotação. Prevê a definição de estratégias e de recursos de acessibilidade na Universidade, orientação a docentes, entre outros, contando com três profissionais de apoio (higiene e audiodescrição) e dez intérpretes (tradução / interpretação) de LIBRAS para o acompanhamento dos (as) estudantes com surdez e professores (as) de LIBRAS. O AEE tem acontecido sob demanda de estudantes que procuram a CAE em razão da deficiência ou altas habilidades/superdotação, que por sua vez os (as) orienta sobre os programas e recursos disponíveis na Universidade e outros encaminhamentos pertinentes às áreas do serviço social e da psicologia, dependendo das demandas apresentadas.

O atendimento administrativo é responsável pelo registro, controle, solicitação e operacionalização de rotinas administrativas. Essas atividades, em conjunto com o (a) estudante, o curso e outras unidades da instituição, têm como objetivos:

a) Contribuir para o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento do (a) estudante;
b) Fortalecer a relação entre estudante e docentes / curso;
c) Estimular a busca de alternativas para a superação das dificuldades;
d) Contribuir para com a garantia do acesso, da permanência e do sucesso acadêmicos;
e) Contribuir com o estabelecimento de uma cultura inclusiva na Universidade.

4.3 PROVAS DE SUFICIÊNCIA

Em função da modalidade de oferta do curso e a efetiva operacionalização não estão previstos componentes curriculares com prova de suficiência. No efetivo desenvolvimento do curso e por deliberação expressa do colegiado, adicionalmente observando o Art. 47, §2º da LDB/9394/1996 e a Resolução FURB n° 39/2002, poderão ser solicitadas pelos acadêmicos a

efetiva realização de provas de suficiência.

Para fins de realização da Prova de Suficiência o aluno que requerer e uma vez aprovado pelo colegiado, deve obedecer às seguintes condições:

a. Estar regulamente matriculado na disciplina;
b. Submeter-se a uma Prova de Suficiência sob a responsabilidade de banca examinadora especial, da qual farão parte os professores credenciados na disciplina;
c. O requerimento deve ser formulado nas datas pré-fixadas pelo Calendário Acadêmico;
d. O conteúdo da prova é o conteúdo programático da disciplina;
e. A nota mínima para aprova e dispensa das aulas é 6,0 (seis).
f. Respeitar o processo de tramitação disposto na já citada Resolução n. 39/2002;
g. Realizar o pagamento normal da importância devida ao total de créditos da disciplina dispensada.

4.4 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

Dentre as necessidades da comunidade acadêmica, no que diz respeito à adequação e à qualificação da infraestrutura, merece destaque a questão da acessibilidade. Proporcionar a máxima autonomia de estudantes e servidores é um compromisso da FURB, tornando democrático o acesso aos seus ambientes, ampliando e facilitando os processos de inclusão, tanto na infraestrutura física quanto nos seus ambientes de ensino-aprendizagem e de comunicação e atendimento. Atender as normas de acessibilidade é uma preocupação constante e está previsto como meta no PDI 2016-2020, que traz diversas ações afim de adequar a infraestrutura da Universidade.

4.5 INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE

A internacionalização, cuja Política aprovada conforme Resolução da FURB 197/2017, é um processo que integra a dimensão internacional, intercultural e global às metas, funções e implementação do ensino superior. Esta é uma ação que complementa e estende a dimensão local, promovendo o relacionamento entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas.

O objetivo do processo de internacionalização é possibilitar aos (às) estudantes e docentes experiências para viver e trabalhar num mundo interconectado. O processo de internacionalização inclui a pesquisa e a extensão, que estão cada vez mais presentes nas atividades dos grupos de trabalho e que visam, principalmente, levar a Universidade a um

patamar de reconhecimento internacional.

Neste sentido, os alunos poderão participar de atividades em Universidades estrangeiras, na medida em que atendam os componentes curriculares e especificidades do curso, atividades estas que incluem:

a)Cursar disciplinas durante determinado período em universidade estrangeira;

b)Participar de projetos ou programas de extensão ou de pesquisa que envolvam instituições estrangeiras, entre outros.

Entende-se que ao participar de atividades em Universidades Estrangeiras, diversos benefícios podem ser obtidos no desenvolvimento do currículo do (a) estudante, tais como:

a) Contribuir para a formação de um (a) profissional autônomo (a) e globalizado (a), capaz de atuar e resolver problemas em qualquer lugar do mundo;

b) Permitir a convivência com pessoas de outros países estimulando a empatia, a tolerância, a solidariedade, o respeito pelo outro e a diversidade cultural, características necessárias ao trabalho de equipe;

c) Proporcionar ao (à) egresso (a) o aumento de empregabilidade em todo o mundo e amplia o *networking* em escala global;

d) Proporcionar ao (à) estudante receber o diploma assinado pela Universidade e pela instituição na qual estudou no Exterior, quando previsto em convênio específico (convênio de Dupla Diplomação).

Considerando adicionalmente que a participação de estudantes e docentes estrangeiros (as) trazem elementos culturais, econômicos, linguísticos, comportamentais e geográficos que enriquecem a formação do aluno.

A CRI é a responsável pelos convênios e processos de intercâmbio. Atualmente a Universidade mantém mais de 60 convênios de cooperação com IESs na Europa, América, Ásia e África, com objetivo de promover a qualificação e atualização do conhecimento, para estudantes, docentes e servidores (as) técnico-administrativos de todas as áreas. Por meio dos convênios, os (as) estudantes podem cursar as disciplinas sem pagar mensalidades no exterior e da FURB.

É necessário apenas o pagamento da matrícula na Universidade e efetuar o trancamento, para manutenção do vínculo acadêmico.

Os critérios para participação dos (as) estudantes são:

a) Integralização de 25% dos créditos previstos na grade curricular de seu curso;

b) Média geral igual ou superior a 7,5;

c) Proficiência no idioma exigido pela universidade de acolhimento.

Os (as) estudantes poderão cursar disciplinas nas IESs estrangeiras pelo período de um ou dois semestres. Esta participação é regulamentada de acordo com editais próprios e ofertas de programas específicos, os quais regram as condições necessárias.

Neste sentido o colegiado do curso poderá apoiar, facilitar e viabilizar o reconhecimento e aproveitamento dos créditos cursados no exterior em que se obtiver aproveitamento, de acordo com as regras da instituição estrangeira ofertante das disciplinas, podendo incluir análise da documentação pertinente de acordo com a Resoluções FURB nº 61/2006 e nº 48/2002 e normas específicas.

A Universidade também recebe estudantes estrangeiros (as) para cursar disciplinas. O recebimento destes (as), seja por convênios específicos ou não, permite a sua matrícula em nossa instituição, sendo que estes processos são regulamentados apropriadamente. Em relação a este ponto, o PPC pode descrever seu interesse em receber estudantes estrangeiros (as) e formas de incentivar e efetivar esta proposta.

As ações de internacionalização, além de consolidar a cooperação por meio de parcerias universitárias, favorecendo o intercâmbio de estudantes, permitem iniciativas de adaptação de estruturas, conteúdos curriculares e metodologias de ensino entre as instituições, podendo culminar com a celebração de convênios de dupla diplomação dos (as) estudantes pelas instituições parceiras.

Para obtenção de dupla diplomação é necessário que haja a elaboração de convênio específico para esta finalidade que contemple o alinhamento da matriz curricular, estabelecendo o tempo mínimo do curso em cada instituição, as regras de equivalência de disciplinas cursadas na instituição acolhedora, assim como o tempo mínimo de permanência e demais atividades curriculares, incluindo estágio obrigatório ou TCC. No que diz respeito às disciplinas, deve-se considerar nomenclatura, conteúdos e bibliografias semelhantes para facilitar o processo de equivalência.

4.5.1 Oferta de disciplinas em língua estrangeira

Desde 2012, a Universidade oferta disciplinas lecionadas no idioma inglês. A aprovação da inclusão destas disciplinas consta do Processo CEPE nº 187/2011. Para facilitar o processo de internacionalização, o (a) estudante pode cursar disciplinas em língua estrangeira, previstas na matriz curricular do curso e que tenham disciplinas semelhantes no idioma português, sendo ofertadas em paralelo.

Entre os objetivos desta ação, destacam-se:

a) Proporcionar experiências de educação em língua inglesa, em áreas específicas;

b) Preparar estudantes para participação em intercâmbios internacionais;

c) Oferecer disciplinas em língua estrangeira para atender a estudantes de universidades estrangeiras;

d) Inserir a Universidade no contexto da mobilidade acadêmica internacional de estudantes e docentes.

O aluno poderá cursar disciplinas em língua estrangeira passíveis de convalidação de estudos com as disciplinas do currículo, sendo que estas podem além de convalidar estudos, podem ser validadas como AACCs, conforme Resolução FURB nº 82/2004;

Além das disciplinas em língua estrangeira, o curso poderá prever: inclusão de obras de referência (básicas) de autores de renome internacional na bibliografia dos componentes curriculares, incluindo periódicos científicos, livros e outros materiais; incentivar e viabilizar a vinda de docentes visitantes que façam pesquisas em âmbito internacional e desenvolvam atividades científicas e culturais, ou ainda, projetos de pesquisa e extensão.

Por fim, a política de internacionalização está inserida no PDI da Universidade e faz parte das dimensões de avaliação do SINAES / MEC.

4.5.2 Quanto à revalidação de componente curricular

O procedimento para a revalidação de componente curricular de nível superior cursado durante o período de intercâmbio será feito pelo (a) Coordenador (a) de Curso, respeitando-se o disposto na legislação interna da Universidade.

5 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

5.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Na matriz curricular foram consideras as premissas do catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia que discorre sobre conceitos, informações e evoluções tecnológicas que permeiam a formação profissional do tecnólogo.

É importante destacar que o catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia, na medida em que relaciona os cursos superiores de tecnologia, expressa as habilidades necessárias para a formação de um profissional tecnólogo, nesse sentido estas competências descritas e elencadas como necessárias na construção do perfil do tecnólogo foram amplamente discutidas e apresentam-se contempladas na organização da oferta do curso.

Os currículos na FURB são organizados em espaços comuns e integrados de estudos, denominados eixos, visando superar a fragmentação e isolamento das áreas, dos sujeitos, dos componentes curriculares e dos espaços de ensino-aprendizagem.

De acordo com as Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais da instituição, o currículo dos cursos superiores de Tecnologia deverá ser organizado a partir do Eixo Geral que objetiva atender os requisitos legais acerca dos Temas Transversais, o eixo específico que trata sobre os conhecimentos específicos da atividade profissional e, opcionalmente, poderão apresentar Eixo de Articulação.

O **eixo específico** agrega as temáticas relacionadas com os conceitos específicos da atividade profissional do egresso do curso, expõe-se e justifica-se sua organização por disciplinas, incluindo a perspectiva horizontal e vertical, vislumbrando possibilidades de integração entre os componentes curriculares/áreas temáticas em um mesmo semestre (horizontalmente) e ao longo do curso (verticalmente).

O **eixo de articulação** está de acordo com a proposta do CCSA que pressupõe que a organização dar-se-á por meio das áreas temáticas e será efetuada por meio de atividades integradas na forma de componentes curriculares.

Esta integração objetiva a convivência e a interação entre os acadêmicos dos diferentes cursos que agregam tais temáticas e disciplinas em sua matriz curricular.

Conforme aprovado em reunião do Conselho do CCSA, o eixo de articulação do CCSA contemplará 16 (dezesseis) componentes curriculares.

A definição das componentes curriculares do eixo de articulação considerou como premissas básicas as características peculiares entre os cursos e a convergência dos objetivos das componentes, conforme segue:

a) Introdução a Educação a Distância
b) Ambiente Corporativo e Postura Profissional
c) Administração e Empreendedorismo
d) Psicologia Organizacional
e) Fundamentos de Economia
f) Contabilidade Geral
g) Funções Administrativas
h) Gestão de Pessoas
i) Análise de Custos
j) Gestão Financeira
k) Estatística
l) Análise de Investimentos
m) Gestão da Informação
n) Responsabilidade Social e Ambiental
o) Direito Empresarial
p) Planejamento Estratégico

No que se refere ao eixo de articulação, o curso se relacionará além dos cursos superiores de tecnologia, com os cursos de economia, ciências contábeis, turismo e, secretariado executivo, justificando sua escolha, por conta das atividades e os objetivos adotados para concretizar o diálogo com estas áreas de conhecimento.

Visando atender ao desenvolvimento dos temas transversais definidos em lei foram inseridos os referidos conhecimentos em componentes curriculares do currículo de maneira a promover seu efetivo desenvolvimento durante o período de formação do aluno, conforme abaixo:

Tema Transversal	Componente curricular

Educação Ambiental	Responsabilidade Social e Ambiental
Definir ementa	Gestão de Pessoas

Vale dizer que, os alunos serão motivados à participarem de eventos e atividades institucionais realizados internamente na universidade, bem como fora dela, acerca dos temas transversais (educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena), validando as horas como AACC´s, perfazendo 40% da carga horária total de 126 horas, exigida em AACCs. Todas as atividades, programas e projetos de extensão, semana acadêmica, palestras, seminários, oficinas e afins serão registradas e documentadas na Coordenação de curso para fins de comprovação, conforme orienta às diretrizes gerais e curriculares institucionais da FURB.

Atendendo o Art. 3º e seus incisos do Decreto nº 5.626/ 2005, a disciplina de LIBRAS será ofertada como componente curricular optativo e poderá ser utilizado pelo aluno para convalidar as atividades extracurriculares.

No contexto do presente curso e considerando que a modalidade de oferta é mediada por tecnologia (EAD), entende-se que para o efetivo desenvolvimento do curso as Tecnologias de Informação e Comunicação são fundamentais e de importância altamente relevantes para o desenvolvimento das atividades e na promoção da interação entre os alunos, professores, tutores e demais envolvidos.

A metodologia definida e utilizada pela modalidade incentiva a interdisciplinaridade, haja vista a organização de componentes curriculares comuns a diversos áreas de formação possibilitando a interação de alunos dos diversos cursos, na medida em que a modalidade transcende tempo e espaço a flexibilização pode ser obtida pela facilidade do alunos cursarem disciplinas em outras modalidade e convalidar seus estudos, ademais a possibilidade das atividades de articulação permite ao alunos buscar projetos de pesquisa e extensão ampliando as possibilidades de indissociabilidade e articulação entre teoria e prática.

5.2 COMPETÊNCIA E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO ALUNO EM CADA SEMESTRE

De acordo com o Regimento Geral da FURB (Resolução FURB nº 129/2001), citado pelo PDI, apresentam que o processo ensino aprendizagem deve acompanhar o domínio de um

conjunto de competências.

No sentido de promover potenciais ações a serem desenvolvidas a cada semestre de modo a contribuir na formação adequada dos estudantes, tanto quanto servir como uma forma de diretriz na elaboração dos planos de ensino e atividades acadêmicas, que serão levadas a efeito no efetivo desenvolvimento das aulas; de maneira a proporcionar reflexões aprofundadas sobre quais competências que o estudante deverá desenvolver.

Assim, nos componentes específicos do Curso Superior de Tecnologia, pretende-se que o estudante desenvolva, no processo de formação, as competências e habilidades para:

i. Articular recursos com foco no planejamento e desenvolvimento de negócios;
ii. Diagnosticar e mapear processos gerenciais;
iii. Analisar informações de gestão e propor soluções para a melhoria dos processos gerenciais;
iv. Avaliar a viabilidade operacional, financeira e contábil dos processos gerenciais;
v. Gerenciar recursos e processos organizacionais.

5.3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com as Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de graduação da Universidade e a Resolução 82/2004, as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) são consideradas atividades curriculares que envolvem ensino, pesquisa e extensão, institucionais e não institucionais. Têm como objetivo ampliar as possibilidades de formação e contribuir para a autonomia do acadêmico na construção de seu percurso de formação, respeitando o perfil profissional pretendido por cada curso.

No presente curso, o acadêmico deverá comprovar, até o término do curso, uma carga horária de 126 (cento e vinte e seis horas) horas de AACCs.

De acordo com a tabela de pontuação das AACCs (anexo II da Resolução 82/2004), a pontuação máxima do total da carga horária estabelecida deve estar de acordo com os critérios apresentados a seguir:

Tabela 4 – Pontuação das AACCs

Atividade	Pontuação máxima
I - Atividades de Pesquisa	
Participação em programas ou projetos oficiais como bolsista ou voluntário.	75% do total da carga horária estabelecida no PPC do curso
II - Atividades de Extensão	
Participação, com atuação, em programas e/ou atividades de extensão, conforme definido na Política de Extensão da Universidade Regional de Blumenau;	75%
Elaboração (autoria ou coautoria) e participação, com apresentação de trabalho(s), em seminários, congressos, simpósios, palestras, conferências e similares;	
Participação, como ouvinte, em seminários, congressos, simpósios, palestras, conferências e similares;	
Participação em Semanas Acadêmicas promovidas por Instituições de Ensino Superior (IES);	
Participação em grupos de estudo, sob a supervisão de professores.	
III - Disciplinas cursadas inter e intra cursos em diferentes níveis de ensino	
Em cursos sequenciais, tecnólogos, graduação, especialização *lato sensu* e *strictu sensu*.	75%
IV - Publicação de trabalhos científicos	
Artigos, resenhas e resumos.	75%
V - Atividades comunitárias	50%
VI – Estágios curriculares não obrigatórios	50%
VII – Monitorias	50%
VIII- Visitas técnicas, feiras de negócios e viagens de estudo não vinculadas à matriz curricular	50%
IX - Outras atividades definidas pelo Colegiado de curso	50%

Fonte: Anexo II da Resolução 82/2004.

5.4 ESTRUTURA CURRICULAR

5.4.1 Matriz curricular

Curso: Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais								**Turno: NOT**
Grau: Tecnólogo								**Código:**
Fase	**Componente Curricular**	**Eixo[1]**	**Carga horária**			**CA**	**CF**	**Pré-Requisitos**
			T	**P**	**Total**			
1	Introdução a Educação a Distância	EA	36	0	36	2	2	
	Ambiente Corporativo e Postura Profissional	EA	36	0	36	2	2	
	Empreendedorismo	EA	72	0	72	4	4	
	Psicologia Organizacional	EA	72	0	72	4	4	
	Fundamentos de Economia	EA	72	0	72	4	4	
	Contabilidade Geral	EA	72	0	72	4	4	
		Subtotal	360	0	360	20	20	
2	Funções Administrativas	EA	72	0	72	4	4	
	Gestão de Pessoas	EA	72	0	72	4	4	
	Análise de Processos Empresariais	EE	72	0	72	4	4	
	Administração da Produção e Operações I	EE	72	0	72	4	4	
	Gestão da Mudança Organizacional	EE	72	0	72	4	4	
		Subtotal	360	0	360	20	20	
3	Gestão da Cadeia de Suprimentos	EE	72	0	72	4	4	
	Processo de Negociação	EE	72	0	72	4	4	
	Análise de Custos	EA	72	0	72	4	4	
	Gestão Financeira	EA	72	0	72	4	4	

	Administração de Vendas	EE	72	0	72	4	4	
		Subtotal	360	0	360	20	20	
4	Estatística	EA	72	0	72	4	4	
	Gestão de Projetos	EE	72	0	72	4	4	
	Analise de Investimentos	EA	72	0	72	4	4	
	Gestão da Informação	EA	72	0	72	4	4	
	Marketing I	EE	72	0	72	4	4	
	Eletiva I	EE	72	0	72	4	4	
		Subtotal	432	0	432	24	24	
5	Gestão da Inovação	EE	72	0	72	4	4	
	Responsabilidade Social e Ambiental	EA	72	0	72	4	4	
	Direito Empresarial	EA	72	0	72	4	4	
	Administração de Empresas de Serviços	EE	72	0	72	4	4	
	Disciplina Optativa	EA	72	0	72	4	4	
	Eletiva II	EE	72	0	72	4	4	
		Subtotal	432	0	432	24	24	
	AACC				126	7		
		TOTAL	1944		2010	115	108	

(1) EG – Eixo Geral; EA – Eixo de Articulação; EE – Eixo Específico

(2) Disciplinas Eletivas deverão ser cursadas preferencialmente na modalidade á Distância

Componentes curriculares – OPTATIVOS

Fase	Componente Curricular	Eixo	Carga horária			CA	CF	Pré- Requisitos
			T	P	Total			
	Libras	EG	72	0	72	4	4	

	Planejamento Estratégico		72	0	72	4	4	
	E-commerce e Internetmarketing		72	0	72	4	4	
	Análise de Indicadores Financeiros e Econômicos		72	0	72	4	4	
	Formação de Preços de vendas		72	0	72	4	4	

5.4.2 Detalhamento dos componentes curriculares

5.4.2.1 Disciplinas da FASE I

Componente Curricular: Introdução a Educação a Distância
Área Temática: Educação
Ementa: Contextualização da educação a distância (EAD). Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e seus recursos como meio de efetivar atividades a distância. Processos de ensinar e de aprender, organização do tempo e dos estudos na modalidade a distância. Organização e metodologia do curso de graduação a distância.
Objetivos: Conhecer a estrutura da disciplina e aspectos operacionais que serão disponibilizados ao longo da disciplina; conhecer a importância de alguns aspectos e práticas no contexto do estudar a distância; identificar as características da educação online e suas possibilidades; identificar como as tecnologias digitais contribuem para uma aprendizagem colaborativa; conhecer o conceito, a história e as características da EaD ;conhecer recursos digitais de apoio as atividades no curso; Conhecer as diferenças entre as modalidades de educação; conhecer o conceito, a história e as características da EaD ; Conhecer os atores envolvidos com a EAD e dicas de como interagir na web; Conheça as características de um Ambiente Virtual de Aprendizagem e domine os principais recursos do ambiente.
Bibliografia básica: - BEHAR, Patricia Alejandra. **Modelos pedagógicos em educação a distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p, il., tabs. (Biblioteca Artmed. Tecnologia educacional). - CATAPAN, Araci Hack. **Introdução a educação a distância**. Florianópolis: Filosofia/EaD/UFSC, 2008. 122 p, il. - MOORE, Michael; KEARSLY, Greg. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2007. xxii, 398 p, tabs.
Bibliografia complementar: - ALVES, Joao Roberto Moreira; HERNANDEZ, Daniel Pinheiro. Introdução a educação a distância. Rio de Janeiro: IPAE, 1996. 58p. (Educação a distância). - BRITO, Glaucia da Silva. **Cadernos de educação a distância**. Curitiba: UFPR, PROGRAD, 2012. 202 p, il. - CORRÊA, Juliane (org.). **Educação a distância**: orientações metodológicas. Porto Alegre: Artmed, 2007. vi, 104 p, il. - HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância, 1º período. Florianópolis: UFSC, 2011. 126 p, il. - MAIA, Carmem; MÁTTAR, João. **ABC da EaD**: a educação a distância hoje.1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. xvi, 138 p, il.

Componente Curricular: Ambiente Corporativo e Postura Profissional
Área Temática: Administração Geral
Ementa: Regras de Convívio (social e profissional). Imagem e Comunicação. Ética como Valor de Conduta na Sociedade e no Exercício Profissional.
Objetivos: Desenvolver habilidades através da assimilação de padrões de comportamento e aprimoramento das atitudes nos relacionamentos humanos no ambiente profissional e social. Refletir acerca da formação da pessoa ética no exercício da cidadania.
Bibliografia básica:

- ARRUDA, Fabio. Sempre, às vezes, nunca: etiqueta e comportamento.7. ed. São Paulo: Arx, 2005. 171 p, il.
- BUENO, Jose Hamilton. Autodesenvolvimento para a empregabilidade: sobrevivendo e prosperando numa sociedade sem empregos. São Paulo: LTr, 1996. 256p, il.
- DOURADO FILHO, Fernando. Ao redor do mundo: convivência e negociação com culturas estrangeiras para brasileiros. [s.l : s.n.], 2000. xi, 219 p, il.
- MATARAZZO, Claudia. Negócios, negócios: etiqueta faz parte. São Paulo: Melhoramentos, 2003. 216 p.
- MINARELLI, José Augusto. Empregabilidade: o caminho das pedras. São Paulo: Gente, 1995. 115 p. 17. ed.
- RIBEIRO, Célia. Etiqueta século XXI: um guia prático de boas maneiras para os novos tempos.3. ed. Porto Alegre: L&PM, 2008. 287 p, il.

Bibliografia complementar:

ARAUJO JUNIOR, Marco Antonio. Ética profissional.8. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 302 p, il.
- BERNABEU, Francisco Guirado. Treinamento de negociação: desenvolvendo a competência para negociar. Brasília (DF): Senac, 2013. 392 p, il.
- FURINI, Isabel Florinda. A arte de falar em público: a oratória em todos os tempos.2. ed. São Paulo: IBRASA, 2005. 99p, il.
- KALIL, Gloria; SANDOVAL, Andrés. Chicérrimo: moda e etiqueta em novo regime. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008. 239 p, il.
- LIMA, Jean Carlos. Negociação de conflitos: estratégias para o sucesso. São Paulo: LTr, 2009. 86 p, il.
- LIMA, Jean Carlos. Negociação de conflitos: estratégias para o sucesso. São Paulo: LTr, 2009. 86 p, il..
- MARTINELLI, Dante Pinheiro; VENTURA, Carla Aparecida Arena; MACHADO, Juliano Rossi. Negociação internacional. São Paulo: Atlas, 2004. 240 p, il.
- PEREIRA, Marynês. Sua carreira, um verdadeiro show. São Paulo: Phorte, 2009. 238 p, il.
- RIBEIRO, Célia. Boas maneiras e sucesso nos negócios: um guia prático de etiqueta para executivos. 20. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002. 231p, il.
- RITOSSA, Cláudia Mônica. Marketing pessoal: quando o produto é você. Curitiba: IBPEX, 2009. 187 p, il.
- RIZZO, Cláudio. Marketing pessoal no contexto do pós-moderno. São Paulo: Trevisan, 2006. 140 p, il.

Componente Curricular: Empreendedorismo
Área Temática: Administração Geral
Ementa: Empreendedorismo e característica do empreendedor; identificação de oportunidades para novos empreendimentos; conceitos e benefícios do plano de negócios; fontes de financiamento para capital físico e capital de giro; o sumário executivo; o plano descrição da empresa; o plano de *marketing*; o plano operacional; o plano estratégico e o plano financeiro.
Objetivos: Identificar oportunidades de empreender. Compreender o plano de negócios por meio da formatação de uma empresa; definir os aspectos descritivos, legais, operacionais, estratégicos e analisar suas possibilidades mercadológicas e financeiras.
Bibliografia básica: - DORNELAS, José; SPINELLI, Stephen; ADAMS, Robert. **Criação de novos negócios**: empreendedorismo para o século XXI. 2014. - HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. 9a. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

- OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. **Business model generation**: inovação em modelos de negócios. Alta Books Editora, 2013.

Bibliografia complementar:

- LOPES, Mauro Pedro.**Disciplina de empreendedorismo**: manual do aluno. / Mauro Pedro Lopes, Maria Augusta Orofino. Brasília : Sebrae, 2016.

- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. 7a. ed. São Paulo: Empreende, Fazendo Acontecer: 2018.

- DORNELAS, José et al. **Plano de Negócios com o Modelo Canvas**: Guia prático de avaliação de ideias de negócio a partir de exemplos. **São Paulo: LTC**, 2015.

- DORNELAS, Jose Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo**. Elsevier Brasil, 2009.

- IDALBERTO, Chiavenato. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2008.

- DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e epírito empreendedor**. Cengage Learning Editores, 2000

Componente Curricular: Psicologia Organizacional

Área Temática: Psicologia Organizacional

Ementa:

Psicologia - aspectos gerais. Relações da psicologia com administração. A psicologia analítica.

Objetivos:

Relacionar o fenômeno psicológico com o fenômeno administrativo para melhorar as relações do indivíduo com o seu ambiente de trabalho.

Bibliografia básica:

- CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas.3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier: Ed. Campus, 2009.
- FIORELLI, José Osmir. Psicologia para administradores: integrando teoria e prática.7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 335 p, il.
- ROBBINS, Stephen, P; JUDGE, Timothy A; SOBRAL, Filipe. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro.14. ed. São Paulo: Pearson, 2010. XXVI, 633 p, il.

Bibliografia complementar:

- CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 3. ed., totalmente rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier: Ed. Campus, 2010. XXXV, 579 p., il.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia.14. Saraiva, 2008
- José Carlos Zanelli Jairo Eduardo Borges-Andrade Antonio Virgílio Bittencourt Bastos. Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil.2. Artmed, 2014

- Luis César G. de Araújo e Adriana Amadeu Garcia. Gestão de Pessoas Edição Compacta. Atlas, 2010.

- ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal. Interação humana e gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho.3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. 129 p.

Componente Curricular: Fundamentos de Economia

Área Temática: Economia

Ementa:

Introdução à economia: principais conceitos. O método na ciência econômica. Os sistemas econômicos e a organização da economia para o enfrentamento dos problemas econômicos:

recursos, escassez e escolha. Mercado: oferta, demanda e equilíbrio. Decisão dos consumidores. Organização da produção e custos. Estrutura dos mercados. Objetivos e instrumentos de política macroeconômica. Estrutura de análise macroeconômica. Inflação: Conceitos, tipos e efeitos. Papel do governo e política fiscal. Moeda: funções, oferta e demanda e taxa de juros. Política monetária. Sistema financeiro. Trocas internacionais. Taxa de câmbio, finanças internacionais e globalização.
Objetivos: Oferecer ao aluno as primeiras noções da ciência econômica.
Bibliografia básica: - CASTRO, Antonio Barros de; LESSA, Carlos Francisco. Introdução a economia: (uma abordagem estruturalista). 36. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. 162p, il. - GREMAUD, Amaury Patrick. Manual de economia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. xviii, 606p, il. - KEYNES, John Maynard; KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda; inflação e deflação. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. xxv, 333 p, ret. (Os economistas). Tradução de: The general theory of employment, interest and money; inflation and deflation. -PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica.7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 268 p, il.
Bibliografia complementar: - FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil.27. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional: Publifolha, 2000. 276 p. (Grandes nomes do pensamento brasileiro). - MARSHALL, Alfred. Princípios de economia: tratado introdutório. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2v, il, 24cm. (Os Economistas). Tradução de: *Principles of economics: an introductory*. - SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia do Século XXI.4. ed. rev. Rio de Janeiro: Record, 2008. 909 p, il. - SINGER, Paul. Curso de introdução a economia política.17. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 186 p. Complementar - SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. 2. ed. Sao Paulo: Nova Cultural, 1985. 2v. (Os economistas). Tradução de: *The nature and causes of the wealth of nations.*

Componente Curricular: Contabilidade Geral
Área Temática: Contabilidade
Ementa: Noções introdutória de contabilidade: conceitos e aplicação; evolução histórica. Patrimônio: entidade contábil, fontes e aplicações de recursos, ativo, passivo e patrimônio líquido. Método contábil de duplas partidas: débito e crédito. Operações com mercadorias: estoques, receitas, despesas e resultado. Estimativas e provisões. Depreciação e Amortização. Demonstrações contábeis básicas.
Objetivos: Adquirir conceitos da Contabilidade. Conhecer e realizar a escrituração de registros contábeis, compreender a prática contábil. Obter fundamentos e desenvolver a habilidade básica de elaborar e compreender o balanço patrimonial e a demonstração de resultado.
Bibliografia básica: - IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade introdutória**.11. ed. atual. De acordo com as Leis n. 11.638/07 e n.11.941/09. São Paulo: Atlas, 2010. - IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

- MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**.10. ed. atual. Conforme a Lei n. 11.638-07, MP n. 449-08 (Lei n. 11.941-09) e Pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamento Contábeis). São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia complementar:

- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito, engenharia** /Sérgio de Iudícibus, José Carlos Marion. -7. ed. - São Paulo: Atlas, 2011.
- GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antonio Eustáquio. Contabilidade geral.6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 378 p, il.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária: textos e exercícios**. 8. ed. rev. e atual. De acordo com as normas contábeis internacionais (Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09) e os procedimentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. São Paulo: Atlas, 2012.
- SANTOS, José Luiz dos. **Contabilidade geral**.3. ed. atual. Pela Lei n. 11.941/09 e pelas Normas do CPC. São Paulo: Atlas, 2011.
- SZUSTER, Natan. **Contabilidade geral: introdução à contabilidade societária**.3. ed. atual. De acordo com a Lei n.11.941/09, Pronunciamentos CPC, incluindo o CPC-PME. São Paulo: Atlas, 2011. XXII, 522 p, il.

5.4.2.2 Disciplinas da FASE II

Componente Curricular: Funções Administrativas
Área Temática: Administração Geral
Ementa: As funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle.
Objetivos: Desenvolver as competências e atitudes concernentes às funções do administrador em um contexto de constantes e profundas mudanças, por meio da assimilação do referencial teórico e prático.
Bibliografia básica: - ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. **TGA - Teoria Geral da Administração:** das origens às perspectivas contemporâneas. São Paulo: M. Books do Brasil Ed, 2007. XX, 246 p, il. - CARAVANTES, Geraldo Ronchetti; PANNO, Cláudia Caravantes; KLOECKNER, Mônica Caravantes. **Administração: teorias e processos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. XVIII, 572 p, il. - CERTO, Samuel C. Administração moderna.9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003. XVIII, 568p, il. - LACOMBE, Francisco José Masset. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Saraiva, 2009. Chiei, 351 p, il. - ROBBINS, Stephen P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2000. XVIII, 524 p, il. - SOBRAL, Filipe; PECI, Alketa. **Administração**: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. XIII, 398 p, il.
Bibliografia complementar:

- ALBUQUERQUE, Alan; ROCHA, Paulo. **Sincronismo organizacional**: como alinhar a estratégia, os processos e as pessoas: um guia prático redesenhar a organização e seus processos. São Paulo: Saraiva, 2007. x, 166 p, il.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. 3. ed. São Paulo: Pearson Education Limited: Makron Books, 2004. xviii, 416p, il.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**.6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 2v, il.
- HALL, Richard H. **Organizações: estrutura, processos e resultados**. 8. ed. São Paulo: Pearson: Prentice Hall, 2004. x, 322 p, il. Tradução de: Organizations: structure and process.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital.6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. XXI, 491p, il.

Componente Curricular: Gestão de Pessoas
Área Temática: Administração de Recursos Humanos
Ementa: Planejamento e organização da administração de pessoal. Avaliação e desempenho de pessoal. Administração de tempo/delegação. Avaliação do desempenho. Motivação e satisfação do empregado. Administração da remuneração. Administração participativa. Conflitos no trabalho. Mudança organizacional e resistência à mudança. Relações trabalhistas. Educação em Direitos Humanos, História e Cultura Afro-brasileiros e Indígenas.
Objetivos: Proporcionar os conhecimentos teóricos e práticos e a compreensão para organizações e liderança como conceito e fenômeno e capacitar na aplicação de teorias apropriadas sobre liderança. Reconhecer a importância dos direitos humanos, História e Cultura Afro-brasileiros e Indígenas para a formação da sociedade brasileira.
Bibliografia básica: - BOOG, Magdalena; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO; BOOG, Gustavo G. (Gustavo Gruneberg). Manual de treinamento e desenvolvimento: gestão e estratégias. São Paulo : Pearson Prentice Hall, c2007. XXI, 262 p, il. - CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações.8. ed. São Paulo (SP) : Atlas, 2004. 515 p, il. - DATNER, Yvette. Jogos para educação empresarial: jogos, jogos dramáticos, role-playing, jogos de empresa. 2. ed. São Paulo : Ágora, 2006. 142 p. - VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas.13. ed. São Paulo : Atlas, 2013. 213 p, il.
Bibliografia complementar: - BOOG, Magdalena; BOOG, Gustavo G. (Gustavo Gruneberg) (coord). Manual de treinamento e desenvolvimento: processos e operações. São Paulo: Pearson Prentice Hall, c2007. xxi, 421 p, il. - FISHER, Roger. Como Conduzir Uma Negociação - Livro de Exercícios. Lua de Papel - LANNES, Luciano. Equipes e Cooperação - o elo essencial. Outra - MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico.14. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. XVI, 336 p, il. - NKOMO, S; COX, T. Diversidade e identidade nas organizações. In: CLEGG, S; HARDY, C; NORD, W. W. (Org.). Handbook de Estudos Organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999 v.1. - ROMÃO, César. Superdicas Para Motivar Sua Vida e Vencer Desafios. Saraiva.

Componente Curricular: Análise de Processos Empresariais
Área Temática: Administração Geral
Ementa:

Introdução ao estudo e análise dos processos empresariais. Os principais processos empresariais - reconhecimento, modelagem e estrutura organizacional. Instrumentos de diagnósticos e melhorias dos processos empresariais. As principais ferramentas para racionalização, análise e balanceamento de trabalho nos processos. Metodologia de documentação e veículos de informações. Estudos avançados de métodos e técnicas de análise e gerência de processos empresariais.
Objetivos: Apresentar os conceitos relacionados à processos organizacionais. Habilitar os alunos para a utilização de modelos, instrumentos e ferramentas empregados nos processos industriais e a interligação entre os mesmos no contexto organizacional.
Bibliografia básica: - ALBUQUERQUE, Alan; ROCHA, Paulo. Sincronismo organizacional: como alinhar a estratégia, os processos e as pessoas: um guia prático redesenhar a organização e seus processos. São Paulo: Saraiva, 2007. x, 166 p, il. - ARAÚJO, Luis César G. de (Luis César Gonçalves de); GARCIA, Adriana Amadeu; MARTINES, Simone. Gestão de processos: melhores resultados e excelência organizacional. São Paulo: Atlas, 2011. xvii, 176 p., il. - ZAIRI, Mohamed; LEONARD, Paul. Benchmarking pratico: o guia completo. São Paulo: Atlas, 1995. 326p, il. Traducao de: Practical bencmarking: the complete guide.
Bibliografia complementar: - BENNIS, Warren G; MISCHE, Michael. A empresa do seculo XXI: reinvente com a reengenharia, estabelecendo metas, fazendo benchmarking, inovando processos. Sao Paulo: Nobel, c1999. 127p, il. Tradução de: The 21. Century organization. - COULSON-THOMAS, Colin. Reengenharia dos processos empresariais: mito & realidade. Rio de Janeiro: Record, 1996. 293p. Tradução de : Business process re-engineering : myth & reality. - KAMEL, Nadim Mahmoud. Melhoria e reengenharia de processos empresariais focando o cliente. São Paulo: Érica, 1994. 136 p., il. - PRADELLA, Simone; FURTADO, João Carlos; KIPPER, Liane Mählmann. Gestão de processos da teoria à prática: aplicando a metodologia de simulação para a otimização do redesenho de processos. São Paulo: Atlas S.A, 2012. 141 p, il. - SORDI, José Osvaldo de. Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração.2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. xvi, 270 p, il.

Componente Curricular: Administração da Produção e Operações I
Área Temática: Administração da Produção
Ementa: Administração da produção. Gestão da produção. Produtos e serviços. Redes de operações produtivas. Arranjo físico e fluxo de produção. Projeto e organização do trabalho. Planejamento agregado. Tecnologia de processos. Tópicos avançados em administração da produção.
Objetivos: Apresentar conceitos, técnicas e ferramentas voltadas a gestão da produção em cenários distintos de mercado. Estudar formas de planejamento, programação e controle da produção.
Bibliografia básica: - MARTINS, Petrônio G; LAUGENI, Fernando P. Administração da produção.2. ed. rev., aum. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005. xiv, 562 p, il. - KRAJEWSKI, Lee J; RITZMAN, Larry P; MALHOTRA, Manoj K. (Manoj Kumar). Administração de produção e operações.8. ed. São Paulo: Pearson Education, 2009. xiv, 615 p, il - CORRÊA, Henrique Luiz; CORRÊA, Carlos Alberto. Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica.3. ed. São Paulo Atlas, 2012. xx, 680 p, il.

Bibliografia complementar:

- AMATO NETO, João. Sustentabilidade & produção: teoria e prática para uma gestão sustentável. São Paulo: Atlas, 2011. xxi, 245 p, il.

- CAMPOS, Vicente Falconi. TQC: controle da qualidade total (no estilo japonês).8. ed. Nova Lima : INDG Tecnologia e Serviços, 2004. 256 p, il.

- GOLDRATT, Eliyahu M; COX, Jeff. A meta: um processo de aprimoramento continuo. 35. ed. ampl. Sao Paulo: Educator, 1997. xi, 385p. Tradução de: The goal, a process of ongoing improvement.

- GOLDRATT, Eliyahu M., 1948. A meta. Sao Paulo: Siamar, [19--]. 1 video-cassete (45min), color, SP. 1 Manual. Acompanha manual do instrutor. Tradução de: The goal.

- JACOBS, F. Robert; CHASE, Richard B. Administração da produção e de operações: o essencial. Porto Alegre: Bookman, 2009. x, 424 p, il. , 1 CD-ROM.

- NASCIF, Júlio; DORIGO, Luiz Carlos. Manutenção orientada para resultados. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013. xi, 276 p, il.

- RITZMAN, Larry P; KRAJEWSKI, Lee J. Administração da produção e operações. São Paulo: Pearson Education : Prentice Hall, 2004. xii, 431 p, il. Tradução de: Production and operations management.

- SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção.3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 703 p, il.

- TUBINO, Dálvio Ferrari. Planejamento e controle da produção: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2007. 190 p, il.

Componente Curricular: Gestão da Mudança Organizacional
Área Temática: Administração Geral
Ementa: Desafios da atualidade nas empresas. Mudança organizacional: conceitos básicos. Paradigmas e mudança organizacional. Planejamento, implantação e gerenciamento da mudança organizacional. Gestão das forças de resistência à mudança.
Objetivos: Proporcionar aos estudantes uma visão da necessidade constante da adaptação das organizacional, e das complexidades inerentes ao processo de mudança organizacional e novos paradigmas.
Bibliografia básica: - CURY, Augusto Jorge. O código da inteligência: a formação de mentes brilhantes e a busca pela excelência emocional e profissional. Rio de Janeiro: Ediouro, Thomas Nelson Brasil, 2008. 238 p. - DANTAS, Jose da Costa. Alienação e participação. Revista de Administração Publica. Rio de Janeiro, 22(2) : 30-51, abr./jun. 1988.. - HESSELBEIN, Frances; GOLDSMITH, Marshall, et al. A organização do futuro: como preparar hoje as empresas de amanhã. 2.ed. São Paulo: Futura, 1997. 428p. - MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto de. Princípios básicos de análise do comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2007. 221 p, il. (Biblioteca Artmed. Psicologia cognitiva, comportamental e neuropsicologia). - NAISBITT, John. O líder do futuro: 11 conceitos essenciais para ter clareza num mundo confuso e se antecipar às novas tendências. Rio de Janeiro: Sextante, 2007. 286 p, il. - NONAKA, Ikujiro. Conhecimento organizacional. Rio de Janeiro : Campus, 2001.
Bibliografia complementar: - BOM SUCESSO, Edina de Paula. Relações interpessoais e qualidade de vida no trabalho. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. 184p.

- DAVEL, Eduardo; VERGARA, Sylvia Constant; BASTOS, Antônio Vírgilio Bittencourt. Gestão com pessoas e subjetividade. São Paulo: Atlas, 2001. 313p, il.

- FLEURY, Maria Tereza Leme. Estórias, mitos, herois: cultura organizacional e relações do trabalho. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, 27(4): 7-18, out./dez. 1987..

- GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional: a teoria revolucionaria que redefine o que e ser inteligente. 45. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, c1995. ii, 370p. Tradução de: Emotional intelligence.

- KELLEY, Tom; LITTMAN, Jonathan. A arte da inovação: lições de criatividade da IDE0, a maior empresa norte-americana de design. 2.ed. São Paulo: Futura, 2002. 341 p.

- MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto de. Princípios básicos de análise do comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2007. 221 p, il. (Biblioteca Artmed. Psicologia cognitiva, comportamental e neuropsicologia).

- PROBST, Gilbert; ROMHARDT, Kai; RAUB, Steffen, et al. Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookman, 2002. 286p.

- VON KROGH, George; ICHIJO, Kazuo; NONAKA, Ikujiro. Facilitando a criação de conhecimento: reinventando a empresa com o poder da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 2001. 350p, il. Tradução de: Enabling knowledge creation.

5.4.2.3 Disciplinas da FASE III

Componente Curricular: **Gestão da Cadeia de Suprimentos**
Área Temática: Administração de Materiais
Ementa: Fundamentos e evolução do logística de da gestão da cadeia de suprimentos, Logística reversa e sustentabilidade, A cadeia de valor, Estratégia e o planejamento da logística e da gestão da cadeia de suprimentos, Nível de serviço ao cliente, Entrada e processamento de pedidos, Planejamento e operações de transportes, Canais de distribuição, Avaliação de desempenho em cadeias de suprimentos, Tecnologia da informação aplicada à logística.
Objetivos: Apresentar os fundamentos para o projeto e a gestão da cadeia de suprimentos, de forma a identificar as entidades que a compõe e ser capaz de analisar as funções básicas bem como coordenar os fluxos de informações. Discutir a integração da cadeia de suprimentos e sua relação com os processos de negócios das organizações. Construção de senso crítico e competências para planejamento e tomada de decisão relativos a gestão de sistemas logísticos e de cadeias de suprimentos. Planejar e coordenar a cadeia de suprimentos e agregando níveis de serviços aos clientes, através da gestão do sistema de informações, de estoque e transporte.
Bibliografia básica: BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos. São Paulo: Atlas, 2007. CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. São Paulo: Prentice Hall, 2003. CHRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: criando redes que agregam valor. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, c2007.
Bibliografia complementar:

BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. São Paulo, Saraiva, 2009.
CORONADO, Osmar. Logística integrada: modelo de gestão. São Paulo: Atlas, 2007, c2006.
DIAS, Marco A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
FLEURY, Paulo Fernando; WANKE, Peter (org.). Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento do fluxo de produtos e dos recursos. São Paulo: Atlas, 2003.
GOMES, C.F.S.; RIBEIRO, P.C.C. Gestão da cadeia de suprimentos integrada a tecnologia da informação. São Paulo: Cengage Learning, 2004.
FLEURY, Paulo F.; WANKE, Peter; Figueiredo, Kleber F. (org.). Logística empresarial: a perspectiva brasileira. São Paulo: Atlas, 2000.
MOURA, Reinaldo A. Atualidades na logística. São Paulo: IMAM, 2003.
NOVAES, Antonio G. N.; ALVARENGA, Antonio C. Logística aplicada: suprimento e distribuição física. São Paulo: Pioneira, 1994.
PIRES, Silvio, R. I. Gestão da cadeia de suprimentos: conceitos, estratégias, práticas e casos. São Paulo: Atlas, 2007
SIMCHI-LEVI, David; KAMINSKY, Philip; SIMCHI-LEVI, Edith. Cadeia de suprimentos, projeto e gestão: conceitos, estratégias e estudos de casos. Porto Alegre: Bookman, 2003.
STOCK, James R.; LAMBERT, Douglas M. Strategic Logistics Management .4. ed. USA: McGraw-Hill, 2001.
TAYLOR, David A. Logística na cadeia de suprimentos: uma perspectiva gerencial. São Paulo: Pearson

Componente Curricular: Processo de Negociação
Área Temática: Administração Geral
Ementa: O processo de decisão. Relacionamento interpessoal no processo de negociação. A teoria da negociação - bases conceituais. Processo de negociação e suas etapas. Estilos de negociador X características de negociação. Lógica e argumentação.
Objetivos: Caracterizar a negociação como um processo de decisão humana. Promover a melhoria na capacidade de negociação por meio pelos relacionamentos interpessoais. Aumentar a capacidade de argumentação nos mais variados ambientes de negociação.
Bibliografia básica: - FISHER, Roger; BROWN, Scott. Como chegar a um acordo: a construção de um relacionamento que leva ao sim. Rio de Janeiro: Imago, c1990. 232p. - FUTRELL, Charles M. Vendas: fundamentos e novas práticas de gestão. São Paulo: Saraiva, 2003. xxv, 521p. - GARCEZ, José Maria Rossani. Negociação, adrs, mediação, conciliação e arbritagem. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. 358p. - LEWICKI, Roy J; SAUNDERS, David M; MINTON, John W. Fundamentos da negociação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 304p, il. (Administração). Tradução de: Essentials of negotiation.
Bibliografia complementar: - ERVILHA, A. J. Limão. Negociando em qualquer situação: como comprar, vender e chegar a ótimos resultados. São Paulo: Saraiva, 2008. 174 p, il. (Integração. Escola de negócios). - FUTRELL, Charles M. Vendas: fundamentos e novas práticas de gestão. São Paulo: Saraiva, 2003. xxv, 521p, il. - GAGLIARDI, Gary. Sun Tzu a arte da guerra plus: a arte das vendas. São Paulo: M. Books, c2008. 189 p, il. (A arte da guerra). - STARK, Peter B. Aprenda a negociar: o manual de táticas, ganha-ganha. São Paulo: Littera Mundi, 1998. vii, 102p. - URY, William. Supere o não: negociando com pessoas difíceis. São Paulo: Best Seller, [1992]. 151p

Componente Curricular: Análise de Custos

Área Temática: Contabilidade
Ementa: Classificação dos custos: fixos, variáveis, diretos e indiretos. Relação custo/volume/lucro: Margem de contribuição, ponto de equilíbrio, margem de segurança. Custos por fator restritivo e custos para decisões especiais. Alavancagem operacional
Objetivos: Utilizar conhecimentos como instrumentos na gestão de custos para fins de decisão, planejamento e controle no gerenciamento dos negócios empresariais.
Bibliografia básica: BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. Gestão de custos e formação de preços com aplicações na calculadora HP 12C e Excel: inclui 150 exercícios resolvidos, a planilha CUSTOS.XLS e o conjunto de apresentações CUSTOS.PPT. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade gerencial: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. de acordo com os Pronunciamentos Técnicos do CPC e com as Leis n. 11.638-07 e 11.941-09. São Paulo: Atlas, 2010.
Bibliografia complementar: BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas.3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. xiv, 214 p. DUBOIS, Alexy; KULPA, Luciana; SOUZA, Luiz Eurico. Gestão de custos e formação de preços. São Paulo: Atlas, 2006. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de custos: uma abordagem quantitativa. São Paulo: Atlas, 2013. xi, 170 p, il. HORNGREN, Charles T; SUNDEM, Gary L; STRATTON, William O. Contabilidade gerencial. 12. ed. São Paulo: Pearson Education, 2004. Tradução de: Introduction to management account. THEISS, José Reinaldo; KRIECK, Manfredo. Custos e preços sugeridos de venda: cálculos e enfoques práticos: serviços, comércio e indústria. 4. ed. Blumenau: Odorizzi, 2012

Componente Curricular: Gestão Financeira
Área Temática: Administração Financeira e Orçamentos
Ementa: Conceitos básicos e princípios fundamentais de planejamento e controle. Controles administrativo e controles contábeis. Níveis e tipos de planejamento financeiro: estratégico, tático (funcional) e operacional: O papel da administração financeira. Administração do ativo circulante. Instrumentos de análises. Financiamentos de curto, médio e longo prazo. Risco e retorno. Os demonstrativos financeiros. Critérios para a fixação de objetivos de retorno. O sistema orçamentário. A prática do planejamento financeiro. Controle orçamentário.
Objetivos: Desenvolver as capacidades e competências na área financeira e proporcionar conhecimento aprofundado em controle financeiro.
Bibliografia básica: ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor.5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. XXXII, 726 p, il. FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços.19. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2014. XXXII, 1066 p, il. GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira.12. ed. São Paulo: Pearson, 2010. XXIII, 775 p, il.
Bibliografia complementar: BERK, Jonathan; DEMARZO, Peter. Finanças empresariais: essencial. Porto Alegre: Bookman, 2010. xvii, 707 p, il. BODIE, Zvi; MERTON, Robert C. Finanças.1. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Bookman, 2003. xx, 456 p, il. + 1 CD-ROM e uma cartela "Guia de cálculo para administração financeira". BRASIL, Haroldo Vinagre; BRASIL, Haroldo Guimarães. Gestão financeira das empresas: um modelo dinâmico. 4. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, c1999. 162p, il. MARTINS, Domingos. Gestão financeira de hospitais. São Paulo: Atlas, 1999. 108p, il. MADURA, Jeff. Finanças corporativas internacionais. São Paulo: Cengage Learning, 2009. xxv,

718 p, il. ZDANOWICZ, José Eduardo. Finanças aplicadas para empresas de sucesso. São Paulo: Atlas, 2012. xxiv, 288 p, il.

Componente Curricular: Administração de Vendas
Área Temática: Administração Mercadológica
Ementa: Conceitos básicos de administração da força de vendas. A história da venda pessoal na sociedade. Marketing e vendas. O planejamento de vendas e suas etapas. A organização de vendas. O processo de vendas. Técnicas de vendas. Relacionamento interpessoal no processo de vendas. Negociação. Relacionamento interpessoal no processo de negociação. A teoria da negociação - bases conceituais. Processo de negociação e suas etapas. Estilos de negociador versus características de negociação. Lógica e argumentação. Processo de negociação comercial e suas etapas. O controle em vendas. A análise e a avaliação de vendas e as expectativas da área de vendas para o futuro.
Objetivos: Apresentar as modernas teorias sobre gestão de processo, gestão de equipes de vendas e técnicas de negociações comerciais. Capacitando os alunos a enfrentar de maneira prática os desafios da área comercial das organizações.
Bibliografia básica: GOBE, Antonio Carlos; MOREIRA, Júlio César Tavares. Administração de vendas.2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012. xvii, 388 p, il. MOREIRA, Julio Cesar Tavares; GOBE, Antonio Carlos. Administração de vendas. São Paulo: Saraiva, 2000. xiii, 306p, il. RICHARDSON, Linda. Venda perfeita: vencendo crises: contatando e criando oportunidades, fechando vendas com segurança e eficácia. São Paulo: M. Books, 2009. 200 p, il. SHAPIRO, Benson P. Marketing e vendas. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2010. 174 p, il.
Bibliografia complementar: ALVAREZ Francisco. Gestão eficaz de equipes de vendas. Saraiva CASTRO Luciano Tomé. Administração de vendas. Atlas COMPORTAMENTO DO CLIENTE: Indo Além do Comportamento do Consumidor. Atlas CHARLES M. Futrell. Vendas: fundamentos e novas práticas de gestão. Saraiva. ROGERS, Len. Administração de vendas e marketing. São Paulo: Makron, c1993. xiv, 389p. STANTON, William J; SPIRO, Rosann. Administração de vendas. 10. ed. São Paulo: LTC, 2000. xxiii, 525p, il. Tradução de: Management of a sales force.

5.4.2.4 Disciplinas da FASE IV

Componente Curricular: Estatística
Área Temática: Matemática
Ementa: Séries estatísticas. Gráficos estatísticos. Medidas de tendência central. Medidas separatrizes. Medidas de dispersão. Teoria da probabilidade. Distribuições discretas e contínuas de probabilidade. Teoria da amostragem.
Objetivos: Oportunizar a compreensão do aluno para manejar métodos úteis para a construção, descrição e análise de dados.
Bibliografia básica: BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais.8. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012. 315 p, il. (Didática). BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada à gestão empresarial.3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 392 p, il. CAMPOS, Marcilia Andrade; RÊGO, Leandro Chaves; MENDONÇA, André Feitoza de. Métodos probabilísticos e estatísticos com aplicações em engenharias e ciências exatas. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. 304 p., il. SWEENEY, Dennis J; WILLIAMS, Thomas A; ANDERSON, David R. Estatística aplicada à administração e economia.3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 692 p, il.

WHEELAN, Charles J. Estatística: o que é, para que serve, como funciona. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. 325 p. il.

Bibliografia complementar:

BARBETTA, Pedro Alberto; REIS, Marcelo Menezes; BORNIA, Antonio Cezar. Estatística para cursos de engenharia e informática.3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 410 p, il.
CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Estatística aplicada a todos os níveis.4. ed. rev. e atual. Curitiba: Ibpex, 2008. 208 p, il.
LOESCH, Cláudio; STEIN, Carlos Efrain. Estatística descritiva e teoria das probabilidades. Blumenau, SC: Edifurb, 2008. 213 p, il. (Didática).
MONTGOMERY, Douglas C; RUNGER, George C. Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros.6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. XVI, [636] p, il.
SILVA, Alexandre Alcantara da. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis.2. ed. ampl. e atual. Conforme Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. São Paulo: Atlas, 2010. xxiv, 229 p, il.

Componente Curricular: Gestão de Projetos
Área Temática: Administração Geral
Ementa: Conceitos e definições de Projeto. Iniciação de projetos. Planejamento de projetos. Execução, monitoramento e controle de projetos. Encerramento de projetos.
Objetivos: Capacitar os estudantes na gestão de projetos como ferramenta eficaz para a resolução de problemas não recorrentes e complexos.
Bibliografia básica: CARVALHO, M., RABECHINI, R. Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011. KEELLING, R. Gestão de projetos: uma abordagem global. São Paulo: Saraiva, 2002. KERZNER, H. Gestão de projetos: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2006. RABECHINI, R. O gerente de projetos na empresa. 3 ed. São Paulo; Atlas: 2011. ROLDÃO, V. S. Gestão de projetos: uma perspectiva integrada. São Carlos: EDUFSCAR, 2004. TRENTIM, M. Gerenciamento de projetos: guia para as certificações CAPM e PMP. São Paulo: Atlas, 2011.
Bibliografia complementar: COHEN, D. J.; GRAHAN, R. J. Gestão de projetos: MBA executivo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. DORNELAS, José. Empreendedorismo – transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2013. GERARDI, B. Gerenciamento de projetos sem crise: como evitar problemas previsíveis para o sucesso do projeto. São Paulo: Novatec Editora, 2012. LÜCK, H. Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão. Petrópolis: Vozes, 2003. PMI. Um Guia do Conhecimento Em Gerenciamento de Projetos – Guia Pmbok® - 5 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014.

Componente Curricular: Analise de Investimentos
Área Temática: Administração Financeira e Orçamentos
Ementa: Administração dos ativos e investimento de capital. Técnicas de investimento de capital. Análise de risco. Custo e estrutura de capital. Avaliação de investimentos. Valoração e renovação de ativos. Princípios qualitativos de aplicação de capital. Fontes de financiamento de longo prazo. Efeitos tributários na análise de investimentos. Análise de sensibilidade e árvores de decisão.
Objetivos: Conhecer e analisar investimentos empresariais e públicos. Avaliar o retorno do investimento e sua viabilidade.
Bibliografia básica:

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. XXXII, 726 p, il.
BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **As decisões de investimentos**: [com aplicações na HP12C e Excel]. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. XIV, 218 p, il.
CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITTKE, Bruno Hartmut. **Análise de investimentos**: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 411 p, il.

Bibliografia complementar:

CARDOSO, Amilton Fernando, et al. Orçamento de capital como instrumento estratégico para análise de investimentos empresariais. In: **Revista da Unifebe**, Brusque, v. 4, n. 4, p. 135-141, out. 2006.
HALFELD, Mauro. **Investimentos**: como administrar melhor seu dinheiro. São Paulo: Fundamento Educacional, 2001. 142p.
GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 12. Ed. São Paulo: Pearson: 2010.
SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. **Decisões financeiras e análise de investimentos**: fundamentos, técnicas e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. x, 186 p, il.
LAPPONI, J. C. **Projetos de Investimentos na Empresa**. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2007, 512 p.

Componente Curricular: Gestão da Informação

Área Temática: Administração de Sistemas de Informação

Ementa:

A evolução da ciência administrativa e a tecnologia da informação. Organizações cibernéticas. Conceito referente Sistemas e Gestão da Informação. Impacto nas organizações em decorrência da utilização dos sistemas de informação. Gestão da Informação como recurso estratégico e competitivo nas organizações. Redesenho dos processos a partir da implantação de sistemas de Gestão Integrada. Metodologia de implantação da Gestão Integrada. Análise custo/benefício da implantação da Gestão Integrada. Visão holística da organização através da Gestão Integrada.

Objetivos:

Evidenciar o papel da informação nas organizações através da potencialização dos sistemas de informação. Abordar metodologias de avaliação para adquirir e implantar sistemas de gestão de informação. Demonstrar a importância da gestão da informação como recurso estratégico valioso para o administrador, visando facilitar o processo da tomada de decisões.

Bibliografia básica:

- LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price. Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital.5. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2003. xx, 562 p.
- O´BRIEN, James A; MARAKAS, George M. Administração de sistemas de informação.15. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. XXIX, 590 p, il.
- STAIR, Ralph M; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação. São Paulo : Cengage Learning, 2011. XVII, 590 p, il.

Bibliografia complementar:

- DAVENPORT, Thomas H; MARCHAND, Donald A; DICKSON, Tim. Dominando a gestão da informação. Porto Alegre: Bookman, 2004. VIII, 407 p, il. Tradução de: *Mastering information management.*
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais.15. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2012. XXIV; 299 p, il.
- OLIVEIRA, Fátima Bayma de. Tecnologia da informação e da comunicação: desafios e propostas estratégicas para o desenvolvimento dos negócios. Rio de Janeiro: Pearson Prentice Hall: FGV, 2006. 240 p, il.
- TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. Gestão do conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008. xiii 319 p, il.
- SHIMIZU, Tamio. Decisão nas organizações: introdução aos problemas de decisão encontrados nas organizações e nos sistemas de apoio a decisão. São Paulo: Atlas, 2001. 317p, il.

Componente Curricular: Marketing I
Área Temática: Administração Mercadológica
Ementa: Fundamentos do marketing. Planejamento estratégico. O ambiente do marketing. Pesquisa de mercado - sistemas de informação de marketing. Mercados consumidores - processo de decisão de compra. Mercados organizacionais e o comportamento do comprador organizacional. Mensuração e previsão da demanda. Segmentação do mercado, seleção de mercados - alvos e posicionamento do produto. Planejamento de produtos: produtos, marcas, embalagens e serviços.
Objetivos: Compreender a dinâmica das relações mercadológicas sob a ótica do Marketing, pelo entendimento de sua evolução conceitual e do conhecimento de suas principais ferramentas, técnicas, metodologias e de sua aplicação como instrumento de conquista e desenvolvimento de mercados
Bibliografia básica: - COBRA, Marcos. Administração de marketing no Brasil.3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2009. xxi, 428 p, il. - KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing.12. ed. São Paulo : Pearson, 2007. xxii, 600 p, il. - KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing.14. ed. São Paulo: Pearson, c2013. xxvi, 765 p, il. - LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Plano de marketing para micro e pequena empresa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. x, 185 p., il. - PIPKIN, Alex. Marketing internacional: uma abordagem estratégica.4. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2012. 179 p, il.
Bibliografia complementar: AAKER, David A. Administração estratégica de mercado.7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. viii, 352 p, il. - AAKER, David A; KUMAR, V; DAY, George S. Pesquisa de marketing. São Paulo: Atlas, 2001. 745p, il. Tradução de: Marketing research. - AAKER, David A; MCLOUGHLIN, Damien. Strategic market management. European ed. Hoboken, NJ: J. Wiley, 2007. xiii, 354 p, il. - BAKER, Michael J. Administração de marketing: [um livro inovador e definitivo para estudantes e profissionais]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. xxxiv, 603p, il. - BAKER, Michael J. Administração de marketing: [um livro inovador e definitivo para estudantes e profissionais]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. xxxiv, 603p, il. - COBRA, Marcos. Administração de marketing no Brasil.2. ed. São Paulo: Cobra, 2005. 454 p, il. - CROCCO, Luciano; GIOIA, Ricardo Marcelo. Decisões de marketing: os 4 Ps. São Paulo: Saraiva, 2006. xv, 231 p, il. (Coleção de marketing, v.2). - CROCCO, Luciano; GIOIA, Ricardo Marcelo. Fundamentos de marketing: conceitos básicos. São Paulo: Saraiva, 2006. xiv, 174 p, il. (Coleção de marketing, v.1). - GAMBLE, Paul R., et al. A revolução do marketing. São Paulo: Futura, 2007. 384 p, il. - KEEGAN, Warren J. Marketing global.7. ed. São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2006. xv, 426 p, il. - KOTABE, Masaaki; HELSEN, Kristiaan. Administração de marketing global. Sao Paulo: Atlas, 2000. 709p, il. Tradução de: Global marketing management. - KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing.9. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, c1998. 593p, il. - KOTLER, Philip. Administração de marketing: [a edição do novo milênio].10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000. 764p, il. - KOTLER, Philip. Marketing de A a Z: 80 conceitos que todo profissional precisa saber.2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 251 p. - KOTLER, Philip. Marketing management: analysis, planning, implementation, and control. 8th ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1994. xxix, 801p, il. (The Prentice-Hall series in marketing). - KOTLER, Philip. Marketing para o Século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura, 1999. 305 p, il. - KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing.12. ed. São Paulo: Pearson, 2006. xxii, 750 p, il.

- LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2006. xv, 528 p, il.
- MCCARTHY, E. Jerome (Edmund Jerome); PERREAULT, William D. (William Daniel). Marketing essencial: uma abordagem gerencial e global. São Paulo: Atlas, 1997. 397p, il. Tradução de: Essentials of marketing.
- PIPKIN, Alex. Marketing internacional: uma abordagem estratégica.2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2005. 162 p, il.
- RICHERS, Raimar. Marketing: uma visão brasileira.2. ed. São Paulo: Negócio, 2000. 430 p.
- SANDHUSEN, Richard. Marketing básico.2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. xviii, 508p, il. (Essencial).
- ZIKMUND, William. Princípios da pesquisa de marketing.2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. xxviii, 508 p, il.

5.4.2.5 Disciplinas da FASE V

Componente Curricular: Gestão da Inovação
Área Temática: Administração Geral
Ementa: Conceitos sobre inovação; criatividade; elementos de difusão da inovação; geração da inovação; conhecimento e aprendizado da inovação, dimensões da inovação, economia da inovação.
Objetivos: Compreender as bases dos conceitos de inovação, formas de gestão e sua relevância para a sociedade humana e organizações
Bibliografia básica: TIDD, J.; BESSANT, J. Gestão da inovação: integrando tecnologia, mercado e mudança organizacional. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 648 p. ARRABAL, Alejandro Knaesel. Propriedade intelectual, inovação e complexidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. 302 p., il. DAGNINO, Renato et al. Gestão estratégica de inovação: metodologias para análise e implementação. Taubaté : Cabral : Livraria Universitária, 2002. 350 p. il. (Ciência, tecnologia e sociedade). CHRISTENSEN, Clayton M. O dilema da inovação: quando novas tecnologias levam empresas ao fracasso. São Paulo: Makron Books, 2001. 261 p. il.
Bibliografia complementar: CARVALHO, Hélio Gomes de; REIS, Dálcio Roberto dos; CAVALCANTE, Márcia Beatriz. Gestão da inovação. Curitiba: Aymará Educação, 2011. 136 p, il. CHRISTENSEN, Clayton M. O dilema da inovação: quando novas tecnologias levam empresas ao fracasso. São Paulo: Makron Books, 2001. 261 p. il. NABUCO, Anaí. O Brasil da inovação: um panorama dos avanços em pesquisa e tecnologia. São Paulo: Caros Amigos Ed, 2013. 145 p, il. OSTROWER, Fayga, 1920-2001. Criatividade e processos de criação.21. ed. Petrópolis: Vozes, [2007]. 187 p, il. SEBRAE. Inovação e sustentabilidade: bases para o futuro dos pequenos negócios. São Paulo: Sebrae, 2013. 209 p.

Componente Curricular: Responsabilidade Social e Ambiental
Área Temática: Administração Geral
Ementa: Introdução geral: histórico e conceitos; Ambiente social e organizacional; Responsabilidade social: individual, coletiva e organizacional; Normatização: ISOS e SA8000; Empreendedorismo social; Terceiro setor; Projetos sociais; Tendências e perspectivas, Educação Ambiental.
Objetivos: Propiciar visão introdutória dos principais temas e especificidades da responsabilidade social e ambiental. Difundir conhecimento teórico e prático sobre a atuação social e ambiental de empresas, responsabilidade social, empreendedorismo social e terceiro setor. Disseminar ferramentas de

gestão da responsabilidade social, aspectos jurídicos e modelos de cooperação entre empresas e organizações da sociedade civil.
Bibliografia básica: AUSTIN, James E.; FOUDATION, Peter D. **Parcerias**: fundamentos e benefícios para o terceiro setor. São Paulo: Futura, 2001. ESTEVES, Sérgio A. P. **O dragão e a borboleta**: sustentabilidade e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Axis Mundi: AMCE, 2000. ETHOS, Instituto. **Ferramenta de auto-avaliação e planejamento**. São Paulo: Instituto Ethos, 2003. ETHOS. **Responsabilidade social empresarial para micro e pequenas empresas**: passo a passo. São Paulo: Instituto Ethos, 2003. MELO NETO, Francisco P.; FRÓES, César. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
Bibliografia complementar: ETHOS, Instituto. **Ferramenta de auto-avaliação e planejamento**. São Paulo: Instituto Ethos, 2003. FALCÃO, Joaquim. **Democracia, direito e terceiro setor**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. GRAYSON David; HODGES, Adrian. **Compromisso social e gestão empresarial**. São Paulo: Publifolha, 2002. OLIVEIRA, Marco A. L. de. **SA 8000:** o modelo ISO 9000 de aplicado á Responsabilidade social. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002

Componente Curricular: Direito Empresarial
Área Temática: Direito
Ementa: Direito empresarial. Empresário individual. Empresa, pessoa jurídica e estabelecimento empresarial. Sociedades de fins econômicos: simples e empresárias. Sociedade limitada e sociedade anônima. Direito concursal: recuperação extrajudicial, judicial e falência de empresas. Direito cambiário: títulos de crédito. Contratos empresariais em espécie.
Objetivos: Estudar o direito empresarial com a finalidade de aplicá-lo na atividade profissional do administrador de empresas.
Bibliografia básica: - COELHO, Fábio Ulhôa. Manual de direito comercial: direito de empresa.22. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. XVIII, 501 p. - GUSMÃO, Mônica. Lições de direito empresarial.10. ed. atual. Com o projeto do código de processo civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. XXIV, 615 p. - MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial.7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. XXI, 496 p, il. - RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito empresarial esquematizado.3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2013. XXX, 824 p, il. - REQUIÃO, Rubens; REQUIÃO, Rubens Edmundo. Curso de direito comercial.30. ed. São Paulo: Saraiva, 2011-2013. 2v. - RIZZARDO, Arnaldo. Direito de empresa.4. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2012. XXXVI, 1164 p.
Bibliografia complementar: - BULGARELLI, Waldirio. Títulos de credito. 18. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2001. 612p, il. - COELHO, Fábio Ulhôa. Comentários à Lei de falências e de recuperação de empresas.9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 536 p. - COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de direito comercial: direito de empresa.17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 3v. - DINIZ, Maria Helena. Código Civil anotado.14. ed., rev. e atual. São Paulo (SP) : Saraiva, 2009.

- GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do código civil.4. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 779 p.
- GUSMÃO, Mônica. Lições de direito empresarial.10. ed. atual. com o projeto do código de processo civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. XXIV, 615 p.
- MAMEDE, Gladston. Direito societário: sociedades simples e empresárias.6. ed. ataul. com a Lei 12.441/11 (Eireli), Lei 12.431/11 (alterações na Lei de sociedades por ações), Lei 12.399/11 (sócio incapaz) e Lei complementar 139/11 (microempresa e empresa de pequeno porte). São Paulo: Atlas, 2012. xxiii, 506 p.
- MAMEDE, Gladston. Direito societário: sociedades simples e empresárias.6. ed. ataul. com a Lei 12.441/11 (Eireli), Lei 12.431/11 (alterações na Lei de sociedades por ações), Lei 12.399/11 (sócio incapaz) e Lei complementar 139/11 (microempresa e empresa de pequeno porte). São Paulo: Atlas, 2012. XXIII, 506 p.
- MAMEDE, Gladston. Empresa e atuação empresarial.6. ed. atual. com a Lei nº 12441/11 (empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI) e Lei complementar nº 139/11 (microempresa e empresa de pequeno porte). São Paulo: Atlas, 2012. XXIII, 403 p.
- MAMEDE, Gladston. Falência e recuperação de empresas.5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 476 p.
- MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial.7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. XXI, 496 p, il.

Componente Curricular: Administração de Empresas de Serviços
Área Temática: Administração Geral
Ementa: Fundamentos para administração de serviços. Conceitos de serviços. Tipos de Serviços. Criação de valor por meio dos serviços. Estruturação da empresa de serviços. Gestão das operações de serviços. Qualidade em serviços.
Objetivos: Ao final desta disciplina o aluno deverá estar capacitado a compreender as empresas de serviços, tanto sob o aspecto teórico como o prático. Deverá conhecer a estruturação e funcionamento de uma empresa voltada ao segmento de serviços.
Bibliografia básica: LOVELOCK, Christopher e WRIGHT, Lauren. Serviços: marketing e gestão. São Paulo:Saraiva,2006. HOFFMAN, K. D., BATESON, JOHN E.G. Princípios de marketing de serviços: conceitos, estratégias e casos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006. ZEITHALM, V; BITNER, M. J. Marketing de serviços: a empresa com foco no cliente. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
Bibliografia complementar: FITZSIMMONS, J; FITZSIMMONS, M. J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. GIANESE, I.G.N., CORRÊA, H.L. Administração estratégica de serviços: operações para satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 1994. GRÖNROOS, Christian. Marketing: gerenciamento e serviços: a competição de serviços na hora da verdade. Rio de Janeiro: Campus, 1995. LOVELOCK, C; WIRTZ, J. Marketing de serviços: pessoas tecnologia e resultados. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. KOTLER, P; KELLER, K. Administração de Marketing. 12ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

5.4.2.6 Disciplinas Optativas

Componente Curricular: LIBRAS
Área Temática: Letras
Ementa: A Surdez: Conceitos básicos, causas e prevenções. A evolução da história do surdo. A estrutura linguística da Libras: aspectos estruturais da Libras; LIBRAS: Aplicabilidade e vivência.
Objetivos:

Compreender as características do deficiente auditivo e o processo de comunicação através da Libras com vistas a favorecer a aprendizagem do deficiente auditivo.
Bibliografia básica: CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira**.2. ed. São Paulo: FENEIS: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. 2v, il. - STOCK, Irene M; STROBEL, Karin Lilian. **Brincando e aprendendo com libras: lingua brasileira de sinais.** Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, [1999]. 82p, il. - STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**.2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009. 133 p, il.
Bibliografia complementar: QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. xi, 126 p, il. (Biblioteca Artmed. Alfabetização e lingüística). - QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília, D.F: MEC-SEESP, 2004. 94 p, il. **Eletrônico** - www.feneis.com.br www.ines.org.br www.acessobrasil.org.br/libras/ www.surdosol.com.br www.ronice.ced.ufsc.br www.atividadeseducativas.com.br

Componente Curricular: Planejamento Estratégico
Área Temática: Administração Geral
Ementa: Sistema de planejamento organizacional. Conceito, características e etapas do processo de planejamento estratégico. O planejamento estratégico em diferentes contextos. Vantagens e desvantagens do planejamento estratégico.
Objetivos: Capacitar os graduandos para a formulação e implementação de processos de planejamento estratégico.
Bibliografia básica: - MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 392 p. - OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas.**32. ed. São Paulo: Atlas, 2014. XXXVIII, 343 p, - PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**.17. ed. com nova introdução. Rio de Janeiro: Campus, c1986. 362p, il.
Bibliografia complementar: - MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 392 p. il. - OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas.**32. ed. São Paulo: Atlas, 2014. XXXVIII, 343 p, il. - PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**.17. ed. com nova introdução. Rio de Janeiro: Campus, c1986. 362p, il. Complementar - ANDRADE, Arnaldo Rosa de. **Planejamento estratégico: formulação, implementação e controle.** São Paulo: Atlas, 2012. x, 182 p. il. - ARAÚJO, Luis César G. de (Luis César Gonçalves de); CARMO, Maria Scarlet do; MATESCO, Karen. **Ações estratégicas: desafios e caminhos para a gestão contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2013. xvi, 241 p, il. - DAHER, Elias. Gestão estratégica: completa e total. [S.l.] : Ed. do Autor, [2014]. 611 p, il. - HITT, Michael A; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. **Administração estratégica:**

competitividade e globalização.2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. XXI, 415 p, il.
- LOBATO, David Menezes. **Gestão estratégica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 204 p, il.
- PORTER, Michael E. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 515 p, il. (A Harvard business review book). Tradução de: *On competition*.
- PORTER, Michael E. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior.24. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003. XIX, 512p, il.

Componente Curricular: E-commerce e Internet Marketing
Área Temática: Administração Mercadológica
Ementa: E-business. E-commerce. Businessplan. Modelagens de sistemas. Gestão de relacionamento com o cliente. Estratégias de marketing para o e-business e o e-commerce, logística e distribuição. Política de comunicação: técnicas de linguagem de comunicação e avaliação das mídias. Política de distribuição: atacado e varejo. Avaliação de potencial geoeconômico.
Objetivos: Proporcionar o conhecimento sobre como a tecnologia da informática pode ser usada na sociedade, pelo indivíduo, mas, sobretudo no negócio, de maneiras diferentes.
Bibliografia básica: - GODIN, Seth. Marketing de permissão: transformando desconhecidos em amigos e amigos em clientes. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 218p. Tradução de: Permission marketing. - KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2010. 215 p, il. - KRUG, Steve. Não me faça pensar - atualizado: uma abordagem de bom senso à usabilidade web e mobile.1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Alta Books, 2014. 198 p: il. - SAMPAIO, Rafael. Propaganda de A a Z: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 390 p, il.
Bibliografia complementar: - ANDERSON, Chris. A cauda longa: do mercado de massa para o mercado de nicho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 240 p, il. - CIALDINI, Robert B. O poder da persuasão: você pode ser mais influente do que imagina.4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2006. 306 p, il. - HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade.11. ed. Rio de Janeiro (RJ) : DP & A, 2006. 102 p. - PELLANDA, Nize Maria Campos; PELLANDA, Eduardo Campos. Ciberespaço: um hipertexto com Pierre Lévy. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. 250p, il. - SANTAELLA, Lúcia. Linguagens líquidas na era da mobilidade.2. ed. São Paulo: Paulus, 2011. 468 p.

Componente Curricular: Analise de Indicadores Financeiros e Econômicos
Área Temática: Economia
Ementa: Identificação das principais fontes de dados (municipais, estaduais, nacionais e internacionais). Principais indicadores e técnicas para elaboração de indicadores econômicos e sociais. Técnicas para a elaboração de cenários econômicos. Técnicas para a elaboração de análises setoriais. Análise de Conjuntura da economia regional, estadual brasileira, assim como dos fatores internacionais que influenciam a dinâmica e o comportamento da economia nacional. Avaliação do impacto das políticas públicas sobre o comportamento dos diversos setores econômicos. Análise de conjuntura de curto-prazo. Análise de informações demográficas e socioeconômicas (saúde, educação, renda, infraestrutura). Estudos setoriais globais e planejamentos urbano e regional.
Objetivos: Instrumentalizar e capacitar os estudantes para a elaboração, interpretação, compreensão e apresentação de cenários econômicos.
Bibliografia básica: BUARQUE, Sérgio. Metodologia e Técnicas de Construção de Cenários Globais e Regionais.

Texto para Discussão no. 939, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília, 2003.
FEIJÓ, C.A. et al. Para Entender a Conjuntura Econômica. São Paulo: Manole, 2007.
FERREIRA, PAULO VAGNER. Analise de Cenários Econômicos. Curitiba: InterSaberes, 2015.
GONÇALVES, R.R. et al. Cenários econômicos e tendências. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
SOUZA, H. J. (Betinho). Como se faz análise de conjuntura. 26ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

Bibliografia complementar:

ARENDT, H. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1992.
BRASIL. SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos). Cenários exploratórios do Brasil 2020: texto para discussão. Brasília: SAE, set. 1997.
BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Recife: IICA, 1999.
BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento microregional. Recife/Brasília, Ipea/Pnud, outubro de 2000, mimeo.
CAPRA, F. A teia da vida (The web of life) - uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix/Amana-key, 1996.
HABERMAS, J. Passado como futuro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,1993.
MARCIAL, Elaine Coutinho; Grumbach, Raul S. Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005 (capítulos 2, 3 e 4; páginas 33-89).
MARCIAL, Elaine Coutinho; Costa, Alfredo J.L. E o mundo não acabou... O uso de cenários prospectivos e Inteligência Competitiva: caso do Bug 2000 no Banco do Brasil. In: Workshop Brasileiro de Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento, 2, Florianópolis, 2001. Anais. Florianópolis: UFSC, out. 2001. CD-Rom. MCRAE, H. O mundo em 2020 - poder, cultura e prosperidade: uma visão do futuro. São Paulo: Record, 1998.
PORTO, C. A.; SOUZA, N. M.; BUARQUE, S. C. Construção de cenários e prospecção de futuros. Recife: Litteris, 1991.
SCHWARTZ, P.; VAN DER HEIJDEN, K. Cultura. A arte da previsão. São Paulo: Scritta, 1995.
VIANNA, Marco Aurélio F.; VELASCO, Sérgio D. Nas ondas do Futuro: uma análise das tendências e das oportunidades para o amanhã. São Paulo: Editora Gente, 2001.

Componente Curricular: Formação de Preços de Vendas
Área Temática: Contabilidade
Ementa: O processo decisório na fixação dos preços. As estratégias. Decisão de Preços. Preços a Valor Presente. Preços para micro e pequenas empresas. Relatórios Gerenciais.
Objetivos: Compreender os reflexos das diferentes metodologias e estratégias aplicadas à precificação de bens e serviços.
Bibliografia básica:

- ASSEF, Roberto. Guia prático de formação de preços: aspectos mercadológicos, tributários e financeiros para pequenas e médias empresas. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier : Campus, 2003. xvii, 113 p, il. , 1 CD-ROM. Acompanha CD.
- BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. Gestão de custos e formação de preços com aplicações na calculadora HP 12C e Excel: inclui 150 exercícios resolvidos, a planilha CUSTOS.XLS e o conjunto de apresentações CUSTOS.PPT.5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 569 p, il., 1 CD-ROM. (Finanças na prática).
- OLIVEIRA, Luis Martins de; PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. Contabilidade de custos para não contadores: textos e casos práticos com solução.5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. xiv, 474 p, il.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. Curso básico gerencial de custos: [texto e exercícios].2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006. 410 p, il.
- THEISS, José Reinaldo; KRIECK, Manfredo. Custos e preços sugeridos de venda: cálculos e enfoques práticos: serviços, comércio e indústria.4. ed. Blumenau. Odorizzi, 2012. 150 p, il..

Bibliografia complementar:

- BEULKE, Rolando; BERTO, Dálvio José. Precificação: sinergia do marketing e das finanças. São Paulo: Saraiva, 2008. xvi, 412 p, il.
- FORMAÇÃO e administração de preços.2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 170 p, il. (Marketing).
- DOLAN, Robert J; SIMON, Hermann. O poder dos preços: as melhores estratégias para ter lucro. Sao Paulo: Futura, 1998. 403p, il. Tradução de: Power pricing.
- GARCIA, Luiz Martins. Exportar: rotinas e procedimentos, incentivos e formação de preços. 9. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2011. 223 p., il.
- LOYOLA, Gustavo Jorge Laboissiere; FUNDACAO GETULIO VARGAS. Preços relativos em um processo inflacionário. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 107 p. (Serie teses EPGE, 19).
- MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos.10. ed. de acordo com os Pronunciamentos Técnicos do CPC e com as Leis n. 11.638-07 e 11.941-09. São Paulo: Atlas, 2010. 370 p, il.
- MORANTE, Antonio Salvador; JORGE, Fauzi Timaco. Formação de preços de venda. São Paulo: Atlas, 2009. 126 p, il.
- MORRIS, Michael H; MORRIS, Gene. Política de preços em um mercado competitivo e inflacionado. Sao Paulo: Makron Books, 1994. xxii, 256p, il. Tradução de: Market-oriented pricing.
- SANTOS, Joel José dos. Contabilidade e análise de custos: modelo contábil, métodos de depreciação, ABC - custeio baseado em atividades, análise atualizada de encargos sociais sobre salários, custos de tributos sobre compras e vendas.6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. xx, 249 p, il.
- SANTOS, Joel José dos. Fundamentos de custos para formação do preço e do lucro.5. ed. rev., ampl. e modificada. São Paulo: Atlas, 2005. xx, 185 p, il..

6 DEPARTAMENTALIZAÇÃO

Para efetivar o currículo proposto para o curso a disciplinas abaixo serão disponibilizadas de acordo com sua departamentalização no âmbito da Universidade.

Quadro 2 - Componentes curriculares existente

Componente Curricular	Departamento Alocado
Introdução a Educação a Distância	Educação
Ambiente Corporativo e Postura Profissional	Administração
Administração e Empreendedorismo	Administração
Psicologia Organizacional	Psicologia
Fundamentos de Economia	Economia
Contabilidade Geral	Contabilidade
Funções Administrativas	Administração
Gestão de Pessoas	Administração
Análise de Processos Empresariais	Administração
Administração da Produção e Operações I	Administração
Gestão da Mudança Organizacional	Administração
Processo de Negociação	Administração
Análise de Custos	Contabilidade
Gestão Financeira	Administração
Administração de Vendas	Administração
Estatística	Matemática
Analise de Investimentos	Administração
Gestão da Informação	Computação
Marketing I	Administração
Responsabilidade Social e Ambiental	Administração
Direito Empresarial	Direito
Administração de Empresas de Serviços	Administração
Planejamento Estratégico	Administração
E-commerce e Internetmarketing	Administração
Analise de Indicadores Financeiros e Econômicos	Economia
Formação de Preços de vendas	Contabilidade
Libras	Letras

Quadro 3 – Componentes curriculares novos

Componente Curricular	Departamento Proposto
Gestão de Projetos	Administração
Gestão da Cadeia de Suprimentos	Administração
Gestão da Inovação	Administração

7 CORPO DOCENTE

7.1 PERFIL DOCENTE

Conforme Resolução CNE/CP 3/2002: Art. 12 para o exercício do magistério nos cursos superiores de tecnologia, o docente deverá possuir a formação acadêmica exigida para a docência no nível superior, nos termos do artigo 66 da lei 9.394 e seu Parágrafo Único.

O corpo docente deve estar capacitado para atender as necessidades e demandas do curso. Os professores deverão ser capazes de facilitar o desenvolvimento, por parte dos estudantes, de suas capacidades de analisar, de sintetizar, de criticar, de deduzir, de construir hipóteses, de estabelecer relações, de fazer comparações, de detectar contradições, de decidir, de organizar, de trabalhar em equipe e de administrar conflitos.

Para tanto deve cumprir com as seguintes características:

• Formação na área de administração, economia ou demais áreas afins ao curso;

• Pós-graduação na área Administração; ou Economia, ou Ciências Contábeis e demais áreas afins.

• Atualização profissional reconhecida;

• Avaliação de desempenho em sala de aula satisfatória;

• Comprometimento com as necessidades do curso e da instituição;

• Conhecimento do mercado;

• Esclarecida visão de Mundo;

• Postura crítica e ética.

7.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

Define a concepção de formação, apresentando um planejamento de formação continuada tanto para docentes quanto para discentes do curso.

A formação continuada na FURB não é uma política dos cursos nem dos centros, mas uma política institucional que está vinculada à Política de Gestão de Pessoas. Assim, o Plano de Formação Institucional é destinado a todos os servidores da FURB – Docentes e Técnicos Administrativos – e está fundamentado na visão do servidor como ser integral e com direito a uma formação global.

Partindo deste contexto, compreendemos que o desenvolvimento do servidor está voltado tanto ao desempenho de suas funções (Desenvolvimento Profissional) como para a vida (Desenvolvimento Pessoal) e que o crescimento organizacional será diretamente proporcional ao crescimento das pessoas.

Para atender as demandas de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional dos servidores, a FURB estabeleceu a política de formação continuada de curta duração por meio da Resolução nº 060/2012, de 19 de dezembro de 2012, com os seguintes princípios e diretrizes:

Princípios:

a) Indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
b) Compromisso com os interesses coletivos;
c) Democratização e socialização dos conhecimentos;
d) Formação contínua.

Diretrizes:

a) Democratização do acesso;
b) Flexibilização dos processos de formação;
c) Desenvolvimento do servidor como sujeito singular e profissional do serviço público em consonância com os objetivos institucionais;
d) Articulação da formação com os processos de avaliação interno e externo;
e) Compromisso com a formação e o desenvolvimento contínuo de lideranças.

O calendário de atividades é elaborado com base nas demandas apresentadas no processo de avaliação de desempenho dos Técnico-Administrativos, no Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) e nas demandas identificadas pelas Pró-Reitorias, principalmente a de ensino de graduação, que estabelece comunicação direta com os coordenadores de curso, chefes de departamento e direções de unidades acadêmicas.

Tendo-se como referência o quadro de docentes atual e, na perspectiva de suprir as de desenvolvimento do curso, o departamento pretende:

a) Aumentar a titulação docente e a capacitação para pesquisa (que todos os seus professores tenham, no mínimo, a titulação de mestre);
b) Aumentar a dedicação docente (reduzir a dependência de professores substitutos);
c) Aprimorar os métodos de avaliação de desempenho.

Os docentes do curso são constantemente estimulados a participarem de formações específicas que contemplam diferentes saberes inerentes ao curso, assim como da formação didático-pedagógica oferecida pela Pró-Reitoria de ensino e pelo próprio Centro de Ciências Sociais Aplicadas, planejadas conjuntamente com a assessoria pedagógica dos centros.

A contínua atualização aponta para a melhoria da qualidade de ensino, fortalecendo o processo de ensino e aprendizagem e desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

7.3 FORMAÇÃO DO(A) DOCENTE PARA A ATUAÇÃO EM EAD

A formação dos profissionais envolvidos com a Educação à distância na FURB é de responsabilidade da DME, que atualmente centraliza a formação de docentes e tutores (as) dos componentes curriculares que são ofertados na modalidade a distância, tanto em cursos presenciais como em cursos EAD. Dentre estes, estão os processos formativos em relação à produção de materiais para a Educação à Distância – como livros, webaulas e videoaulas – e os referentes ao Curso de Planejamento e Organização de Atividades à Distância (POAD).

7.4 COLEGIADO

O Colegiado de Curso, com as competências estatuídas nos Arts. 17 a 25 do Regimento Geral da Universidade, Resolução FURB nº 129/2001, exerce a coordenação didática, acompanhando, avaliando a execução e integralização das atividades curriculares, zelando pela manutenção da qualidade e adequação do curso. A composição do Colegiado de Curso está normatizada na Resolução FURB nº 129/2001.

7.5 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

A Resolução FURB nº 73/2010 normatiza o funcionamento do NDE no âmbito da FURB.

O NDE constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC. Dentre suas principais atribuições podem-se citar:

a) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
b) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
c) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
d) zelar pelo cumprimento da legislação educacional vigente e demais leis pertinentes;
e) acompanhar o processo do ENADE;
f) propor ações que garantam um nível de avaliação adequado;
g) acompanhar e consolidar o PPC em consonância com as DCNs, o PDI e PPI da

FURB;

h) zelar pela contínua atualização do PPC;

i) orientar e participar da produção de material científico ou didático para publicação.

8 AVALIAÇÃO

8.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é compreendida como um processo de investigação, tanto do (a) estudante como dos (as) docentes, da equipe envolvida e da Instituição, no sentido de que "avaliar é interrogar e interrogar-se" (ESTEBAN, 1999, p. 22). Esta concepção deverá orientar os projetos e ações em educação a distância da FURB gerenciados pela DME.

Nessa concepção de avaliação, torna-se imprescindível considerar o processo de desenvolvimento do (a) estudante, priorizando-se a avaliação formativa, realizada ao longo do processo educacional, e não apenas em momentos pontuais.

Diante desse aspecto, a avaliação é um movimento contínuo que aponta reorganizações e correções no processo de desempenho do (a) estudante, orientando a intervenção, o planejamento e as estratégias do (a) docente.

Nessa perspectiva, o conhecimento é dinâmico e está em constante processo de construção, concebendo a possibilidade do (a) estudante poder vir a saber/fazer, tendo em vista que se compreende o sujeito como um ser social, com conhecimentos e habilidades singulares, capaz de desenvolver-se por meio da interação social.

Assim, segundo Esteban (1999, p. 24), a finalidade da educação é propiciar "que todos possam ampliar continuamente os conhecimentos que possuem cada um no seu tempo, por seu caminho, com seus recursos, com a ajuda do coletivo".

Ressalta-se, a partir desta concepção, a flexibilidade permitida pela educação a distância, pois ela respeita o processo de construção do conhecimento e o tempo do (a) estudante, o que pode ser potencializado com metodologias que privilegiam e incentivam a descoberta e a busca de conhecimentos por meio de desafios.

Quando mediada pelas tecnologias, esta busca é facilitada pelo acesso às informações disponíveis na web e ainda pelas possibilidades de comunicação síncronas e assíncronas, que contemplam a possibilidade de interação interpessoal e a troca de experiências e informações, favorecendo a ampliação do conhecimento por meio da ajuda do coletivo.

Além disso, o (a) docente deve propor atividades no decorrer da disciplina para que o (a) estudante possa avaliar o seu próprio desempenho e identificar itens do conteúdo que precisam ser revistos e aprofundados, bem como sua compreensão sobre o que foi apresentado.

Essas atividades não configurarão uma nota para a média final da disciplina, mas poderão constituir um critério de observação da participação do (a) estudante na disciplina, desde que isso seja informado e combinado com os (as) estudantes pelo (a) docente.

Para tal, é imprescindível considerar, no início do curso, interações entre docentes, tutores (as) e estudantes que irão definir os critérios do contrato pedagógico. As ações a serem realizadas ao longo do curso devem ser legitimadas pelos (as) estudantes a partir da discussão e validação da proposta pedagógica do (a) docente.

Em termos gerais, o processo avaliativo deve basicamente pautar-se pela coerência das atividades em relação à concepção e aos objetivos do PPC e ao perfil do egresso. Assim, deve ser levada em consideração a autonomia dos futuros profissionais em relação ao seu processo de aprendizagem e à sua qualificação.

A avaliação não deve ser vista como um instrumento meramente classificatório ou como um instrumento de poder, mas como um instrumento de verificação do processo de aprendizagem, capaz de (re) direcionar tanto a prática do (a) docente como a do (a) estudante, em função dos objetivos previstos. Em suma, a avaliação deve verificar a relação entre os objetivos e os resultados, evidenciando-se aí o seu aspecto formativo.

O PPC orienta que a avaliação discente deve ser processual e formativa. Será processual na medida em que estiver voltada para a verificação da evolução do (a) estudante ao longo dos processos de ensino e aprendizagem, ou seja, não deve ser cumulativa, a não ser nos casos em que as próprias características do conteúdo assim o exijam.

Sua função formativa, como o próprio nome diz, será alcançada se for conduzida como elemento de contribuição a mais para a formação do sujeito. Devem ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: adoção de instrumentos diversificados de avaliação, validação das atividades acadêmicas por instâncias competentes e orientação acadêmica individualizada.

A avaliação na modalidade a distância é uma questão que exige reflexão, tendo em vista principalmente sua qualidade e segurança. Considerando as características e a dinâmica dos cursos em EAD, a avaliação está organizada com base no caráter da disciplina.

Além disso, as avaliações deverão seguir as orientações do Art. 31 da Resolução FURB 067/2018:

> *Art.31 A verificação da aprendizagem nos cursos de graduação será validada pelo docente, a partir da realização de no mínimo três atividades avaliativas obrigatórias realizadas pelo AVA, além da atividade avaliativa final, a qual tem maior peso dentre as avaliações (no mínimo 51%) e deverá ser realizada presencialmente, conforme previsto na legislação vigente.*
>
> *§ 1º Será considerada parte integrante da avaliação a realização das atividades síncronas e assíncronas, via AVA e/ou presencial.*
>
> *§ 2º As médias finais de cada componente curricular deverão ser divulgadas aos estudantes até o final do semestre de oferta por meio do Sistema de Registro Acadêmico Institucional.*

Além dessas orientações, por compreender avaliação como um processo formativo, o resultado das avaliações virtuais deve ser disponibilizado aos estudantes de forma a qualificar o processo de ensino e aprendizagem ao longo do desenvolvimento do componente curricular. Sendo assim, as notas de cada avaliação virtual deverão ser divulgadas por meio do Sistema de Registro Acadêmico Institucional, atualmente o Diário On-line (DION), antes da realização da próxima atividade avaliativa.

A avaliação final poderá ser realizada ao final de cada disciplina modular ou ao final do semestre, mediante agendamento por parte do estudante em período determinado pela coordenação do curso. A presença do estudante na avaliação final é condição para sua aprovação nas disciplinas.

8.2 AVALIAÇÃO DO CURSO

8.2.1 Avaliação institucional

A FURB implantou o seu primeiro processo de avaliação institucional em 1995, com base nos princípios e indicadores do PAIUB. A proposta de avaliação institucional construída nesse ano foi conduzida pela COMAVI, constituída por um grupo de docentes de diferentes áreas do conhecimento, nomeados pelo então Reitor, conforme Portaria nº 59/1995. Contudo, os pressupostos de uma avaliação institucional abrangente e sistêmica não foram atingidos, pois na prática a avaliação ficou mais restrita ao ensino e aos serviços. Em decorrência das discussões sobre a avaliação da educação superior em âmbito nacional, a Instituição integrou-se, em 2005, ao SINAES, proposto pelo MEC, pois se percebeu haver consonância quanto à concepção e objetivos do processo de auto avaliação desejado e o proposto em âmbito nacional.

O SINAES dispõe que cada IES, pública ou privada, deve constituir uma CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e

de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA deve ser constituída por ato do dirigente máximo da IES e assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, com atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. Seguindo essa orientação, a FURB, por meio da Resolução FURB nº 14/2005, complementada pela Resolução FURB nº 20/2005, reformulou o PAIURB e instituiu a CPA, cuja comissão era composta por 15 (quinze) membros, representantes dos diversos segmentos da comunidade interna e externa.

Mais recentemente, a Resolução FURB nº 25/2015, alterou a redação dos Arts. 8 e 9 da Resolução FURB nº 14/2005, especificamente no que tange à composição da comissão, passando a ser constituída de 08 (seis) membros, sendo: 01 (um) representante do setor responsável pela avaliação institucional; 01 (um) representante do corpo docente, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante dos servidores técnico administrativos, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante discente, indicado pelo DCE; 02 (dois) representantes da comunidade externa, sendo 01 (um) representante dos ex-alunos da FURB e 01 (um) representante do SINSEPES. O mandato de cada representante é de 03 (três) anos, permitida a recondução.

Desde a institucionalização do processo de auto avaliação da FURB, com base no SINAES, a CPA publicou 4 (quatro) relatórios de auto avaliação. As recomendações dadas pela CPA para as fragilidades apontadas nos relatórios de auto avaliação são incorporadas no planejamento de metas e ações do PDI.

8.2.2 Avaliação externa

Com base na Constituição Federal/1988, na LDB/9394/1996 e na Política Nacional de Educação, foi criado em 2004, pela Lei nº 10.861/2004, o SINAES com objetivo de assegurar o processo e a qualidade nacional de avaliação:

a) Das IESs, através da Auto avaliação da IES e do PDI;

b) Dos cursos de graduação, através de Avaliações Externas;

c) Dos (as) estudantes, através do ENADE.

O SINAES avalia todos os aspectos que norteiam o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e as relações com a responsabilidade social, o desempenho dos (as) estudantes, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos, zelando sempre pela conformidade da oferta de educação superior com a legislação aplicável.

Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama de qualidade dos cursos e instituições de educação superior do País. As informações obtidas com o SINAES são utilizadas:

a) Pelas IESs, para orientação de sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e

social, desenvolvimento e adequações do PDI, revisão de seus planos, métodos e trajetória;

b) Pelos órgãos governamentais, para orientar políticas públicas;

c) Pelos (as) estudantes, pais de estudantes, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões nas escolhas da Instituição e cursos, visto que as informações estão disponibilizadas pelo MEC em site de livre acesso.

O SINAES institui a regulamentação:

a) Da regulação, com atos autorizativos de funcionamento para as IESs (credenciamento e recredenciamento) e para os cursos (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento);

b) Da supervisão, zelando pela qualidade da oferta;

c) Da avaliação, para promoção da qualidade do ensino.

O sistema de avaliação tem influência direta nas ações internas a serem tomadas para garantir o atingimento e manutenção dos indicadores do curso (ENADE, CPC e Conceito de Curso do CEE/SC). A partir destes será possível agir de maneira a atingir os objetivos definidos para o curso e a definição dos planos de ação necessários para em médio prazo obtermos as melhorias necessárias dos indicadores.

Estas ações visam identificar os componentes dentro do sistema de avaliação que precisam de ajustes e deflagrar ações institucionais, em nível do CCSA onde o curso está localizado e em nível operacional.

Em nível institucional ajustar o atendimento das políticas educacionais da universidade frente as demandas instituídas pelos órgãos reguladores.

8.2.3 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

Na medida em que o curso passa pelos processos avaliativos, tanto no âmbito interno quanto externo, os resultados serão avaliados no sentido de fornecer subsídios para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, bem como, nas avaliações necessárias quanto ao desenvolvimento dos conteúdos em termos de atingir o perfil profissiográfico desejado.

Cabe destacar que as ações decorrentes destes processos serão efetivamente construídas pelo núcleo docente estruturante.

Neste sentido são desejadas ações de contratação de professores com o perfil desejado, no âmbito da formação institucional inclusão de conteúdos de cunho didático e pedagógico e caso necessários o efetivo provimento de elementos estruturais necessários.

Em nível operacional ações de reorganização do encadeamento das disciplinas,

organização dos conteúdos, atualização dos materiais pedagógicos e revisão do currículo quando assim demandar.

8.3 AVALIAÇÃO DO PPC

Todos os resultados obtidos nas esferas institucional, externa e do curso servirão para analisar e definir ações de manutenção e/ou implementação do PPC, de acordo com as necessidades.

Semestralmente os dados obtidos nas três esferas de avaliação serão utilizadas para realizar ajustes necessários em termos de atuação dos professores, de identificação das práticas pedagógicas mais efetivas, de encadeamento das disciplinas e de ações em nível operacional e administrativas visando minimizar os impactos e o efetivo atingimento dos objetivos propostos para o curso.

Concomitante a avaliação dos resultados acima descritos, fica estabelecido o prazo máximo de três anos, isto é, a contemplação do ciclo da aplicação da matriz curricular, para efetivar-se a avaliação e, se necessário, a reestruturação do currículo e do Projeto Pedagógico do Curso.

8.4 AVALIAÇÃO DOCENTE

A avaliação de desempenho apresenta-se como uma ferramenta capaz de potencializar o processo de gestão pública. Sua implantação e manutenção requerem apoio maciço da administração superior, articulação com todos os sujeitos envolvidos, bem como a integração com os demais processos da gestão de pessoas.

Conforme Política de Avaliação de Desempenho Docente, definido pela PROEN, a avaliação se constitui num processo de diagnóstico e entrega de indicadores do desempenho dos docentes. Portanto, trata-se de uma estratégia para repensar as decisões relativas às mudanças e melhorias na qualidade do desenvolvimento profissional.

O exercício da docência na educação superior exige:

f) Competência técnica decorrente da formação específica no âmbito da graduação e pós-graduação;
g) Competência pedagógica, que compreende o conjunto de saberes necessários para organização do trabalho docente;
h) Experiência, resultado do fazer profissional em campos específicos ou no exercício da docência;
i) Envolvimento com a IES e com o curso.

A articulação entre estas competências, a busca pela formação contínua e a avaliação do desempenho docente constituem elementos essenciais para melhor qualificação da docência na Educação Superior e qualifica os processos de ensinar e aprender, na medida em que fornece subsídios para reflexão sobre as práticas pedagógicas e para a organização de programas de formação.

A avaliação do docente no processo de ensino-aprendizagem da graduação envolve o acompanhamento de atividades como:

j) Cotidiano da sala de aula (relação professor-estudante, metodologias de ensino, procedimentos de avaliação da aprendizagem);
k) Instrumentos institucionais (planos de ensino, diários de classe);
l) Auto avaliação da prática do professor;
m) Participação em programas de formação didático-pedagógica.

A avaliação docente constitui-se de um instrumento diagnóstico, cujo objetivo central é fornecer subsídios e criar possibilidades para a reflexão e a reorganização da prática pedagógica. Neste sentido, o programa de formação contínua docente é o espaço permanente para essa reflexão.

A avaliação docente contempla as instâncias dos colegiados de cursos, acadêmicos e o próprio professor, adotando-se as normativas institucionais vigentes e previstas do PDI.

9 INFRAESTRUTURA

9.1 ESTRUTURA DO CORPO DOCENTE E TUTORIAL

De acordo com a Resolução FURB 067/2018, o corpo docente e tutorial responsável por acompanhar o desenvolvimento das atividades nas disciplinas dos cursos ofertados à distância, será composto por docentes e tutores (EAD ou presenciais), conforme as seguintes possibilidades:

> *I - Estrutura 1: o docente atua diretamente com os estudantes e é responsável por todas as atividades do componente curricular, compreendendo o planejamento, plano de ensino e cronograma, mediação on-line, elaboração, desenvolvimento e correção das avaliações, entre outras atividades pertinentes;*
> *II - Estrutura 2: o docente é auxiliado pelo tutor EAD alocado por componente curricular. O docente é responsável pela elaboração do plano de ensino, cronograma e avaliações, além de orientar os tutores. Os tutores EAD alocados por componente curricular são responsáveis pela mediação on-line com os estudantes, o esclarecimento de dúvidas pontuais, encaminhamentos, acompanhamento e devolutiva das atividades avaliativas; e*
> *III - Estrutura 3: O docente é auxiliado pelo tutor EAD alocado por área de conhecimento. O docente é responsável pela elaboração do plano de ensino, cronograma e avaliações, além de orientar os tutores. Os tutores EAD alocados por área de conhecimento atendem mais de um componente curricular ao mesmo tempo e são responsáveis pela mediação on-line com os estudantes dos diferentes componentes curriculares, o esclarecimento de dúvidas pontuais, encaminhamentos, acompanhamento e devolutiva das atividades avaliativas.*
>
> > *[...]*
> > *§ 2º Quando existirem polos de apoio presencial, o corpo docente e tutorial contará com o apoio também do tutor presencial, responsável pelo atendimento dos estudantes no polo.*
> > *§ 3º Os tutores deverão participar de formação específica para a execução de atividades de EAD ofertada pela DME.*
>
> *Art. 10 A opção por uma dessas estruturas se dará considerando a especificidade da característica do componente curricular, o corpo docente existente, o número de estudantes matriculados e diretrizes institucionais.*

O quadro a seguir, apresenta o estudo da proximidade das disciplinas da matriz curricular, que poderá ser utilizado para a definição do perfil e contratação dos tutores, quando necessário.

Área de Conhecimento	Componente Curricular	Estrutura	Perfil
Administração da Produção	Administração da Produção e Operações I	Estrutura 3	Bacharel em Administração
Administração de Materiais	Gestão da Cadeia de Suprimentos	Estrutura 3	Bacharel em Administração
Administração De Recursos Humanos	Gestão de Pessoas	Estrutura 3	Bacharel em Administração e/ou Tecnólogo na área de recursos humanos
Administração Financeira	Analise de Investimentos	Estrutura 3	Bacharel em Administração e/ou Tecnólogo em Gestão Financeira
	Gestão Financeira		
Administração Geral	Administração de Empresas de Serviços	Estrutura 3	Bacharel em Administração
	Ambiente Corporativo e Postura Profissional		
	Análise de Processos Empresariais		
	Empreendedorismo		
	Funções Administrativas		
	Gestão da Inovação		
	Gestão da Mudança Organizacional		
	Gestão de Projetos		
	Processo de Negociação		
	Responsabilidade Social e Ambiental		
Administração Mercadológica	Administração de Vendas	Estrutura 3	Bacharel em Administração e/ou Tecnólogo em Marketing
	Marketing I		
Contabilidade	Análise de Custos	Estrutura 3	Bacharel em Ciências Contábeis
	Contabilidade Geral		
Direito	Direito Empresarial	Estrutura 3	Bacharel em Direito
Economia	Fundamentos de Economia	Estrutura 3	Bacharel em Ciências Econômicas
Educação	Introdução a Educação a Distância	Estrutura 3	Graduação em bacharelado e/ou Licenciatura
Matemática	Estatística	Estrutura 3	Graduação em Matemática

			e/ou Administração
Psicologia	Psicologia Organizacional	Estrutura 3	Graduação em Psicologia e/ou Administração
Sistemas de Informação	Gestão da Informação	Estrutura 3	Bacharel em Administração e/ou Sistemas de Informação e/ou Ciências da Computação

9.1.1 RELAÇÃO DOCENTES, TUTORES (AS) E ESTUDANTES

Levando em consideração a qualidade pedagógica da mediação realizada pelo corpo docente e tutorial na oferta do componente curricular dos cursos a distância, bem como sua viabilidade financeira, as turmas serão organizadas das seguintes formas:

a) No caso dos cursos ofertados na sede:

Organização do corpo docente e tutorial em cursos à distância (modelo *on-line* e híbrido)

Nº Estudantes	Nº Professores	Nº tutores EAD
até 75	1	0
De 76 a 100	1	1
De 101 a 150	1	2

Nos encontros presenciais do modelo híbrido os tutores EAD auxiliarão o professor presencialmente.

b) No caso dos cursos a distância ofertados com polos de apoio presencial:

Para cada polo de apoio presencial haverá um gestor de polo. Na oferta *on-line*, os estudantes estarão no polo sob agendamento para realização das avaliações presenciais. No modelo híbrido, os estudantes poderão estar no polo semanalmente para os encontros presenciais. A aplicação das avaliações será realizada pelo tutor presencial, e quando necessário auxiliado pelo gestor. Considera-se o gestor contratado com 20 (vinte) horas semanais, o tutor presencial contratado com 4 (quatro) horas semanais e o tutor EAD contratado com 20 (vinte) horas semanais atuando na sede.

A organização do corpo docente e tutorial acontecerá de acordo com o modelo de oferta do curso (*On-line* ou Híbrido), conforme as tabelas 2 e 3, a seguir:

i. Modelo *on-line*

Organização do corpo docente e tutorial com polos de apoio presencial – modelo de oferta *on-line*

Nº Estudantes	Nº Professores	Nº tutores EAD	Gestor do Polo	Tutor Presencial
50	1	0	1	1
De 51 a 100	1	0	1	1
De 101 a 200	1	1	1	1
De 201 a 300	1	2	1	2

ii. Modelo híbrido

Organização do corpo docente e tutorial com polos de apoio presencial – modelo de oferta híbrido

Nº Estudantes	Nº Professores	Nº tutores EAD	Gestor Polo	N.º tutores presenciais
50	1	0	1	1
De 51 a 100	1	0	1	2
De 101 a 150	1	1	1	3
De 151 a 200	1	1	1	4
De 201 a 250	1	2	1	5
De 251 a 300	1	2	1	6

9.2 ESPAÇOS ADMINISTRATIVOS E DE ENSINO

Visando proporcionar condições para toda a equipe envolvida com o processo de oferta do curso, estão disponibilizados os seguintes espaços para atender a coordenação, professores, tutores e estudantes.

a) Coordenação do Colegiado do Curso

As funções da coordenação de curso estão relacionadas aos aspectos conceituais e metodológicos do curso. Para as atividades de atendimento aos estudantes (tanto virtual quanto presencial) a Unidade Universitária disponibiliza espaços físicos na sede para uso dos coordenadores e dos docentes, localizados no Bloco D, sala 201. Este ambiente dispõe do suporte da secretaria que conta com 4 servidores Técnicos Administrativos, a disposição dos estudantes das 07:30 até as 21:00 horas.

Adicionalmente estão disponíveis espaços para os professores, sala de reuniões e salas de atendimento individualizado para professores e estudantes.

b) Espaços docentes e tutores

Para o suporte estrutural e operacional de cursos na modalidade à distância, bem como a gestão das atividades de tutoria, a Unidade Universitária responsável pelo curso

disponibilizará um local específico para uso dos tutores atuantes nos seus cursos, para que estes possam ser acompanhados periodicamente pela coordenadoria do curso que desempenhará também a coordenação da tutoria ligada ao seu curso.

Visando o alinhamento das atividades do corpo docente e tutorial, de acordo com a Resolução FURB 067/2018, é de responsabilidade da coordenação do curso realizar reuniões periódicas com a equipe para orientação e acompanhamento das atividades desenvolvidas. Sendo assim, na Unidade Universitária ao qual o curso pertence, o corpo docente e tutorial terá à disposição uma estrutura de equipamentos para o preparo de materiais pedagógicos e instrucionais, bem como a realização de atividades de atendimento aos estudantes – tanto virtual quanto presencial.

Cabe lembrar que o planejamento e a gestão do processo de seleção dos tutores, conforme a Resolução FURB 067/2018, é atribuição da PROEN, acompanhada pela coordenação de curso.

O suporte técnico e pedagógico para as ações realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA será realizado pela Divisão de Modalidade de Ensino (DME), em parceria com a PROEN. Nesse sentido, a DME oferecerá momentos formativos periodicamente, além de disponibilizar a sala G-203, suporte para esclarecimento das dúvidas e atendimento aos tutores e docentes em relação às estratégias de mediação e organização do AVA.

c) Laboratórios de informática

Local	Equipamentos
Laboratório Sala G-201 Campus I	20 Notebooks Modelo ASUS PU401L Intel Core i5-4200U 2.3GHz 6GB RAM 500GB HDD 1 (computador professor) Pentium Dual-Core E5200 2.5 GHz 4GB RAM 128GB SSD Placa de vídeo dedicada NVIDIA GeForce 7200 GS 256MB Projetor interativo Epson 475wi+.
Sala J-200 Campus I	30 computadores Pentium Dual-Core E5200 2.5 GHz 4GB RAM 500GB HDD Placa de vídeo dedicada NVIDIA GeForce 7200 GS 256MB Projetor multimídia Epson x36
Sala S-212 Campus I	30 computadores Intel Core i5-4440 3.10GHz Placa de vídeos dedicada NVIDIA GeForce GT420 2048MB 8GB RAM 500GB HDD Projetor multimídia Epson x36
Sala T-105 Campus I	21 computadores Modelo ASUS PU401L Intel Core i5-4200U 2.3GHz 6GB RAM 500GB HDD Projetor multimídia Epson x36
Sala G-202 Laboratório móvel	30 notebooks Modelo DATEN DT02-M4 Intel Core i3-M330 2.13GHz 4GB RAM 500GB HDD Projetor multimídia Epson x36
Sala I-205 Laboratório de Instrumentalização	12 computadores Intel Core i5-3470S 2.9GHz 8GB RAM 500GB HDD Projetor multimídia Epson x36

para o Ensino (LIE)	
Sala F-101 Videoconferência	Link dedicado a aplicação Equipamento Polycom VSX 7000 Salas virtuais - Webconferência Sistema de webconferência Mconf RNP
Sala G-206 Campus I Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE)	O laboratório oferece recursos como: lousa digital, mesa interativa multitoque, projetor e óculos 3D, óculos de realidade virtual, smartphones, *tablets*, *notebooks* com tela de toque, *drone*, câmera de movimento (*kinect*), *home theater*, máquina fotográfica e filmadora.
Sala de Informática na Biblioteca Central	Disponível aos estudantes sem necessidade de agendamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf >. Acesso em 07 de fevereiro de 2018.

_____. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. 3ª edição. Brasília, 2016.

ESTEBAN, Maria Tereza (Org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LITWIN, Edith (Org.) Educação a distância. Temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

RAMOS, Daniela K.; SARTORI, Ademilde. Ambientes virtuais de aprendizagem e a gestão da comunicação em educação a distância. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO, 4. Anais... Ponta Grossa: UEPG, 2002.

ANEXOS

NORMAS EXTERNAS PARA TODOS OS CURSOS

ANEXO I

Normativas indicadas no anexo do PPC

NORMAS EXTERNAS PARA TODOS OS CURSOS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

_____. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n° 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e n° 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6° da Medida Provisória n° 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n° 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES nº 436, de 2 de abril de 2001. Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogo.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 29, de 3 de dezembro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Diretoria de Avaliação da Educação Superior – Daes. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância. Brasília, 2017.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 001, de 14 de julho de 2015. Fixa normas para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina e estabelece outras providências.

NORMAS INTERNAS PARA TODOS OS CURSOS

FURB. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Blumenau, 2017.

_____. Resolução nº 129, de 20 de dezembro de 2001. Homologa o Regimento Geral da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 32, de 27 de abril de 2017. Estabelece a Política de Articulação de Temas Transversais, intitulada PATT, e institui a Comissão no âmbito da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB.

_____. Resolução nº 44, de 3 de setembro de 2014. Dispõe sobre a criação da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público - CISSP da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB e aprova as diretrizes gerais de seu funcionamento.

_____. Resolução nº 06, de 26 de fevereiro de 2010. Aprova a implantação da disciplina Libras na Grade Curricular dos Cursos de Graduação na modalidade Bacharelado e Cursos Superiores de Tecnologia.

_____. Resolução nº 33, de 16 de março de 2000. Regulamenta as saídas a campo de acadêmicos da FURB.

_____. Resolução n° 29, de 15 de maio de 2002. Orienta a elaboração de ementas e de planos de ensino-aprendizagem a serem adotados nos cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução n° 39, de 1º de julho de 2002. Dá nova redação à Resolução que "Aprova a implantação e a normatização da Prova de Suficiência nos cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau".

_____. Resolução nº 104, de 5 de dezembro de 2002. Aprova normas gerais para a elaboração do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, na forma do Anexo.

_____. Resolução nº 82, de 7 de dezembro de 2004. Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Cientifico-Culturais – AACCs dos cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau, na forma dos Anexos I e II.

_____. Resolução n° 61, de 31 de outubro de 2006. Aprova as normas gerais para a equivalência de estudos para os cursos de graduação da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 66, de 10 de novembro de 2006. Aprova a inclusão de diretrizes nas Resoluções que tratam de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, de Estágio Supervisionado, de Monografia, de Especialização e de Programa de Mestrado, no âmbito da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 32, de 19 de setembro de 2007. Altera e acrescenta dispositivos à Resolução nº 70/2004, de 11 de novembro de 2004, que "regulamenta a distribuição de horas-atividade para os docentes da Fundação Universidade Regional de Blumenau ..."

_____. Resolução n° 45, de 16 de agosto de 2013. Regulamenta o exercício das funções de monitoria do ensino de Graduação da Fundação Universidade Regional de Blumenau e fixa diretrizes de declaração de vaga, seleção e ingresso de monitores.

_____. Resolução nº 22, de 7 de maio de 2014. Institui a Política de Estágios da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 64, de 07 de dezembro de 2016. Estabelece o número de vagas anuais, aprova os limites mínimos e máximos para integralização curricular e adequa a nomenclatura dos cursos de graduação aos Referenciais Curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura e ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

_____. Resolução nº 70, de 11 de novembro de 2004. Regulamenta a distribuição de horas-atividade para os docentes da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, na forma do Anexo. (Alterada pela Resolução nº 32/2007).

_____. Resolução nº 35, de 28 de junho de 2010. Homologa o Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo.

FURB. Resolução nº 08, de 8 de abril de 2015. Regulamenta o Serviço de tradução/Interpretação da Língua Brasileira de Sinais – Libras na Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB.

_____. Resolução nº 30, de 3 de julho de 2006. Altera dispositivos da Resolução nº 33/2000, de 16 de março de 2000, que regulamenta as saídas a campo de acadêmicos da Universidade Regional de Blumenau.

_____. Resolução nº 14, de 6 de maio de 2005. Reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau - PAIURB, na forma do Anexo.

_____. Resolução nº 025, de 30 de julho de 2015. Altera a redação dos Art. 8º e 9º da Resolução nº 14/2005, de 6 de maio de 2005, que reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau - PAIURB.

_____. Resolução nº 201, de 22 de dezembro de 2017. Institui Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de Graduação da FURB.

_____. Instrução Normativa PROEN nº 01, de 04 de outubro de 2017.

ACESSIBILIDADE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 5.296,de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8

de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Diretoria de Política Regulatória. Nota técnica nº 385, de 21 de junho de 2013. Acessibilidade: dúvida mais frequentes.

FURB. Resolução nº 59, de 23 de outubro de 2014. Institui a Política de Inclusão das pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades/Superdotação e cria o Núcleo de Inclusão da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Referenciais de qualidade para educação superior a distância. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Disciplinas integral ou parcialmente a distância em cursos presenciais.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

FURB. Resolução nº 067, de 23 de agosto de 2018. Institui a Política Institucional para a Educação à distância (EAD) da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE 013/2018 – Fixa normas para o funcionamento da Educação Superior, nas modalidades presencial e a distância, no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina, e estabelece outras providências

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

FURB. Resolução nº 73, de 30 de novembro de 2010. Institui e normatiza o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

NORMAS PARA O SEXTO HORÁRIO

FURB. Resolução nº 117, de 02 de agosto de 2000 - Extingue, do horário oficial de aulas da Universidade Regional de Blumenau, o sexto horário – das 12 às 12 horas e 50 minutos -, a partir do primeiro semestre de 2001.

_____. Parecer CEPE nº 202, de 29 de novembro de 2011 – Liberação do Sexto horário para os cursos de Farmácia, Odontologia e Medicina.